



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro Biomédico

Instituto de Medicina Social

Fabíola Cordeiro Matheus dos Santos

**Negociando significados:
coerção sexual em narrativas de jovens brasileiros**

Rio de Janeiro

2008

Fabíola Cordeiro Matheus dos Santos

**Negociando significados:
coerção sexual em narrativas de jovens brasileiros**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde.

Orientador: Prof.^a Dra. Maria Luiza Heilborn.

Rio de Janeiro

2008

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CB-C

S237 Santos, Fabíola Cordeiro Matheus dos.
Negociando significados: coerção sexual em narrativas de jovens
brasileiros / Fabíola Cordeiro Matheus dos Santos. – 2008.
134f.

Orientadora: Maria Luiza Heilborn .
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Instituto de Medicina Social.

1. Juventude – Comportamento sexual – Brasil – Teses. 2. Violência
(Direito) – Teses. 3. Relações de gênero – Teses. 4. Relações sexuais –
Teses. I. Heilborn, Maria Luiza. II. Universidade do Estado do Rio de
Janeiro. Instituto de Medicina Social. IV. Título.

CDU 343.541

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial
desta tese, desde que citada da fonte.

Assinatura

Data

Fabíola Cordeiro Matheus dos Santos

**Negociando significados:
coerção sexual em narrativas de jovens brasileiros**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde.

Aprovada em 14 de março de 2008.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Maria Luiza Heilborn (Orientadora)
Instituto de medicina Social – UERJ

Prof.^a Dra. Adriana de Resende Barreto Vianna
Museu Nacional – UFRJ

Prof.^a Dra. Elaine Reis Brandão
Instituto de Estudos em Saúde Coletiva – UFRJ

Prof.^a Dra. Jane Araújo Russo
Instituto de medicina Social – UERJ

Rio de Janeiro

2008

AGRADECIMENTOS

A Maria Luiza Heilborn, pela orientação, pelas oportunidades, pela paciência e, sobretudo, por suas críticas – sempre construtivas e intelectualmente estimulantes.

Aos meus pais, Arnaldo Matheus dos Santos e Vera Lúcia Cordeiro dos Santos, por me proporcionarem todas as chances possíveis.

À Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), ao Instituto de Medicina Social (IMS) e ao Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM), pelo acesso aos bens materiais e intelectuais necessários à produção deste estudo.

Ao corpo docente e funcional do Instituto de Medicina Social, o meu obrigada pela acolhida institucional.

Ao Programa em Gênero, Sexualidade e Saúde (UERJ), por ter viabilizado, via uma bolsa de estudos, que eu cursasse o primeiro ano do curso de mestrado, sem maiores sobressaltos.

À CAPES, pela Bolsa de estudos conferida no segundo ano do curso.

A Maria Cláudia Coelho e Luis Eduardo Soares, pelos incentivos, por minha iniciação profissional e pela inspiração – na vida e na academia.

A Rachel Aisengart Menezes, pelo carinho e estímulo, cujo manifesto mais expressivo consistiu na revisão impecável do texto.

A Cristiane Cabral, colega e amiga valiosa, pela atenção, generosidade e os conselhos imprescindíveis de como enfrentar os desafios da vida acadêmica.

A Elaine Brandão, pelo apoio e incentivo na fase inicial da pesquisa, pelas discussões sobre o projeto e por aceitar avaliar esta dissertação.

A Jane Russo e Adriana Vianna, pela enorme e imprescindível contribuição dada por ocasião da qualificação do projeto de pesquisa e por aceitarem, mais uma vez, avaliar meu trabalho.

Aos amigos, funcionários e bolsistas do Programa em Gênero, Sexualidade e Saúde e do CLAM pelo carinho e pela solidariedade constantes.

A Jacqueline Costa, o meu muito obrigada pela atenção e o auxílio constante, em todas as fases da pesquisa.

Aos colegas e amigos, Raphael Bispo, Guilherme Nogueira, Simone, Fabiane Simão, João Francisco de Lemos e Igor Torres, pessoas queridas, que me ajudaram a atravessar os momentos mais difíceis do processo de desenvolvimento deste trabalho.

Ao Ricardo Nobre, pelo companheirismo, apoio e afeto incondicionais. Sem ele, não seria capaz de superar as dificuldades.

RESUMO

SANTOS, Fabíola Cordeiro Matheus dos. *Negociando significados: coerção sexual em narrativas de jovens brasileiros*. 2008. 161 f. Tese (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2008.

Esta dissertação enfoca o tema a partir da análise de narrativas de jovens (homens e mulheres, entre 18 e 24 anos), residentes em três capitais brasileiras (Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador), acerca de experiências envolvendo sexo por constrangimento ou forçado. Os relatos são examinados à luz de uma produção internacional que discute a questão da coerção sexual. Os dados analisados correspondem a uma sub-amostra de 46 entrevistas com jovens pertencentes a camadas médias e populares, selecionadas do conjunto de 123 entrevistas que integraram a fase qualitativa da pesquisa GRAVAD (*Gravidez na Adolescência: Estudo Multicêntrico sobre Jovens, Sexualidade e Reprodução no Brasil*). A leitura do material empírico buscou situar os episódios narrados nas biografias individuais e refletir sobre as representações dos sujeitos sobre gênero e sexualidade e os aspectos dessas trajetórias capazes de conduzir a um entendimento de tais eventos. Moças e rapazes relataram distintas experiências de sexo contra vontade, que variavam de acordo com o contexto e o tipo de coerção utilizada e/ou sofrida. As dinâmicas das relações entre os gêneros revelam que, na negociação sexual, consentimento e desejo nem sempre andam juntos. Em determinadas condições, certos modos de constrangimento são tidos como constitutivos dos jogos de sedução. A análise das narrativas evidencia o caráter relacional e contextual das interações afetivo-sexuais entre os gêneros e do que pode ser qualificado como violência. Tal conclusão, conduziu ao questionamento acerca da positividade atribuída a certas atitudes e comportamentos sexuais categorizados como violentos por diversos estudos dedicados ao tema.

Palavras-chave: Coerção sexual. Negociação sexual. Relações de gênero. Sexualidade. Roteiros sexuais.

ABSTRACT

This dissertation presents the (reported) experiences concerned to sex imposed by pressure or by use of force of young men and woman (from the age of 18 to 24 years old), who live in three Brazilian capitals (Rio de Janeiro, Porto Alegre and Salvador). The reports are examined in the light of an international production discussing the subject of sexual coercion. The data corresponds to a sub-sample from 46 interviews with youngsters of middle-class and lower classes, selected from a group of 123 interviews concerning the qualitative data of GRAVAD research (*Teenage Pregnancy: A Multi-centered Study about Youth, Sexuality and Reproduction in Brazil*). Young men and women related different experiences of forced sex, which vary according to the context and the kind of coercion used and/or suffered. The dynamics of gender relations reveal that, in terms of sexual negotiation, agreement and desire are not always together. Under certain circumstances, some forms of coercion are taken as part of the seduction interaction. The analysis of the narratives clarifies the relational and contextual character of the affective and sexual interactions between genders and what can be qualified as violence. Such conclusion lead to the questioning of the positivism attributed to some sexual conducts categorized as violent by many studies dedicated to the theme.

Keywords: Sexual coercion. Sexual negotiation. Gender relations. Sexuality. Sexual scripts.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	8
1	CENÁRIO INTERNACIONAL	11
1.1	Direitos sexuais e saúde: o ideal de comportamento sexual responsável	11
1.2	Violência e erotismo	19
2	DEBATE EM TORNO DA COERÇÃO SEXUAL	27
2.1	Violência Sexual como problema de saúde pública	27
2.2	Um documento de posição	35
2.3	Caminhos trilhados pelos pesquisadores	39
3	NARRATIVAS DE JOVENS BRASILEIROS	52
3.1	Material examinado	55
3.2	Por uma perspectiva contextual	62
3.3	Quando é preciso ceder – Negociando “necessidade” e satisfação sexuais ..	67
4	CASOS EXEMPLARES	88
4.1	Pra não levar essa fama	88
4.2	O que define o estupro como tal?	97
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
	REFERÊNCIAS	109
	BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	124
	ANEXO A – Tabela de casos em Salvador	128
	ANEXO B – Tabela de casos no Rio de Janeiro	131
	ANEXO C – Tabela de casos em Porto Alegre	133

INTRODUÇÃO

A coerção sexual vem adquirindo crescente visibilidade no campo de debates internacional sobre violência sexual. A pesquisa aqui apresentada aborda este tema em narrativas de jovens, entre 18 e 24 anos, auto-declarados heterossexuais, residentes em três grandes centros urbanos brasileiros (Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador). A amostra examinada é constituída de 45 entrevistas semi-estruturadas do conjunto de 123 entrevistas realizadas nas três cidades, na fase qualitativa da pesquisa *Gravidez na Adolescência: Estudo Multicêntrico sobre Jovens, Sexualidade e Reprodução no Brasil (GRAVAD)*². Tal estudo investigou as práticas, atitudes e valores sobre a sexualidade e os eventos reprodutivos nas trajetórias sociais de homens e mulheres.

O objetivo desta dissertação é refletir sobre certas questões presentes em parte da literatura internacional especializada no tema, tendo como contraponto as narrativas desses jovens sobre suas experiências de sexo contra vontade ou forçado. Assim, no primeiro capítulo é apresentado o contexto mais amplo de disputas políticas e intelectuais em torno da regulação da sexualidade em que a coerção sexual emerge como um problema. É dada ênfase à articulação entre direitos sexuais e saúde sexual como um dos desdobramentos da centralidade adquirida pelo combate às formas de discriminação e violência baseadas no gênero. Busca-se demonstrar como este processo tem profundas implicações para o modo como são concebidos o sexo e as relações sexuais entre homens e mulheres.

O segundo capítulo traz uma breve introdução à temática da violência sexual nos estudos sobre saúde para, em seguida, apontar algumas das principais abordagens dadas ao tema da coerção sexual por parte da literatura internacional. O exame bibliográfico privilegiou pesquisas produzidas no campo da saúde pública, uma vez que a maior parte dos estudos encontrados insere-se nessa área de conhecimento. É feita uma revisão crítica dos pressupostos, escolhas metodológicas e achados dessa produção.

² O projeto GRAVAD foi coordenado por Maria Luiza Heilborn (IMS/UERJ), Estela M. L. Aquino (MUSA/UFBA), Daniela Knauth (NUPACS/UFRGS) e Michel Bozon (INED/Paris, França). A pesquisa foi desenvolvida, entre 1999 e 2001, por três centros de pesquisa: Programa em Gênero, Sexualidade e Saúde, do IMS/UERJ; Programa de Estudos em Gênero e Saúde, do ISC/UFBA; e Programa em Antropologia do Corpo e da Saúde, da UFRGS. Os principais resultados do inquérito populacional bem como a listagem de todos os pesquisadores envolvidos encontram-se no livro *O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros* (Heilborn et al., 2006).

Os capítulos 3 e 4 dedicam-se ao exame do material empírico. Buscou-se delinear os contextos que ensejam os eventos relatados pelos entrevistados e apontar como essas experiências e suas representações acerca das relações de gênero e dos papéis sexuais podem contribuir para as reflexões mais amplas sobre tema. A análise põe em evidência aspectos e nuances da negociação sexual, que conduzem a problematizar o tratamento dado à coerção sexual em parte significativa da bibliografia revisada. O quarto capítulo aborda de forma mais detalhada, a partir de casos ilustrativos, alguns pontos críticos da temática em exame, em especial os pressupostos universalistas subjacentes à definição de coerção sexual. Considera-se que as situações relatadas pelos informantes somente adquirem sentido contextualmente e à luz das representações, valores e crenças que informam seus comportamentos e práticas. Cabe assinalar que a idéia de violência como um fato auto-evidente é refutada ao longo deste trabalho, o que implicou um olhar desconstrutivista sobre a categoria coerção sexual.

As análises e o diálogo com a literatura internacional foram orientados pela perspectiva da sexualidade como um construto social e um processo de aprendizado contínuo pautado pela forma como são concebidas e organizadas as relações de gênero em diferentes contextos. Tal processo envolve a apreensão de significados, padrões de comportamento, técnicas corporais, bem como a produção de identidades e sensibilidades. Heilborn & Brandão (1999) apontam que essa forma de conceber a sexualidade humana problematiza as concepções essencialistas norteadas pela noção de instinto sexual, demonstrando que:

“(...) os significados sexuais e, sobretudo, a própria noção de experiência e comportamento sexual não seriam passíveis de universalização, dado que estão ancorados em teias de significados articuladas a outras modalidades de classificação, como o sistema de parentesco e de gênero, as classificações etárias, a estrutura de privilégios sociais e de distribuição da riqueza, etc.” (1999:9).

Portanto, considera-se que a noção do que é sexual e o modo como os sujeitos interpretam a presença ou a ausência de atividade sexual variam entre e intraculturas. Os roteiros sexuais incorporados envolvem o aprendizado de porque, como, onde e com quem relacionar-se sexualmente (Laumann & Gagnon, 1995). Estes roteiros não são camisas de força. Os padrões de conduta sexual ensinados culturalmente são

apreendidos e internalizados pelos indivíduos através dos processos de socialização e adaptados por eles ao longo de suas trajetórias. O gênero, “*dimensão dos atributos culturais* alocados a cada um dos sexos em contraste com *a dimensão anatomofisiológica* dos seres humanos” (Heilborn, 1993:51), é uma noção central para a compreensão dos roteiros e das diferenciações no que se refere à construção de si, às expectativas nos relacionamentos afetivos e conjugais, e aos comportamentos sexuais e sentidos atribuídos à sexualidade entre os jovens entrevistados.

Este estudo não tem a pretensão de esgotar as discussões sobre o tema analisado. As considerações finais resumem brevemente as principais conclusões da pesquisa. Os discursos dos informantes revelam que, nos contextos específicos de interação, um conjunto de elementos concorre para a maior ou menor aceitabilidade de práticas sexuais indesejadas e para sua percepção – ou não – como consensuais e legítimas.

1 CENÁRIO INTERNACIONAL

Para compreender a emergência da coerção sexual como questão de saúde pública é necessário que conheçamos o contexto em que ela se constitui como tal. Este capítulo pretende delinear o cenário contemporâneo de disputas em torno da regulação da sexualidade. As noções de direitos sexuais e de saúde sexual desempenham papel central nesta configuração, e são aqui examinadas à luz de três documentos internacionais: as Declarações e Plataformas de Ação das Conferências do Cairo (1994) e Pequim (1995) e o relatório *Promotion of Sexual Health – Recommendations for action* (2000). Estes documentos são importantes marcos políticos e referenciais teórico-conceituais para as abordagens recentes sobre problema da coerção sexual.

1.1 Direitos sexuais e saúde: o ideal de comportamento sexual responsável

No horizonte de reivindicações de direitos e liberdades individuais, as disputas e organizações em prol dos direitos sexuais – surgidos no âmbito dos movimentos gay e lésbico e difundidos pelo movimento feminista – ocupam uma posição privilegiada (Citelli, 2002). A III Conferência sobre População e Desenvolvimento, no Cairo (1994) foi um fundamental para a incorporação da reprodução e da sexualidade à pauta dos direitos humanos. Essa conferência centrou-se na noção de direitos humanos e individuais para debater questões demográficas e, ao longo dos debates, foi conferida grande importância à idéia de saúde sexual.

Vianna e Lacerda (2004) ressaltam que esse encontro internacional “representou um momento-chave na construção do que poderíamos chamar de um certo campo semântico em torno da reprodução (saúde reprodutiva, direitos reprodutivos) e da sexualidade como algo a ser sedimentado na pauta dos direitos humanos” (2004:26). Ainda que a terminologia derivada do consenso obtido na conferência tenha se centrado na reprodução, conduziu a uma nova compreensão da saúde reprodutiva com ênfase na capacidade de livre escolha individual e na obrigação dos governos em prover as possibilidades de seu exercício. As autoras apontam também que a noção de saúde sexual enquanto um dos aspectos da saúde reprodutiva marcou uma mudança no enfoque dado ao sexual, que passou a ser visto como uma dimensão do bem-estar físico,

mental e social dos indivíduos – adultos e adolescentes – de modo a receber conotação positiva no texto.

O Programa de Ação do Cairo afirma que as pessoas constituem o recurso mais valioso das nações, ressaltando a importância de possibilitar que todos os indivíduos tenham as mesmas oportunidades de desenvolver seu potencial produtivo. A obtenção do equilíbrio almejado entre crescimento e demandas populacionais, crescimento econômico e desenvolvimento econômico sustentável só seria possível, segundo o documento, mediante o investimento das nações em resolver problemas relativos à reprodução e à desigualdade de poder entre os sexos. A força do movimento feminista promoveu a emergência das mulheres como atores privilegiados nesse cenário, conferindo centralidade ao tema das formas de discriminação e violência baseadas no gênero e às reivindicações pelo direito de autonomia das mulheres na esfera da sexualidade e reprodução. A responsabilidade compartilhada de homens e mulheres para com a reprodução, as relações sexuais e a família, bem como a relevância do engajamento masculino na promoção da igualdade de gênero, são enfatizadas. No entanto, é creditado às mulheres um papel de especial relevância a desempenhar na realização de transformações sociais e políticas em todos os níveis (família, políticas públicas, comunidade nacional e internacional) necessárias ao desenvolvimento socioeconômico.

O documento apresenta o empoderamento das mulheres – tido como principal meio para realização de uma relação harmônica e igualitária entre os sexos nas esferas pública e privada – a eliminação de todas as formas de discriminação e violência contra mulheres e sua habilidade em gerir a fertilidade e a vida sexual como alicerces fundamentais dos programas voltados ao crescimento e desenvolvimento dos países, bem como para a erradicação da pobreza. O empoderamento das mulheres é um dos objetivos centrais do Programa de Ação, o qual resalta sua importância para o maior acesso das mulheres a recursos econômicos – pela eliminação de barreiras à sua formação educacional e de impedimentos legais a sua participação na esfera pública, dentre outras – e para a ampliação de “sua capacidade de tomar decisões em todas as esferas da vida social, especialmente na área de sexualidade e reprodução”. O gênero é percebido como estando em relação estreita com o exercício da sexualidade, afetando o modo como homens e mulheres realizam e mantêm sua saúde sexual e lidam com questões concernentes à reprodução.

A IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim (1995), também foi fundamental para o processo de legitimação e concretização da inserção da sexualidade no universo dos direitos humanos e da cidadania, além de afirmar o empoderamento das mulheres enquanto condição para alcançar a justiça social e a democracia. Esta conferência se insere em um conjunto de encontros e de acordos internacionais que deram visibilidade e discutiram os direitos das mulheres. O Programa de Ação da conferência se propõe a reafirmar que “o direito das mulheres e das meninas são parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais” em consonância com a Declaração e Programa de Ação de Viena (1993), endossado pela Conferência Mundial de Direitos Humanos.

Em Pequim foi cunhada a definição de "direitos humanos das mulheres", que destaca o direito das mulheres “a controlar e decidir livremente e de forma responsável questões relativas a sua sexualidade, incluindo a saúde sexual e reprodutiva, livres de coerção, discriminação e violência”, e afirma que "as relações sexuais e a reprodução, incluindo o total respeito à integridade da pessoa, requerem respeito mútuo, consentimento e a responsabilidade compartilhada pelo comportamento sexual e suas conseqüências". A definição evidencia uma mudança na vinculação entre direitos sexuais e saúde. Em um primeiro momento, essa articulação se dá predominantemente via temas relacionados à reprodução – especialmente, concepção, aborto e métodos de planejamento familiar. Num segundo momento, é conferida maior ênfase ao direito dos indivíduos a uma vida sexual segura e satisfatória.

Os Programas de Ação das Conferências do Cairo e de Pequim apontam, segundo Vianna e Lacerda (2004), um projeto normativo mais amplo que supõe a "modelagem de novos sujeitos" (2004:31), na medida em que visavam promover uma politização da vida privada dos indivíduos, centrada na noção de direitos humanos, mediante a modificação de padrões socioculturais de homens e mulheres. Além disso, prevêm uma multiplicidade de ações e especificações que se relacionam e produzem intervenções e regulações em variados níveis – como o jurídico-legal. Configuram-se novas gramáticas normativas que reconhecem a sexualidade enquanto portadora de sentido em si mesma (Viana e Lacerda, 2004). Surge uma nova perspectiva acerca da saúde sexual que deixa de ser considerada como atrelada e subordinada à saúde reprodutiva, de modo que ambas passam a ser vistas como questões relativas ao exercício da sexualidade.

Nesse contexto, o comportamento sexual responsável surge como idéia central (Vianna e Lacerda, 2004). A incorporação da reprodução e da sexualidade ao universo

dos direitos humanos se deu atrelada a uma concepção de liberdade sexual que contém a premissa de que os indivíduos não apenas exerçam seu direito de livre escolha, como o façam de acordo com um ideário de responsabilidade para consigo mesmos e para com os demais indivíduos. A responsabilidade assumiu, desde as lutas contra as doenças venéreas – especialmente, a sífilis (Carrara, 1996) e mais recentemente, a AIDS – o papel de único critério de preservação da livre escolha individual.

Aqui é importante ressaltar a especificidade cultural desta concepção de indivíduo enquanto representação moderna de pessoa. O indivíduo de direitos e deveres, consciente, capaz de gerir sua existência e exercer sua liberdade como um “exercício de posse de si mesmo” (Salem, 1992:63) é um valor moral erigido pelo individualismo – configuração ideológica moderna – servindo de fundamento às instituições políticas, jurídicas e filosóficas (Dumont, 1993). No entanto, buscar alinhar a esfera privada aos valores democráticos que regem a vida pública exige o reconhecimento da dupla face dos indivíduos na modernidade, qual seja: eles devem ser reconhecidos como iguais uns aos outros e, concomitantemente, dotados de especificidades. A pessoa moderna é também um indivíduo psicológico, um sujeito único e singular, empenhado no autoaperfeiçoamento pelo cultivo de sua interioridade que passa a ser o lócus da verdade sobre si. Essa faceta do indivíduo possui vinculação com os chamados saberes “psis”, que construíram uma representação do inconsciente como uma das instâncias psíquicas dos sujeitos (Salem, 1992). O inconsciente é uma dimensão da pessoa desconhecida de si própria e em constante tensão com seu consciente. A atuação do inconsciente implica em uma “desposseção subjetiva”, uma destituição de si que conduz à dependência da alteridade para aceder a si mesmo, uma vez que o autoconhecimento se dá pela mediação do outro (Salem, 1992). O indivíduo psicológico é, portanto, intersubjetivo. Assim, se na esfera jurídica o indivíduo é pleno em autonomia, na esfera subjetiva ele é, em certa medida, expropriado de si próprio.

O “mito da interioridade” (Singly, 2000:14) instituiu um imperativo normativo: é no plano das subjetividades que se constroem as identidades. Os dispositivos de individualização – como o da sexualidade, analisado por Foucault (1993) – penetram nos corpos que passam a ser submetidos a mecanismos de poder que moldam a subjetividade. Esses dispositivos que produzem a pessoa moderna estabelecem uma obrigatoriedade à subjetivação, à busca da verdade sobre si e a um sentimento de individualidade. A família passou a exercer a função de estabilizar e sustentar as construções identitárias de seus membros de todas as idades. As relações afetivo-

sexuais se constituíram enquanto espaço privilegiado de revelação e produção de identidades (Singly, 2000).

Peixoto e Cicchelli (2000) ressaltam que “nunca a vida privada apresentou tanta porosidade *vis-à-vis* a vida pública. Isto se manifesta pelo fato de que a primeira é cada vez mais atravessada por mecanismos de funcionamento próprios da segunda” (2000:8). A democratização das relações entre os indivíduos – o que na família e na conjugalidade propiciou uma abertura cada vez maior à expressão e autonomia pessoais (Peixoto e Cicchelli, 2000) –, a produção de novas subjetividades e o desenvolvimento de inovadoras formas narrativas acerca de trajetórias pessoais integram este processo que, nas sociedades ocidentais, possibilitou o surgimento da concepção de cidadão como portador não apenas de direitos legais, políticos e sociais, como também de direitos sexuais.

O paradoxo que se estabelece entre as duas dimensões da pessoa moderna – o indivíduo é racional/dono de si e, simultaneamente, psicológico/dependente da alteridade – gera infindáveis debates, por exemplo, sobre o modo mais adequado de elaborar políticas de intervenção e conscientização da população no que concerne à práticas, atitudes e comportamentos considerados de risco. As tentativas de disciplinalização por meio de campanhas informativas costumam adotar um viés racionalista que pressupõe que um indivíduo bem informado, por ser consciente, torna-se responsável. Essas abordagens nem sempre são bem-sucedidas por não atentarem à dimensão das motivações subjetivas dos atores em suas práticas. Isto é justificado pelo fato de que a representação de pessoa que prevalece no cenário político e jurídico contemporâneo é o indivíduo responsável. Ser responsável implica ponderar em que medida suas atitudes podem afetar negativamente a si próprio e às pessoas que o cercam – considerar as vontades e o bem-estar alheios antes de tomar decisões. Nesse contexto, a responsabilidade é concebida como uma forma de delimitar e proteger a liberdade individual. Tal formulação, implica uma contradição entre ser inalienavelmente livre e ter suas ações submetidas a regras que prescrevem o que é permitido ou não.

A sexualidade é uma das esferas da vida social em que as tensões entre liberdade e responsabilidade tornam-se especialmente problemáticas. A delimitação de fronteiras entre comportamentos e atitudes aceitáveis e desejados e aqueles que devem ser objeto de intervenção das instâncias reguladoras da sexualidade (Estado, medicina, mídia, religião) nem sempre é clara. No processo de politização da sexualidade, marcado pela produção de novas normatividades, convenções e regulações das relações entre

indivíduos, condutas antes consideradas comuns e até positivamente validados passam a ser questionados, condenados e combatidos (Laumann & Gagnon, 1995). A consolidação da idéia da sexualidade como um direito e a crescente valorização da subjetividade, fez com que o sexo ilegítimo deixasse de ser associado ao exercício sexual não-reprodutivo. Houve uma proliferação de categorias e classificações das práticas e identidades sexuais e um aumento do número de condutas sexuais socialmente aprovadas. Porém, intensificaram-se os esforços de controle social às práticas sexuais marcadas pelo uso da violência, pela desigualdade de poder entre os indivíduos e/ou que ocasionam algum sofrimento subjetivo, além dos chamados comportamentos sexuais de risco. Laumann & Gagnon (1995) ressaltam que essa mudança em torno dos limites e critérios de distinção entre sexualidades aprovadas e condenadas, promovida pelos processos de secularização no Ocidente desde o século XIX, também ocasionaram um deslocamento dos debates acerca das condutas sexuais classificadas como legítimas e ilegítimas do terreno da moral (bem x mal) para o da saúde física e mental (saudável x perverso, normal x patológico).

Neste cenário, o bem-estar subjetivo se configurou enquanto requisito à felicidade e à vida saudável (Béjin, 1987). Nesse sentido, a busca pelo prazer sexual – antes vista como forma de transgressão às normas sociais e à moralidade de orientação cristã – adquiriu o estatuto de exercício de autodescoberta, tornou-se um valor, um direito e um atestado de normalidade. A definição de saúde sexual, contida no documento *Promotion of Sexual Health – Recommendations for action* (2000) elaborado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) em colaboração com a Associação Mundial de Sexologia (AMS), evidencia como as noções de saúde, direitos sexuais e prazer/satisfação sexual estão estreitamente vinculados nos discursos e debates contemporâneos acerca da sexualidade.

“A saúde sexual é o processo de realização permanente do bem-estar físico, psicológico e sociocultural relacionado com a sexualidade. A saúde sexual é observada na expressão livre e responsável das capacidades sexuais que propiciam um bem-estar pessoal e social harmonioso, enriquecendo desta maneira a vida individual e social. Não se trata simplesmente da ausência de disfunção ou enfermidade ou de ambos. Para que a saúde sexual seja obtida é necessário que os direitos sexuais das pessoas sejam reconhecidos e garantidos” (2000:6).

A referência às “capacidades sexuais que propiciam um bem-estar pessoal e social harmonioso”, significa a capacidade de expressar a sexualidade, de obter prazer sexual com seu exercício e de estabelecer vínculos significativos com outros indivíduos. O comportamento sexual responsável é um conceito-chave, definido por um conjunto de características: “autonomia, maturidade, honestidade, respeito, consentimento, busca pelo prazer e bem-estar” (2000:8). É expressa também uma ressalva: alguém que pratica um comportamento sexual responsável não exerce qualquer modo de exploração, manipulação, assédio ou discriminação em suas relações. As condutas sexuais transgressoras, comportamentos capazes de restringir a autonomia individual nas relações e as disfunções sexuais são tidas como grandes ameaças à saúde sexual. Uma listagem de práticas, atitudes e comportamentos a partir dos quais classificar uma pessoa adulta como sexualmente saudável e as práticas e investimentos institucionais que permitem definir uma sociedade como sexualmente saudável são apresentadas como critérios para avaliação de indivíduos, grupos sociais e populações.

O documento constrói um ideal de indivíduo, de estilo de vida e de sociedade a ser alcançado. Os conceitos e ações propostos representam um projeto normativo ainda mais ambicioso do que o expresso nas declarações e programas de ação do Cairo e de Pequim. O texto evidencia que ser um indivíduo saudável não é apenas um estado físico e mental, mas agir de acordo com um conjunto de valores e princípios morais. Giami (2006) aponta que a articulação entre saúde e direitos humanos conduziu a uma concepção de saúde como valor moral e político e como “um dos principais critérios de avaliação das instituições e sistemas políticos e ideológicos” (Giami, 2006:67).

O *Promotion of Sexual Health – Recommendations for action* (2000) representa uma tentativa da OMS e da OPAS em parceria com a AMS de estabelecer conceitos, identificar problemas e sugerir intervenções. O documento serve de marco conceitual e político para uma mudança da perspectiva sobre saúde sexual, tendo promovido sua estreita vinculação à temática dos direitos humanos. Giami (2006) destaca que as ações desses organismos internacionais, inclusive a elaboração do documento em questão, partem de uma perspectiva de mudança sociocultural ancorada em uma idéia de progresso social, orientada em torno dos ideais de saúde e liberdade. “A associação entre saúde sexual e direitos sexuais se inscreve na estratégia de estabelecimento de um consenso internacional na busca por uma nova moral sexual fundada sobre o princípio e a finalidade da saúde” (Giami, 2000:68).

Carrara (2006) destaca que, com a emergência do discurso dos direitos humanos, não desapareceu o caráter estratégico da regulação da sexualidade pelo Estado e pela ciência para a gestão das populações. O autor afirma que há uma tendência contemporânea de não apenas associar a idéia de direitos sexuais à de saúde sexual, como também de derivar a primeira da segunda. A universalidade e legitimidade conferidas à idéia da saúde como um direito foram estendidas à sexualidade pela noção de saúde sexual, tornando a delimitação do escopo dos direitos sexuais um objeto do saber médico. Segundo o autor, isto acarreta o risco de que questões relativas ao direito e às leis tornem a ser pensadas nos termos de uma norma médica, ou seja, científica – articulação que historicamente resultou em políticas discriminatórias e intervenções autoritárias sobre os corpos dos cidadãos – (Carrara, 2006).

A ciência da sexualidade continua a desempenhar um papel fundamental na distinção entre o “bom” e o “mau” sexos. Zilli (2007) aponta que a sexologia contemporânea elegeu como temas privilegiados a sexualidade normal e a terapia sexual – centrando-se principalmente na questão das disfunções sexuais. Sua legitimação como área de conhecimento científico contribuiu enormemente para a consolidação do conceito de saúde sexual no qual o direito e a capacidade de expressar a sexualidade e obter prazer – “chegar ao orgasmo” – ocupa uma posição central. A sexologia é claramente uma disciplina pedagógica, cujo objetivo consiste na otimização racional da atividade sexual, norteadas pela perspectiva da sexualidade enquanto espaço de realização e expressão da liberdade e singularidade individuais (Zilli, 2007). Neste contexto, o prazer erótico se configura como meio de expressão dos direitos sexuais dos indivíduos e a saúde sexual como sinônimo de comportamento sexual livre e responsável (Giarni, 2006).

No entanto, caracterizar um comportamento sexual como responsável pressupõe determinar o que é ou não possível/aceitável de experimentar nas relações afetivo-sexuais, que vivências podem ser consideradas ou não legítimas, quem pode exercer a sexualidade e com quem. Portanto, é em defesa da liberdade sexual que se busca delimitar seu exercício. Essa é uma contradição fundamental que se impõe ao campo de debates contemporâneo. A noção de consentimento emerge aí como pré-condição para contatos e práticas sexuais entre os indivíduos, numa tentativa de atenuar as tensões no campo. Contudo, longe de minimizar tais tensões, esse conceito mostrou-se problemático.

1.2 Violência e erotismo

O consentimento serve como meio de legitimar as interações sexuais entre os indivíduos, um parâmetro de classificação e distinção entre atitudes e comportamentos sexuais responsáveis – que proporcionam o bem-estar – e atitudes e comportamentos violentos e/ou patológicos. A noção de consentimento implica a capacidade de avaliação dos riscos e conseqüências das ações individuais e da escolha por se engajar apenas em relacionamentos que não violem seus direitos sexuais e sua individualidade, bem como de seus parceiros. Essa definição contém implicitamente a idéia de que os indivíduos realizam um movimento de autoreflexividade³ contínuo – um processo de autoquestionamento e de busca por autoconhecimento, que constitui um projeto de monitoramento reflexivo do *self* – a partir do qual orientam e avaliam seus atos. É a habilidade em realizar esse monitoramento constante dos próprios desejos, aspirações e atitudes e de julgá-los adequadamente nos diferentes contextos de interação que asseguraria um comportamento sexual responsável. Parte-se da premissa de que as pessoas devem agir de modo a zelar pela igualdade em suas relações.

A eficácia do consentimento enquanto ferramenta de manutenção da liberdade, igualdade, integridade e autonomia das pessoas em suas relações depende do grau de aderência e comprometimento do indivíduo para com a ideologia individualista. Porém, mesmo em uma configuração social como essa, os significados e as formas assumidos pelo consentimento nas relações estão sujeitos a constantes reelaborações e interpretações. A própria percepção do indivíduo moderno como autoreflexivo pressupõe tal condição, na medida em que se parte da premissa de que ele se dedica ao auto-exame contínuo de suas práticas sociais e as modifica e transforma à luz das informações adquiridas sobre elas, alterando-as constitutivamente. Ademais, no mundo concreto os indivíduos ocupam diferentes posições e papéis sociais, que possuem status distintos e estão hierarquicamente organizados. Não se pode deixar de considerar também a assimetria de poder que prevalece nas relações entre os gêneros e entre diferentes faixas etárias em inúmeros cenários culturais, além do fato de que os indivíduos nem sempre agem de acordo com sua vontade. As possibilidades de exercer e enunciar o desejo variam conforme seus modos de inserção nos contextos socioculturais específicos. Há ainda o elemento do direito ao prazer que torna a gramática do consentimento ainda mais complexa.

³ Sobre reflexividade na modernidade, ver Giddens, 1991.

O prazer sexual compartilhado é tido como objetivo primordial dos indivíduos em suas relações sexuais e como atestado de normalidade, de ausência de disfunções ou perversões. O “modelo normativo do clímax sexual” (Zilli, 2007:40) institui a negociação sexual – que se dá pelo diálogo entre os parceiros e pela expressão da vontade individual – como o mecanismo de garantia do consentimento nas relações, assegurando assim a maximização do prazer. Embora essa perspectiva da negociação sexual tenha surgido recentemente, a partir da vinculação entre saúde e direitos sexuais, Barbosa destaca que a “idéia de que a sexualidade e as práticas sexuais são objeto de negociação não é nova” (1997:4). Segundo a autora, a novidade está no reconhecimento e valorização política dessa articulação e na positivação e incentivo à sua prática. Se antes a noção de negociação sexual era associada à promiscuidade e ao sexo por dinheiro, com as estratégias de prevenção ao HIV/AIDS e a emergência de conceitos de saúde reprodutiva e de saúde sexual centrados na noção de direitos humanos e bem-estar, ela passa a ser conectada à preservação da saúde e da liberdade sexual.

A importância adquirida pela negociação sexual na década de 1990 está relacionada a uma mudança no modo como são concebidas as relações reprodutivas e sexuais entre os gêneros. A busca por equidade de poder entre homens e mulheres fez com que a responsabilidade pelas conseqüências do sexo – reprodução, doenças sexualmente transmissíveis – passasse a ser vista como algo a ser compartilhado pelos parceiros e não mais como uma incumbência exclusivamente feminina. As estratégias para reduzir a vulnerabilidade das mulheres pelo aumento de seu poder e de sua capacidade de negociar o uso de contraceptivos e da camisinha tornaram a idéia de negociação sexual um conceito-chave nos discursos e políticas de intervenção no campo da saúde pública (Barbosa, 1997).

No entanto, a negociação sexual não se reduz à questão da comunicação entre parceiros/enunciação da vontade individual e à negociação em torno do uso de anticoncepcionais e preservativos. Barbosa enfatiza que, na abordagem da questão, não se deve “desconsiderar outras instâncias da prática sexual e da vida cotidiana, cuja abordagem parece ser fundamental à compreensão das matizes da relação de poder envolvida nos jogos sexuais e amorosos” (Barbosa, 1997:28). A autora propõe pensar a negociação sexual como uma encenação do jogo de poder vinculado ao gênero e à sexualidade em que a construção de significados sexuais relacionados ao feminino e ao masculino modelam as práticas sexuais e reprodutivas, condicionam os processos de negociação – o que se negocia, o que é possível negociar e com quem – para que se

possa melhor compreender as nuances nas relações de poder entre homens e mulheres. As condições e possibilidades de negociação são constantemente contestadas, reinventadas e ajustadas.

Barbosa (1997) afirma que, na contemporaneidade, a negociação sexual compreende as seguintes dimensões das experiências afetivo-sexuais: a recusa sexual, a (in) fidelidade, o sexo não-penetrativo e o uso de preservativo. Sugiro que a temática não se restringe apenas a essas quatro dimensões, abrangendo também aquelas do sexo não-reprodutivo e da busca pelo prazer/satisfação sexual. No contexto de democratização das relações íntimas, os debates em torno da temática da negociação sexual e do consentimento atribuem especial ênfase à questão do não consenso entre as vontades, desejos e expectativas individuais, passível de abrir espaço para conflitos, barganhas e uso de coerção nas relações amorosas e sexuais. Como já dito, esses debates se inserem no campo de discursos, iniciativas e intervenções que buscam instaurar uma moral sexual baseada nos princípios de igualdade e liberdade sexual, caracterizada por definir práticas desviantes como patologias. É em nome do bem-estar e do prazer, como pressupostos para uma vida sexual e social harmoniosas e para manutenção da saúde sexual que se destitui de legitimidade relações que violem ou ameacem a integridade individual – pensada em termos de bem-estar físico, mental e social. Este processo envolve uma reformulação do conceito de erotismo e uma transformação da vivência e dos sentidos a ele atribuídos.

O erotismo é classicamente concebido como subversão dos tabus e convenções morais, perpassado pela oposição feminino/passivo *versus* masculino/ativo; ou seja, pelas relações de submissão e dominação. Ele é vivenciado enquanto transgressão da ordem social e moral. Gregori (1993), recorrendo às reflexões de Bataille, afirma que o erotismo envolve um movimento de desapossamento de si, em que os sujeitos em relação deixam de ser parceiros para se fundirem e chegarem ao mesmo ponto de dissolução – o êxtase sexual. A partir de sua análise de uma relação conjugal violenta, a autora demonstra como a violência – sob a forma da agressão física – pode funcionar como movimento de ruptura que prepara os corpos dos amantes para o movimento de fusão, na busca pelo prazer compartilhado. O erotismo põe em questão a descontinuidade dos corpos, as individualidades, na medida em que promove sua dissolução.

A concepção do feminismo radical, de que nas relações sexuais heterossexuais os atos de dominação e a condição de submissão constituem o significado social de

homens e mulheres, respectivamente, fez do erotismo uma zona de perigo para as mulheres, marcada pela objetificação e violação de seus corpos. No clássico *Pleasure and Danger*, Vance (1984) aponta que a ênfase dada por esse discurso à associação entre sexo e perigo fez com que a questão do prazer feminino fosse negligenciada e o desejo codificado como atributo masculino. Em sua crítica ao feminismo radical, a autora ressalta que invisibilizar o prazer e o desejo das mulheres, conferindo um espaço reduzido ao gozo feminino na esfera pública e investindo-o de um sentido de culpa na esfera privada, não contribui de forma alguma para o empoderamento das mulheres em suas relações. Afirma ainda a importância de que o feminismo se engaje em políticas de reivindicação do prazer como direito e problematize não apenas a brutalidade e a opressão dos homens sobre as mulheres, mas também a repressão ao desejo feminino – da qual as feministas radicais seriam cúmplices.

Em artigo sobre violência e erotismo, Gregori (2003) sugere que a análise de Vance construiu uma nova convenção sobre o erotismo, baseada na ideia de que a liberdade sexual das mulheres engloba prazer e perigo, resultando em uma significativa ampliação no escopo dos debates acerca do prazer e organizando consideravelmente as ações e reflexões do feminismo contemporâneo sobre o tema. No entanto, essa convenção também teria promovido a dissociação entre as duas problemáticas, fazendo com que os nexos entre prazer e perigo permanecessem inexplorados e conduzido a uma perspectiva simplista sobre o problema da violência.

Para a autora, a representação do êxtase sexual enquanto estado de dissolução fundamental ao sentido de erotismo é ainda bastante difusa e pode ser utilizada como estratégia para decifrar o nexo que o articula ao gênero e à violência; bem como para refletir sobre as muitas manifestações (noções, práticas, objetos, relações e performances) contemporâneas do erótico. Neste sentido, afirma que:

“Existe uma relação – a ser decifrada com cuidado e nuance – entre a violência de gênero e um conjunto de concepções e práticas relativas à sexualidade. Em particular, tal relação deve dizer respeito a algum aspecto que interconecta a prática sexual no interior de um campo simbólico particular – a uma ‘erótica’ – no qual feminino e masculino, corpo jovem ou velho, asiático, branco, pardo, negro e o suporte de tais definições não estão colados necessária e

exclusivamente a mulheres e homens, como sujeitos empíricos, supondo uma relação de força, de subjugo e de dor” (2003:87)⁴.

A hipótese desenvolvida no texto é de que a vertente do feminismo contemporâneo que se debruça sobre a questão do desejo feminino delegou a temática da violência nas relações afetivo-sexuais ao feminismo radical – cuja leitura do problema permaneceu “determinística e rígida” – e essa tendência teria influenciado o surgimento da nova moral sexual e de um campo alternativo no mercado sexual, que destitui o erotismo de seu sentido subversivo em nome da preservação da liberdade sexual. Gregori (2003) analisa duas *sex-shops* localizadas em comunidades gays e lésbicas americanas, também voltadas para o público heterossexual, que defendem uma filosofia sobre o sexo que visa superar as restrições à livre expressão da sexualidade. Essas duas lojas representariam um modelo alternativo que se contrapõe ao das *sex-shops* convencionais – “modelo hidráulico” – direcionado sobretudo ao mercado heterossexual, “no qual a diferença sexual está baseada na incomensurabilidade e complementariedade entre, de um lado o corpo que deseja, e de outro, o corpo que vai se constituindo como objeto do desejo” (2003:109). Neste contexto, a pornografia é concebida como contestação da sexualidade socialmente aprovada. O corpo que deseja e o corpo que se constitui como objeto são simbolicamente demarcados como masculino e feminino, respectivamente.

O modelo alternativo busca contemplar a maior diversidade possível de práticas e identidades sexuais. Ele defende que a divulgação de informações sobre sexo – que ajudam a consolidar os direitos sexuais e a eliminar preconceitos – e o uso de brinquedos sexuais – que conferem um sentido lúdico à atividade sexual e aumentam o espectro de possibilidades de experimentação do corpo e a maximização da satisfação sexual – possuem um caráter revolucionário (Gregori, 2003). As práticas sexuais assumem o sentido de técnica corporal com a finalidade de fortalecer o *self*. Este modelo representa a construção de um “erotismo politicamente correto”, orientado pela noção de saúde sexual e redime algumas práticas sexuais antes tidas como violentas

⁴ Gregori destaca que, na abordagem das relações entre violência de gênero e a diversidade de práticas e convenções relativas à sexualidade, se faz necessário explicitar que “o que importa, no caso, é a desigualdade que incide na relação entre o feminino e o masculino, pois as representações e práticas posicionam gêneros em ‘suportes empíricos’ variados” (Gregori, 2003:92); ou seja, o masculino e o feminino enquanto categorias simbólicas não são alocados exclusivamente a homens e mulheres como sujeitos empíricos. Em situações e contextos específicos, os corpos dos homens também podem ser violados, sendo re-simbolizados e tratados como femininos. É isso que permite pensar o fenômeno da violência de gênero como algo que não se restringe às relações afetivo-sexuais entre homens e mulheres.

e/ou patológicas – BDSM, por exemplo – por meio das noções de consentimento e negociação sexual, e da atribuição de uma dimensão lúdica a essas práticas pela noção de brincadeiras sexuais (Gregori, 2003). É o ideal de igualdade o que torna necessário essa reinvenção dos sentidos atribuídos ao erotismo, sua desvinculação de marcadores sociais – como gênero, raça, classe – e da violência – pensada em termos de desequilíbrio de poder nas interações sociais –, fazendo com que a dimensão do erótico adquira um sentido de inclusão social. “O ‘bom sexo’ parece ser agora apenas o que ocorre entre pessoas com o mesmo poder social” (Carrara, 2006:21).

Gregori (2003) ressalta a ênfase dada por esse modelo à genitalidade. A centralidade dos órgãos genitais como objeto do desejo substitui aqui a ênfase em um tipo de corpo específico, obliterando as diferenças culturalmente inscritas nos corpos e negando a correspondência entre um tipo de corporalidade e determinada conduta sexual.

“Este é o lado para o qual essas alternativas criam novos horizontes para a reflexão teórica: não há correspondência entre a posição do sujeito em termos sociológicos, de gênero, racial e um tipo modelar de comportamento ou preferência sexual. O campo se alarga, ainda que ao preço de uma fragmentação. Antes: a própria fragmentação é empregada como algo positivo, como uma resignificação que visa a expansão dos prazeres possíveis e a implosão de modelos ou da modelagem convencional do comportamento sexual” (Gregori, 2003:116).

Na nova representação do erótico, a diferença somente é positivada pela noção de diversidade sexual, pela celebração do direito a buscar o prazer das mais variadas formas. A análise de Gregori indica, como no discurso dos direitos sexuais, tenta-se resolver a questão da diferença através de sua alocação e restrição ao plano das subjetividades. A livre expressão das subjetividades é um valor constantemente reafirmado nos discursos sobre direitos e saúde sexual, mas também gera tensões. A possibilidade de que essa liberdade se traduza em violência – através do temido excesso sexual, que leva a condutas sexuais subversivas – é o que torna as noções de consentimento, negociação e brincadeiras sexuais tão indispensáveis para a possibilidade de um “erotismo politicamente correto”. O consentimento permite a eliminação dos riscos e a preservação das individualidades, na medida em que, ao

contrário de um desapossamento do eu, se dá a afirmação de si pela enunciação da vontade individual. A negociação sexual proporciona um modelo de resolução de conflitos que fortalece e reafirma as individualidades, permitindo que fantasias e desejos divergentes possam ser conciliados – ou não – sem que se recorra ao uso de estratégias de coerção. Tratar os jogos de dominação e submissão – nos quais a dor se traduz em prazer e a violência em desejo – como brincadeiras sexuais, ressaltando seu caráter de encenação lúdica, representa um deslocamento das desigualdades de poder entre os indivíduos para o terreno das fantasias, um teatro encenado na intimidade. Pode-se brincar de ser sádico ou masoquista, desde que isto não se reflita em outras esferas da vida social e não comprometa o engajamento dos indivíduos na manutenção da igualdade em suas relações nos mundos público e privado.

A produção dessa nova erótica e a emergência do conceito de saúde sexual, fundamentado na idéia de direitos sexuais e de comportamento sexual responsável, devem ser entendidos no contexto de intensificação do que Foucault (1993) nomeou dispositivo da sexualidade. Nele, as dinâmicas do poder articulam saber, prazer e os corpos na construção de uma tecnologia do sexo que configura a sexualidade como natural e o indivíduo normal. Este dispositivo engendra a ampliação e a intensificação cada vez maior dos domínios e formas de controle, as sensações do corpo e a qualidade dos prazeres; se relaciona com a economia, fundamentalmente, pelo corpo – um corpo que consome e produz; e faz proliferar, inventa, anexa e penetra nas profundezas dos corpos, visando controlá-los de uma forma global. Deve ser entendida também em relação ao processo de crescente monopolização da violência pelo Estado e de um policiamento cada vez mais minucioso de suas manifestações na esfera privada, instilando um crescente monitoramento social e pessoal e a modificação e reorganização de relacionamentos, condutas, sentimentos e sensibilidades.

Se, como afirma Foucault (1993), o surgimento da população enquanto problema econômico e político no Ocidente, a partir do século XVIII, fez com que o sexo passasse a ser percebido como algo a ser gerido e que deve funcionar de acordo com um padrão bem definido, o mesmo se passou com a violência. A redefinição das fronteiras de intervenção do Estado e das ciências na sociedade, e sobre os indivíduos e suas relações íntimas, o discurso dos direitos humanos e a psicologização da pessoa fizeram com que comportamentos e atitudes naturalizados fossem considerados subversivos, agressivos e danosos, promovendo uma reelaboração dos sentidos atribuídos à violência. Não apenas os corpos deveriam ser controlados e protegidos, como também

as subjetividades. Houve um avanço nos patamares de sensibilidade tanto em relação ao sexual quanto à violência. As práticas sexuais sobre as quais se intensificam cada vez mais as formas de controle social são aquelas que envolvem atitudes e comportamentos considerados danosos – aos corpos e subjetividades. A desvinculação entre violência e erotismo é um desdobramento destes processos mais amplos. Na contemporaneidade, talvez mais do que em qualquer outro momento histórico do Ocidente, “o ‘mau sexo’ se refere, em especial, ao sexo que se reveste de um caráter violento” (Carrara, 2006). É neste contexto, em que a perversão sexual assume o sentido de obtenção de prazer em relações não igualitárias – sobretudo naquelas impostas pelo uso da força física – (Béjin, 1987), que a coerção sexual emerge como ameaça a saúde e aos direitos sexuais.

2 DEBATE EM TORNO DA COERÇÃO SEXUAL

Neste capítulo, busca-se construir um panorama da produção acadêmica sobre coerção sexual. O tema vem adquirindo crescente visibilidade no campo de debates internacional acerca do que é legítimo ou não nas relações afetivo-sexuais entre os gêneros. No Brasil, no entanto, a questão não tem sido abordada pela literatura⁵. É importante ressaltar que o caráter relacional da violência, as inesgotáveis possibilidades de conceituá-la e estabelecer gradações, e os distintos caminhos que vêm sendo seguidos pelos pesquisadores tratam de um campo em construção que ainda possui poucos consensos.

A maioria dos estudos e dados citados nesta revisão bibliográfica foi levantada nos portais de periódicos CAPES e Scielo e no site de pesquisas acadêmicas Scholar Google. Os artigos nacionais sobre violência sexual foram encontrados, principalmente, em duas revistas: *Cadernos de Saúde Pública* e *Revista de Saúde Pública*. Os estudos sobre coerção sexual provêm, sobretudo, dos seguintes periódicos: *Sex Roles: a journal of research*, *Archives of Sexual Behavior* e *The Journal of Sex Research*.

A análise bibliográfica buscou abordar as principais questões que se impõem ao campo de discussões sobre o tema. Para tanto, o texto parte de uma reflexão sobre a abordagem dada à temática da violência em saúde e faz uma breve apresentação da forma como a violência sexual vem sendo caracterizada pela literatura (nacional e internacional), para enfim discutir as direções que vêm sendo tomadas pelas pesquisas sobre coerção sexual.

2.1 Violência Sexual como problema de saúde pública

Embora não seja *per se* um objeto do setor de saúde, a partir da década de 1990, o fenômeno da violência adquiriu oficialmente o estatuto de problema de saúde pública na medida em que houve uma ampliação do conceito de saúde e surgiram avaliações afirmando que suas conseqüências físicas, psicológicas e mentais geram enormes demandas para este setor (Minayo, 1994). Em 1993, a *Organização Pan-Americana de Saúde* (OPAS) começou a pressionar seus países membros para que inserissem o

⁵ O levantamento bibliográfico detectou apenas um estudo nacional que aborda diretamente a questão.

problema da violência em suas agendas de intervenção (Minayo, 1994). Um dos principais marcos da incorporação das temáticas relacionadas à violência na pauta mundial da saúde foi a 49^a *Assembléia Mundial de Saúde* da OMS, em 1996, que priorizou o tema da violência, suas conseqüências individuais e sociais – a curto e longo prazo – e seu impacto sobre os serviços de saúde.

Em 2002 foi publicado o *World Report on Violence and Health*, um extenso relatório elaborado com base em análises de dados coletados em quarenta e oito países sobre diferentes modalidades de violência. Este documento da OMS afirmou o papel crucial que a saúde pública teria a desempenhar no que se refere às causas, conseqüências e prevenção do problema. No texto, a violência é definida como:

“O uso intencional da força física ou do poder, por ameaça ou propriamente dito, contra si mesmo, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, o qual resulte ou tenha uma grande possibilidade de resultar em ferimento, morte, danos psicológicos, mau desenvolvimento ou privação⁶” (2002:5).

O relatório (OMS, 2002) define três categorias de violência bastante amplas: violência autoinfligida (comportamentos suicidas e abuso autoperpetrado); violência interpessoal, dividida em duas subcategorias: intrafamiliar e perpetrada por parceiro íntimo; e violência coletiva (entre pessoas que não possuem relação de parentesco ou qualquer envolvimento afetivo), que se divide nas subcategorias social (“crimes de ódio”), econômica (motivada por fatores econômicos) e política (guerras e conflitos armados em geral). As formas de violência interpessoal e coletiva são priorizadas no documento, que foca sua análise em três segmentos considerados mais vulneráveis: mulheres, jovens e crianças. A “natureza” da experiência vivida é classificada em: física; sexual; psicológica; e envolvendo privação ou negligência.

A violência sexual é concebida pelo documento como qualquer ato sexual, tentativa de obter atos sexuais, comentários ou avanços sexuais indesejados – comercializar ou perpetrar atos contra a sexualidade de uma pessoa – mediante coerção. O texto ressalta que a caracterização de comportamentos como formas de violência sexual independe de sua ocorrência ter ocorrido na esfera pública ou privada, da

⁶ No original: “The intentional use of physical force or power, threatened or actual, against oneself, another person, or against a group or community, that either results in or has a high likelihood of resulting in injury, death, psychological harm, maldevelopment or deprivation” (2002:5).

natureza da relação entre vítima e agressor, e da percepção dos atores sociais envolvidos sobre essas experiências.

A violência sexual e as demais modalidades de violência contempladas pelo relatório são apresentadas como algo dissociado da condição humana, fatos alarmantes que devem ser coibidos em todas suas manifestações e uma ameaça não apenas às vítimas, mas também ao desenvolvimento das nações. Fica evidente no texto como o processo de construção de categorias de violência envolve uma problematização e a qualificação de determinados comportamentos, convenções e atitudes, algumas vezes naturalizados e normativos, como violentos e ilegítimos. Na apresentação do documento é afirmado que os governos, comunidades e indivíduos devem assumir a responsabilidade de transformar “culturas violentas” ao redor do mundo. Não há, portanto, uma reflexão crítica acerca da violência como construção cultural e historicamente datada, que se configura pela percepção de um limite traçado por regras que um ato transgride ou perturba e do sofrimento que ele acarreta, a qual varia culturalmente e de acordo com os contextos específicos de interação social (Zaluar, 1999).

O conceito e as categorias elaborados no relatório representam o esforço desse organismo internacional em traçar diretrizes gerais para identificar, prevenir e combater as múltiplas manifestações do problema da violência em escala global. Trata-se de uma tentativa clara de definir direitos e valores universais que delimitariam o escopo das liberdades individual e coletiva, servindo de referência para que seja possível identificar e pensar sobre o fenômeno. O *World Report on Violence and Health* é um documento político cujo principal objetivo não é tratar das distintas formas e significados assumidos pela violência no mundo, mas denunciá-la, caracterizá-la, promover sua incorporação ao campo de reflexões e de ações políticas em saúde e afirmar a importância de pesquisas que estimem as causas, conseqüências e a magnitude do problema.

Schraiber (2006) destaca que o impacto simbólico das definições e recomendações da OMS a partir da perspectiva dos direitos humanos e a visibilidade conferida pelo relatório à problemática da violência em saúde – ressignificando-a, ampliando o debate e evocando intervenções – promoveram uma reorientação do tratamento dado aos diagnósticos de saúde das populações e contribuíram enormemente para os movimentos sociais. Neste sentido, deve-se também ressaltar que as ações e publicações desse e de outros organismos internacionais – como a OPAS – tiveram grande impacto sobre a

produção acadêmica em saúde, na medida em que apontaram para a importância da articulação entre pesquisa científica e ações políticas em saúde pública no combate ao problema. Isto, aliado a grande evidência que os variados tipos de violência – inclusive a sexual – têm adquirido no campo das disputas intelectuais e políticas, contribuiu para que um academicismo engajado tomasse cada vez mais força no campo.

Desde a década de 1990, em consonância com as recomendações da OMS e da OPAS, os estudos sobre violência e saúde foram orientados, predominantemente, a estimar a magnitude do problema, identificá-lo e evidenciar sua naturalização em determinados contextos, num tom próximo à denúncia. A violência tem sido tratada como possível de ser determinada *a priori*. Não raro, situações não qualificadas como envolvendo violência pelos sujeitos pesquisados – como o sexo forçado, por exemplo – são classificadas como tais pelos investigadores. A não identificação pelos atores sociais é, com frequência, creditada à alienação ou ao medo do estigma que recai sobre as vítimas de algumas modalidades de violência. Fornecer informações sobre modalidades de “violência” narradas e orientação sobre serviços de atendimento e apoio a suas vítimas é referida como procedimento regular em muitos estudos.

O engajamento político transparece também no modo como documentos e pesquisas têm privilegiado determinados atores como vítimas. Mulheres e crianças – sobretudo, do sexo feminino – são tidos como as principais vítimas (Heise, 1994; Drezett, 2000; Jewkes & Abrahams, 2002; Villela e Lago, 2007). A construção e visibilização da violência contra a mulher se devem a força do feminismo como ator político neste cenário. A noção de violência de gênero/abuso baseado no gênero se tornou um conceito-chave nas discussões sobre o tema. No entanto, muitas vezes, os usos e definições dados a esta categoria pelos documentos políticos e pesquisadores não contemplam o caráter relacional das identidades e relações de gênero, utilizando-a de forma intercambiável com a categoria mais restrita violência contra a mulher⁷.

No contexto dos debates sobre gênero e violência, a questão do direito das mulheres a ter a mesma autonomia na esfera da sexualidade da qual desfrutam os homens, sem que sejam sujeitas à discriminação ou violência, emergiu como

⁷ Izumino e Santos (2005) apontam que o termo violência de gênero surge pela introdução do conceito de gênero nos estudos de violência contra a mulher. É uma categoria mais abrangente forjada para dar conta dos variados tipos de violência motivados por questões relativas às desigualdades e formas de discriminação baseadas nas expectativas e identidades de gênero. Portanto, ainda que tenha surgido no âmbito do debate sobre as formas de violência contra mulheres, o termo não se restringe a violências praticadas contra mulheres.

reivindicação central (Francheto et al., 1981)⁸. Gagnon ressalta que a visibilidade conferida pelas feministas à violência sexual contra mulheres produziu quatro agendas de pesquisa:

“(1) a renovação do interesse pelo estudo dos criminosos sexuais, envolvendo o diagnóstico e o tratamento; (2) a preocupação em determinar a incidência real do estupro e da agressão sexual na população, bem como em diferenciar os diversos tipos de situações de estupro (por exemplo, estupro por estranhos, estupro por parceiros de encontros ou por cônjuges); (3) a determinação, na população em geral de homens e mulheres, da gama de atitudes e valores (e, até certo ponto, de comportamentos) que parecem promover o estupro; e (4) o estudo laboratorial da relação entre representações explícitas da sexualidade (não violentas e violentas) e as manifestações posteriores de agressividade” (2006:249).

O desenvolvimento dessas agendas foi acompanhado por um crescimento significativo dos índices de estupros registrados pelas autoridades nos Estados Unidos (cerca de 5,5 vezes mais registros) entre meados da década de 1960 e final da década de 1980, o que conduziu a debates acirrados na sociedade americana sobre a causa deste fenômeno. Foi então discutido se o maior número de registros se deve a um aumento real da incidência dessa forma de violência ou a um maior número de denúncias, resultante das campanhas feministas, apoiadas amplamente pela mídia, para desestigmatizar as vítimas de violência sexual (Gagnon, 2006).

Apesar disso, no campo de reflexões sobre violência contra a mulher em saúde, bem como nas ações políticas de saúde que visam intervir sobre a violência que atinge mulheres, crianças e adolescentes, o problema da violência sexual só se tornou um foco privilegiado de debates recentemente. Este dado pode ser explicitado pelo deslocamento das preocupações em saúde do terreno da reprodução para o exercício da sexualidade. A configuração da violência sexual como questão de saúde pública acarretou a produção de estudos que tentam estimar a prevalência e as causas do problema. Eles têm enfatizado seu impacto para a saúde das mulheres e crianças, os encargos financeiros para o setor de saúde e para a economia dos países (Heise, 1994; Schraiber et al., 2002;

⁸ Francheto et al. (1981) destacam que o feminismo é um dos desdobramentos do individualismo enquanto sistema de representações dominante nas sociedades modernas. Segundo as autoras, “o feminismo pode ser entendido como um dos nomes que individualismo toma no processo de autonomização da sexualidade com relação à família” (pág.37).

Souza e Adesse, 2005). Os estudos de saúde sexual e reprodutiva em larga escala incorporaram questões relativas ao consentimento em experiências de iniciação sexual e ao estupro – por agressor desconhecido ou não – bem como situações de violência sexual perpetrada por parceiros íntimos.

As vivências de situações de violência sexual têm sido relacionadas, principalmente, a traumas emocionais e físicos, dores e doenças pélvicas, vulnerabilidade a doenças sexualmente transmissíveis e ao HIV/AIDS, gravidez indesejada, aborto clandestino, depressão, estresse pós-traumático, maior incidência de uso de drogas lícitas e ilícitas (McMahon et al., 2000; Reis et al., 2004; Gage & Hutchinson, 2006; Cavalcanti et al., 2006). Os dados disponíveis chegam a afirmar que uma em cada quatro mulheres no mundo foram vítimas desse tipo de violência em algum momento de suas vidas, com agravos a sua saúde (OMS, 2002).

O problema tem sido caracterizado por pesquisadores, profissionais de saúde, militantes, juristas e gestores de políticas públicas como uma modalidade de violência contra mulheres (adultas e adolescentes) e crianças (sobretudo do sexo feminino), cujos agentes são exclusivamente do sexo masculino (Kelly & Radford, 1998; Martinez-Ayala et al., 1999; Dantas-Berger e Griffin, 2005). Normas socioculturais relacionadas aos papéis de gênero e a necessidade dos homens em controlar e dominar as mulheres como demonstração de poder e meio de afirmação de sua masculinidade têm sido referidos como principais suportes simbólicos das modalidades de violência sexual (Melendez et al., 2003; Kalichman et al., 2005; Jewkes et al., 2006).

Sarti et al. (2006) ressaltam que a perspectiva essencializada das relações de poder como domínio masculino torna, muitas vezes, inconcebível a idéia de que os homens possam ocupar uma posição de submissão em uma relação violenta. “A expressão da violência, diferenciada segundo a classificação das pessoas e dos espaços sociais por gênero, configurou lugares cristalizados de agressor e vítima” (Sarti et al., 2006:174) a homens e mulheres. Essa perspectiva tem norteado, em grande medida, os estudos e categorizações nacionais e internacionais sobre violência sexual.

De acordo com a literatura, uma parcela muito pequena dos casos é denunciada às autoridades (Gagnon, 2006; Oshiakata et al., 2005). Os surveys internacionais aplicados a amostras da população em geral e de estudantes universitários em diferentes países têm apresentado índices maiores que os oficiais (Alksnis et al., 2000; Jewkes & Abrams, 2002). O estigma social que recai sobre as vítimas de violência sexual, o sentimento de vergonha, o medo e a dependência econômica do agressor são indicados

pelos estudos nacionais e internacionais como os principais fatores que influenciam que uma proporção diminuta de vítimas recorra às autoridades (Kronbauer e Meneghel, 2005; Jewkes et al., 2006; Bedone e Faúndes, 2007).

No entanto, Gagnon (2006) aponta que uma análise mais atenta das pesquisas americanas sobre estupro, por exemplo, demonstra que o fato de indicarem um número de casos bem maior do que os registros produzidos pelo sistema policial não torna seus resultados inquestionáveis. Em parte, porque uma considerável parcela desses estudos se utilizam das chamadas denúncias “por procuração” em que os informantes relatam experiências de vitimização vivenciadas por membros de suas famílias aos pesquisadores, o que pressupõe que as vítimas de violência sexual necessariamente compartilham a experiência com familiares. Por outro lado, para Gagnon (2006), os pesquisadores americanos não parecem estar sendo mais bem sucedidos do que a polícia em obter relatos de estupro nos quais o agressor é alguém conhecido da vítima.

A maioria das pesquisas sobre violência sexual tem se direcionado à clientela dos serviços de saúde e das delegacias, para avaliação da qualidade desses serviços de atendimento e a análise das representações dos profissionais e vítimas sobre o problema e suas conseqüências (Lopes et al., 2004; Kronbauer e Meneghel, 2005; Cavalcanti et al., 2006). O estupro, não raro descrito como a forma mais extrema de violência de gênero pelos autores (Drezett, 2001; Oliveira, 2007), é a modalidade de violência sexual mais investigada pela literatura. Porém, é importante ressaltar que a definição dada ao estupro nos estudos nacionais e internacionais não é a mesma.

O estupro é, com freqüência, definido pela literatura internacional como penetração vaginal, sexo anal e/ou sexo oral obtidos por uso ou ameaça de uso da força física e/ou incapacidade da vítima em reagir. Já a literatura nacional, seguindo a definição dada pelo *Código Penal* brasileiro, entende o estupro como conjunção carnal mediante grave ameaça. Nos estudos nacionais também é investigado amplamente o atentado violento ao pudor, entendido como atos libidinosos mediante violência ou grave ameaça, incluindo sexo anal e oral⁹.

No Brasil, o fato de pesquisas terem abordado, até recentemente, apenas casos reportados às delegacias e serviços de saúde contribuiu para que outras formas de violência sexual consideradas mais amenas e, portanto, menos graves não fossem

⁹ As denúncias de violência sexual e os casos que chegam aos serviços de saúde se inserem quase que em sua totalidade nas categorias estupro e atentado violento ao pudor, as quais figuram no *Código Penal* brasileiro como modalidades de “crime contra os costumes”; ou seja, como crimes que ofendem a moralidade pública e não a pessoa (Vianna e Lacerda, 2004).

contempladas pelos estudos. Em diferentes países, o fato dos inquéritos populacionais e surveys sobre o tema terem apontado que situações nas quais não ocorre propriamente o estupro e cujos agentes são pessoas conhecidas, parceiros e familiares das vítimas não costumam ser reportadas às autoridades têm feito com que modalidades de violência sexual que não empregam o uso da força física venham ganhando visibilidade. Os estudos também têm sugerido a existência de uma sobreposição entre violência sexual, física e emocional no contexto de relacionamentos íntimos (Heise, 1994; Griffin, 1994; Garcia-Moreno et al., 2006).

No que se refere à questão do chamado “estupro marital”, Gagnon (2006) afirma que esta modalidade de violência sexual seria mais comum em dois tipos de relacionamento conjugal, nos quais o uso legítimo da força varia de acordo com cenários culturais específicos: relacionamentos em que há certa dificuldade em estabelecer consenso entre os parceiros acerca da frequência das relações sexuais e/ou da forma mais apropriada de travar contatos sexuais; e, principalmente, relacionamentos em que ocorre violência conjugal, sendo a violência sexual parte de um contexto mais amplo de maus-tratos. Para o autor, os distintos contextos e manifestações da violência sexual são perpassados por uma moral sexual em cujo “direito de o homem empregar medidas coercitivas para manter relações sexuais tende a ser tratado como mais legítimo à medida que o relacionamento assume níveis maiores de permanência e legalidade” (2006:255). Essa perspectiva vem sendo corroborada por muitos estudos sobre o tema.

Seguindo a tendência internacional de qualificar violências e problematizar condutas sexuais entre parceiros íntimos, desde 2000 têm surgido estudos nacionais que visam investigar a violência sexual entre parceiros (Schraiber et al., 2007; Polanczyk et al., 2003; Reichenheim et al., 2006). Essas pesquisas têm destacado que intercurso e/ou contatos sexuais cedidos por medo de agressões físicas ou de acusações de infidelidade que pudessem levar a tais agressões tendem a não ser entendidos pelas vítimas como formas de violência sexual, o que estaria relacionado a uma convenção cultural de que satisfazer o parceiro é uma das obrigações conjugais das mulheres (Dantas-Berger & Griffin, 2005; Souza e Adesse, 2005). Esses estudos também começam a afirmar a necessidade de pesquisas que abordem formas de violência sexual consideradas menos graves e que têm sido referidas como mais disseminadas pela literatura internacional.

A preocupação em desvendar e estimar o fenômeno da violência sexual em suas manifestações mais distintas e invisíveis que começa a se insinuar nos estudos nacionais, se fez presente nas investigações americanas desde a segunda metade da

década de 1980 e nas recomendações de organismos políticos, como a OMS, desde a década de 1990. A coerção sexual foi um dos conceitos e categorias forjados para tentar dar conta da ampla e complexa variedade de relações e cenários que ensejam experiências de sexo forçado e atos contra a liberdade sexual de uma pessoa, contemplando fenômenos muito distintos que envolvem diferentes graus de intimidação e avanços sexuais obtidos.

2.2 Um documento de posição

Em 1994, o *Populational Concil*¹⁰ e o *Health and Development Policy Project*¹¹ organizaram um evento com pesquisadores e profissionais de diversas disciplinas¹² experientes na investigação de questões relacionadas à coerção sexual e saúde reprodutiva. O evento se constituiu em uma iniciativa pioneira de tentar consolidar este campo de investigação e estabelecer um consenso sobre o tema da coerção sexual. Os objetivos eram: afirmar o impacto da coerção sexual para a saúde sexual e reprodutiva das mulheres; compreender seus contextos, causas e conseqüências; efetuar um mapeamento das pesquisas realizadas; elaborar conceitos e parâmetros metodológicos que pudessem ser usados pelos pesquisadores transculturalmente; e construir uma agenda de pesquisa comum. Os debates e grupos de trabalho na conferência resultaram no relatório *Sexual Coercion and Reproductive Health, a focus on Research* (1995).

O documento proporciona um panorama das discussões realizadas na conferência e se pretende um guia para abordar a questão. A coerção sexual e a falta de poder de negociação das mulheres em suas relações são associadas no texto à: contaminação por DSTs; gravidezes indesejadas; perda de prazer e/ou medo de ter relações sexuais; aborto inseguro; iniciação sexual forçada; problemas ginecológicos; e até mesmo ao homicídio ou suicídio em culturas onde o estupro e/ou a gravidez fora do casamento são fortemente estigmatizados. A coerção sexual é definida como:

¹⁰ O *Populational Concil* é uma organização não-governamental criada em 1952, que busca promover o bem-estar e a saúde reprodutiva ao redor do mundo e ajudar a alcançar um equilíbrio sustentável e igualitário entre os recursos materiais e as pessoas.

¹¹ O *Health and Development Policy Project* visa promover a saúde das mulheres e seu bem-estar apoiando as dimensões da justiça social e de gênero nas políticas macroeconômicas e populacionais e a integração das necessidades das mulheres e a perspectiva feminina às políticas e práticas de saúde.

¹² Os participantes eram cientistas sociais, psicólogos, assistentes sociais, médicos, ativistas políticos, muitos dos quais trabalhavam na área de saúde coletiva.

“O ato de forçar (ou tentar forçar) outro indivíduo através de violência, ameaças, insistência verbal, decepção, expectativas culturais ou circunstâncias econômicas a se envolver em comportamentos sexuais contra a vontade dele ou dela. Assim, ela (a definição) inclui uma larga escala de comportamentos desde estupro forçado violento até áreas mais contestáveis, como expectativas culturais (...)” (pág. 5).

A tentativa do relatório de definir a coerção sexual de modo a contemplar o maior escopo possível de situações envolvendo violência a partir de uma perspectiva transcultural resultou em uma categoria tão abrangente que soa quase como sinônimo da categoria mais geral violência sexual da qual ela deriva. No documento, o termo é utilizado como sinônimo de: exploração sexual; abuso infantil; sexo consentido sem desejo; estupro em situações de conflito; prostituição forçada por terceiros ou por condições de precariedade socioeconômica; coabitação e casamento forçados; assédio sexual; beijos, carícias e toques sexuais sem consentimento, consentidos por medo ou com base em convenções culturais machistas; “sexual harassment”¹³; “blackmail”¹⁴; dentre outras terminologias.

A questão do consentimento constitui o ponto central na conceituação do problema. O relatório ressalta que “qualquer esforço em investigar a coerção sexual em diferentes contextos culturais requer confrontar o problema da dificuldade de como definir o consentimento para os propósitos da pesquisa” (pág.16). O problema concerne ao fato de que práticas condenadas pelo discurso dos direitos sexuais e da saúde reprodutiva são bem aceitas em algumas culturas, destituindo de sentido a noção de consentimento no que se refere ao exercício dessas práticas em tais contextos. A partir deste dado, o relatório propõe que a coerção sexual seja conceituada nos diferentes contextos por meio de um *continuum* que encompasse tanto as práticas definidas como transgressoras – reconhecidamente violentas e que recebem punição jurídico-legal – quanto as toleradas – atos normatizados que não são objeto de punição, não importando o modo como a mulher vitimada vivenciou a experiência. Sugere-se também o uso da noção de escolha ao invés de consentimento, o que reforçaria o caráter de agência e iniciativa feminina em suas relações sexuais. Parte-se da idéia de que não é por que um determinado comportamento ou atitude não é definido como violência sexual ou

¹³ Formas de assédio e abuso sexual no contexto de instituições (empresas, escolas, etc), marcadas por assimetria hierárquica entre vítima e perpetrador.

¹⁴ Obter ou tentar obter avanços sexuais e/ou intercurso sexual através de ameaças de revelar segredos e espalhar boatos sobre a vítima.

coerção sexual em uma cultura que ele não existe e acarreta danos. O texto critica os estudos conduzidos por etnógrafos, por considerar que ficam relutantes em classificar algumas condutas socialmente validadas como violência.

A conferência endossou a adoção de um padrão universal para identificar formas de coerção sexual em que a escolha da mulher de travar contatos ou ter relações sexuais deve ser o critério que define se ocorreu ou não a coerção, uma “abordagem em consonância com o movimento de direitos humanos”. A análise e as ações propostas no documento tratam de um projeto pedagógico que “visa preservar os elementos positivos de cada cultura, mas dismantelar aquelas crenças e práticas culturais que causam danos às mulheres e negam seu direito à integridade corporal” (pág. 18).

Embora se afirme que crianças do sexo masculino possam ser vítimas, a coerção sexual é caracterizada no texto como uma modalidade de violência de gênero, concebida de modo equivocado como equivalente à noção de violência contra mulheres¹⁵. Uma ressalva é apresentada de que, ao contrário do que se possa imaginar, em situações envolvendo violência sexual, raramente, os agressores – sempre do sexo masculino – são pessoas desconhecidas pelas vítimas – mulheres jovens, sobretudo adolescentes. A coerção sexual é descrita como uma violência típica da vida privada, um desdobramento da violência intrafamiliar, da perpetrada por parceiro íntimo ou por pessoas conhecidas.

Três capítulos do relatório se dedicam a discutir os fatores que contribuem para que os homens tenham atitudes e comportamentos violentos. Afirma-se que eles possuem certa tendência, determinada pela biologia, a serem mais agressivos do que as mulheres. Entretanto, é enfatizado que essa tendência pode ser eliminada ou reforçada por meio da socialização, tida como o fator determinante para que uma pessoa se torne – ou não – violenta. São apontados quatro níveis de fatores para que jovens rapazes utilizem coerção em seus relacionamentos afetivo-sexuais: um nível mais interno, que se refere à trajetória pessoal (histórico de abuso sexual na infância, por exemplo); o plano do microsistema, forças operando no contexto imediato da situação (como o uso de drogas ou bebidas alcoólicas); o nível do exosistema, que se refere às estruturas sociais formais e informais (pressão dos pares, por exemplo); e o do macrosistema, composto pelas crenças e valores culturais mais abrangentes e pelas estruturas de poder,

¹⁵ “Gender-based abuse crosses the boundaries of classes and education, culture and ethnicity and, as defined here, primarily involves the physical or psychological abuse of women or young girls. It takes a variety of forms – from social indoctrination that compels women to cut their genitals to gain social acceptance to overt acts of force, such as rape” (pág. 5).

o qual teria grande influência sobre os demais níveis (pág. 26). A importância da potência e da conquista sexuais na construção da masculinidade e o caráter instável que lhe é conferido (como algo que deve ser constantemente reafirmado) em diversas culturas são apresentados como alguns dos principais fatores que levam os homens a cometerem violência contra as mulheres. Os estereótipos e expectativas acerca de comportamentos masculinos e femininos também são apontados como elementos que contribuem para que ocorra coerção sexual.

O documento contém um conjunto de recomendações a serem seguidas pelos pesquisadores. Os participantes da conferência se reuniram para elaborar os princípios básicos que deveriam guiar pesquisas sobre coerção sexual e as formas de mensurar a violência. No que diz respeito às abordagens metodológicas, indica-se que, na busca por dados sobre coerção sexual, os questionários ou entrevistas devem conter perguntas múltiplas sobre comportamentos específicos, bem como sobre situações em que as mulheres pesquisadas vivenciaram experiências envolvendo violência em seus relacionamentos, para que se possa comparar sua percepção sobre o que é violência e descobrir quais comportamentos elas têm suportado ao longo de suas vidas. É apontado que entrevistas, estruturadas ou não, quando realizadas em reservado – com a presença apenas do entrevistador e do informante – têm sido mais bem sucedidas em obter detalhes íntimos das vidas dos entrevistados; e que, em pesquisas com diferentes abordagens metodológicas, o gênero do pesquisador não influenciou as respostas dos informantes. Contudo, não se pode afirmar o mesmo de pesquisas em que a diferença de classe social entre pesquisador e informante era evidente. Afirma-se também a importância de não se colocar em situação de risco as mulheres que aceitam participar de investigações relacionadas à violência; é sugerido que os pesquisadores não façam quaisquer perguntas sobre o tema na presença de familiares ou pessoas conhecidas das entrevistadas.

O relatório destaca que abordagens quantitativas têm sido priorizadas pelos investigadores e recomenda que se incorporem às agendas de pesquisa estudos qualitativos que busquem compreender os sentidos e definições atribuídas pelos sujeitos à coerção sexual, atentando para os contextos socioculturais em que a violência se configura e para questões fundamentais no que se refere à compreensão do problema, tais como: os roteiros, atitudes e valores sobre sexualidade; as trajetórias afetivo-sexuais dos sujeitos; as práticas culturais e as dinâmicas das relações de gênero em variados contextos socioculturais; e os processos e formas institucionais que ajudam a perpetuar

a violência. Ressalta-se a necessidade de dados epidemiológicos de diferentes contextos que permitam uma comparação e integração dos temas relacionados à coerção sexual àqueles relacionados ao HIV/AIDS, à sexualidade e à reprodução.

As recomendações e diretrizes traçadas pelo *Coercion and Reproductive Health, a focus on Research* (1995) parecem ter surtido efeito no campo de estudos sobre o tema. O documento é referência de quase todos os artigos da revisão bibliográfica que abordam diretamente a questão da coerção sexual. Além disso, como evidencia a discussão realizada a seguir, suas definições e sugestões encontraram ressonância na produção acadêmica, tanto no que diz respeito aos caminhos que vem sendo trilhados pelos pesquisadores em termos metodológicos quanto na forma como é concebida por eles a coerção sexual e suas conseqüências negativas para a saúde.

2.3 Caminhos trilhados pelos pesquisadores

O mapeamento de pesquisas sobre o tema da coerção sexual apresentado pelo relatório *Sexual Coercion and Reproductive Health, a focus on Research* (1995) demonstrou que as principais áreas investigação que produziram conhecimentos sobre coerção sexual são: pesquisas sobre comportamentos de risco relacionados ao HIV/AIDS; pesquisas feministas sobre violência contra a mulher; e investigações sociológicas sobre abuso infantil e violência intrafamiliar. Os estudos acerca da vulnerabilidade das mulheres ao HIV e sobre planejamento familiar evidenciaram que nem sempre as mulheres têm controle sobre o momento e a frequência com que têm intercursos sexuais. Apesar disso, segundo o documento, até a década de 1990, apenas pesquisadoras feministas e alguns poucos estudos sociológicos abordavam diretamente a coerção sexual como problema de pesquisa.

O levantamento bibliográfico empreendido para esta dissertação indicou que a maioria dos estudos que abordaram diretamente a questão da coerção sexual se insere, predominantemente, no campo da saúde coletiva e, em menor medida, no da sociologia e da chamada *Sex Reseach*¹⁶; tendo ou não um viés feminista. No conjunto dos artigos, sobressai a produção norte-americana, seja sobre grupos ou subgrupos da

¹⁶ *Sex Reseach* é o termo utilizado para se referir às pesquisas quantitativas e laboratoriais sobre comportamento sexual, surgidas após a Segunda Guerra Mundial e que se disseminaram, principalmente, a partir do advento da epidemia de HIV/AIDS.

população dos Estados Unidos ou, menos com menos freqüência, sobre países em desenvolvimento. Apenas um artigo nacional abordava diretamente o tema.

O artigo de Moraes et al. (2006) definiu a coerção sexual como pressionar, forçar ou tentar forçar alguém a ter relações sexuais contra vontade. O estudo foi elaborado a partir da análise dos dados coletados na fase quantitativa da pesquisa GRAVAD (*Gravidez na Adolescência: Estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil*), com 4.635 jovens (homens e mulheres entre 18 e 24 anos) de três capitais brasileiras (Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador). O inquérito populacional também buscou acessar casos de sexo forçado através da pergunta fechada *Alguém tentou forçar você a ter relações sexuais contra a sua vontade?*. Cerca de 16,5% das mulheres (n = 405) e 11,1% dos homens (n = 210) nas três cidades responderam positivamente à pergunta (a menor taxa foi a da cidade de Porto Alegre e a mais elevada, de Salvador).

As possíveis estratégias de constrangimento apresentadas pelo questionário GRAVAD aos entrevistados foram: “violência física”, “ameaça de violência física”, “outro tipo de violência”, “muita insistência” e “outros”. A “insistência” aparece como o tipo de coerção mais utilizado nas tentativas de obter relações sexuais tanto das mulheres (66,6%) quanto dos homens (94,1%) (Moraes et al., 2006). No caso das mulheres, a violência física é a segunda estratégia mais utilizada (13,6%), seguida da ameaça de violência física (12,2%). Nos eventos reportados por homens, a força física foi empregada em apenas 1,8% dos casos. A relação sexual foi a consequência da coerção em 19,6% das situações reportadas por mulheres e em 26,8% das respostas dos rapazes.

A literatura internacional também define a coerção sexual, muitas vezes, como contatos sexuais ou intercurso sexual obtido por meio de pressão ou pelo uso de força física¹⁷. Alguns pesquisadores procuram defini-la de uma forma mais estreita, utilizando técnicas de mensuração direcionadas a desvendar comportamentos específicos que variam em intensidade (Fiebert & Osburn, 2001). Há ainda, pesquisadores que consideram o sexo consentido sem desejo como sexo forçado, partindo da idéia do prazer sexual como direito (Lottes & Weinberg, 1996; Kalmus, 2004). Acrescente-se aqueles que consideram mentir (dizer *Eu te amo* sem ser verdade, por exemplo) e fazer falsas promessas (como de casamento) para seduzir alguém como estratégias de

¹⁷ Struckman-Johnson & Struckman-Johnson, 1994; Lotes e Weinberg, 1996; Cartar et al., 1996; Haworth-Hoepfner, 1998; Alksnis et al., 2000.

coerção¹⁸, na medida em que indicam trapaça na negociação acerca dos termos em que se daria a relação – o que destitui o consentimento dado de legitimidade – e ocasionam sofrimento – fazendo com que a pessoa iludida sintasse usada como objeto sexual (Lottes & Weinberg, 1996; Waldner et al., 1999).

A coerção sexual é, mais frequentemente, conceituada pelos cientistas sociais e psicólogos americanos¹⁹ em um *continuum* constituído por táticas (em uma escala de severidade que varia desde pressão verbal/argumentos contínuos e indução ao consumo de drogas até uso de força física) e por resultados obtidos pelo emprego de coerção (em uma escala de severidade que contempla tanto infrações consideradas mais brandas, como beijos e carícias indesejadas, quanto violações tidas como mais extremas, como intercurso indesejado) (Waldner et al., 1999). Nesses estudos, as categorias pressão verbal (“verbal pressure”) e discussões recorrentes (“continual arguments”) definem situações de coerção sexual caracterizadas pelo emprego de insistência, com a utilização persistente de argumentos, visando constranger a vítima para que permita avanços sexuais contra sua vontade²⁰. Em alguns estudos, o *continuum* de situações também é pensado em uma gradação de avanços classificados como menores, moderados e severos, que variam de estudo para estudo (Catar et al., 1996; Fiebert & Osburn, 2001).

Os debates sobre o tema têm se centrado nos casos de coerção contra mulheres cujos agressores são do sexo masculino e sua relação com prejuízos à saúde da mulher²¹, já que esses estudos costumam entender a coerção sexual como uma modalidade de violência de gênero atrelada à chamada “dominação masculina”, inserindo-se assim no campo mais amplo de discussões e saberes sobre a chamada violência contra a mulher. Nesses estudos, há uma tendência a adotar um viés feminista, que atrela desigualdade de gênero à heterossexualidade. As acadêmicas feministas enfatizam que a disparidade de poder entre homens e mulheres, não apenas no que se refere ao acesso a recursos materiais e sociais, mas também com relação à força física, são fatores determinantes para a vulnerabilidade das mulheres em suas interações com os homens.

¹⁸ Waldner et al., 1999; Struckman-Johnson & Struckman-Johnson, 1997.

¹⁹ O levantamento bibliográfico evidenciou que os cientistas sociais e psicólogos americanos são os principais produtores de conhecimento sobre o tema e como principais referências para os estudos realizados em diferentes países.

²⁰ Quase todas as pesquisas que constam do levantamento bibliográfico – americanas ou não – se utilizam de uma destas duas categorias que parecem ser tomadas como sinônimos. Nos estudos com vinhetas são apresentados cenários de situações que envolvem uso de insistência na tentativa de obter contatos ou intercurso sexual. Naqueles em que o método envolve questionários fechados, as próprias categorias são utilizadas nas questões formuladas e nas possibilidades de respostas oferecidas.

²¹ Ver Heise et al., 1995; Kalmuss, 2004; Marston, 2005; Garcia-Moreno et al., 2006; dentre outros.

Gagnon aponta que, na década de 1980, as idéias de construção social e de roteirização levaram a uma mudança na perspectiva dos cientistas sociais sobre o tema da coerção sexual. Eles passaram a abordar a questão da agressividade – sexual ou não – e dos afetos relacionados a ela como formas de conduta socialmente organizadas (Gagnon, 2006). Neste contexto, as pesquisas, ao demonstrarem como são comuns experiências envolvendo violência e coerção sexual em trajetórias afetivo-sexuais de mulheres, teriam conduzido à problematização dos roteiros sexuais entre casais heterossexuais – adolescentes e adultos – nos Estados Unidos. Elas suscitaram discussões sobre se os altos índices encontrados seriam decorrência de uma influência do cenário cultural sobre os roteiros interpessoais ou de padrões falhos nesses roteiros. Nesses estudos, a influência do cenário cultural foi pensada a partir de três principais fatores: (1) crenças culturais acerca das sexualidades masculinas e femininas e sobre as reações das mulheres às investidas sexuais dos homens; (2) representações sexualmente explícitas das mulheres na mídia, que promoveriam um clima de desrespeito às mulheres; e (3) violência social amplamente disseminada e legitimada nos Estados Unidos, da qual um desdobramento seriam as formas de violência contra a mulher. Essas pesquisas abordaram a questão, principalmente, por métodos experimentais que buscavam investigar a influência dos cenários culturais e da pornografia sobre a coerção sexual e o modo como estímulos sexuais roteirizados produzem variados comportamentos e atitudes (Gagnon, 2006). O autor destaca que o conjunto desses trabalhos mostrou o quanto a excitação sexual depende do roteiro sexual apresentado. No entanto, os resultados obtidos por eles são problemáticos por não considerarem que os muitos contextos de interação nos quais ocorre a coerção sexual envolvem diferentes roteiros, que variam de acordo com os papéis sociais dos atores em interação.

Segundo Gagnon (2006), algumas feministas propuseram uma teoria da violência e da coerção sexuais ao nível dos cenários culturais relativos ao gênero, fundamentada na idéia de que o lugar inferiorizado conferido às mulheres na estrutura das relações de gênero na sociedade americana informa os cenários culturais, bem como os roteiros interpessoais e intrapsíquicos da conduta sexual. O estupro seria a manifestação mais extrema do poder que os homens exercem sobre as mulheres e a figura do estuprador, o extremo em um *continuum* de condutas masculinas com as mulheres (Gagnon, 2006). Embora os roteiros individuais variem no contexto da interação, o cenário cultural patriarcal é indicado por essas feministas como a base de todos os atos de violência e coerção contra mulheres. Afirmam ainda que a maior independência sexual e financeira

feminina levaria a um aumento dos índices de violência, pois seria cada vez maior o receio masculino de perder o controle sobre elas.

Por outro lado, Gagnon (2006) ressalta que, nos estudos americanos sobre coerção cujo foco recai sobre o tipo de relacionamento em que ela ocorre, os roteiros de conduta sexual envolvendo violência são abordados de forma distinta, a partir de uma perspectiva que contempla a questão das expectativas de gênero. Essas pesquisas indicaram que as “agressões e a coerção sexuais observadas entre homens e mulheres que mantêm um relacionamento afetivo e sexual não-marital parecem ocorrer quando as expectativas anteriores de sexo, por parte do homem, são frustradas” (2006:254). Portanto, situações em que o casal ainda não teve o intercuro sexual e a mulher concordou em ter relações sexuais, mas mudou de idéia, seriam especialmente propensas ao uso de coerção sexual pelos homens.

Neste sentido, a bibliografia analisada apontou que os estudos sociológicos realizados nos Estados Unidos têm enfatizado que uma proporção substancial de mulheres americanas pratica sexo indesejado ou sobre pressão por ameaças, insistência e/ou mentiras de homens (Lottes & Weinberg, 1996). Esses estudos propõem que a socialização tradicional que imputa papéis, modelos e expectativas diferenciados para homens e mulheres em suas interações afetivo-sexuais constitui e se baseia no chamado “duplo padrão sexual” que contribui para a ocorrência de coerção sexual (Lottes & Weinberg, 1996).

De acordo com esta hipótese, as mulheres são socializadas para serem submissas, receptivas e ter uma sexualidade passiva e reativa, para vincular sexo ao comprometimento e ao amor, e não para desenvolverem assertividade na comunicação de seus sentimentos e desejos aos homens. Já os homens são socializados para definirem sua masculinidade em termos do número de parceiras sexuais e da frequência com que fazem sexo, sendo encorajados a insistir e usar estratégias coercitivas nas tentativas de obtenção do intercuro sexual. Em alguns estudos, a existência deste dito “duplo padrão sexual”, que prescreve papéis distintos para homens e mulheres nos roteiros sexuais, também são indicados como causa de problemas de comunicação entre os gêneros, caracterizados por percepções distintas do grau de intimidade obtido e/ou almejado por parceiros heterossexuais em seus encontros e relacionamentos, que podem resultar em episódios de coerção sexual (Sprecher et al., 1994).

Faz-se presente nessas abordagens a perspectiva de que a socialização para o exercício da sexualidade vincula-se estreitamente ao modo como as relações de gênero

encontram-se organizadas em diferentes contextos. A sexualidade se constrói por meio de um processo de aprendizagem orientado pelas concepções acerca do gênero (Heilborn, 2006) e uma de suas características, segundo Bozon (2004), é a proliferação de normas e representações que, em um contexto de individualização de condutas, produz inúmeras injeções contraditórias. Por um lado, o sucesso das “ideologias sexuais liberais” – fruto do ideário individualista – conferiu legitimidade a uma multiplicidade de práticas sexuais antes condenadas e permitiu a emergência da sexualidade feminina ativa (Gagnon, 2006). Por outro, essas ideologias modernas convivem com “ideologias sexuais tradicionais”, associadas a uma moralidade sexual que valoriza a sexualidade masculina e cerceia a feminina.

Gagnon (2006) ressalta que os roteiros do estupro e da coerção sexual diferem quanto ao status das mulheres vitimadas: se elas possuem, ou não, o status de “protegidas”. Mulheres desprotegidas seriam aquelas que possuem atributos e/ou freqüentam lugares que as definiriam como acessíveis sexualmente – mulheres muito ativas sexualmente, divorciadas e independentes, mulheres desacompanhadas que freqüentam bares, embriagadas, trabalhadoras do sexo, etc. Essas mulheres seriam mais vulneráveis ao estupro e à coerção sexual perpetrados pelos homens – sobretudo, em grupos – e também mais passíveis de serem responsabilizadas pela violência sofrida.

A partir de fins da década de 1980, quando começaram a ser registrados casos de coerção sexual reportados por homens aos surveys com população universitária e aos inquéritos populacionais²², houve uma expansão da temática da coerção sexual para além dos casos de violência contra a mulher. Estimativas nos Estados Unidos indicam que entre 10% e 45% dos rapazes estudantes de ensino médio e universitários experimentaram alguma forma de coerção sexual perpetrada por mulheres desde os 16 anos (como beijos, carícias ou intercurso forçados) (Struckman-Johnson & Struckman-Johnson, 1997). Jejeebhoy & Bott (2005) destacam que alguns pesquisadores têm também considerado no *continuum* de situações e conseqüências da coerção sexual o sexo obtido através de ameaças de abandono ou de outras formas de pressão dos pares ou parceiros e o sexo cedido em contextos onde não é possível enunciar a vontade sem severas conseqüências físicas e/ou sociais. Esses estudos definem como coerção sexual as experiências de jovens do sexo masculino que relatam ter praticado sexo contra a vontade em razão da pressão dos pares para comprovar sua masculinidade. Mais

²² Ver Fiebert & Osburn, 2001; Haworth-Hoeppner, 1998; e Moraes et al., 2006; dentre outros.

recentemente, casos de coerção em contextos de relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo também têm ganhado notoriedade²³, ainda que constituam objeto de uma parcela muito pequena das pesquisas sobre o assunto.

Duas perspectivas teóricas relativas à influência dos cenários culturais sobre a ocorrência de coerção sexual têm norteado essa ampliação da problemática. Os teóricos socioculturais têm argumentado que a coerção sexual envolvendo força física seria mais freqüente em sociedades caracterizadas por altos índices de crimes violentos não-sexuais e outros tipos de violência interpessoal e que os determinantes culturais da violência interpessoal e da violência sexual são similares (Lottes & Weinberg, 1996). Por outro lado, argumenta-se que, embora a assimetria de gênero seja incontestável e as mulheres sejam especialmente vulneráveis à violência sexual perpetrada pelos homens²⁴, isso não significa que elas também não sejam agentes desse tipo de violência, nem que a violência entre parceiros seja uma realidade apenas em relações afetivo-sexuais entre pessoas de gêneros diferentes. Essa abordagem desconstrói o dualismo reducionista vítima x algoz que estabelece uma polaridade entre homens e mulheres como ativos e passivos, respectivamente.

Algumas pesquisas recentes, realizadas em diferentes países, têm apontado uma prevalência proporcional de coerção sexual entre homens e mulheres – e até mesmo maiores – no que se refere a determinadas táticas coercitivas (Fiebert & Osburn, 2001; Waldner et al., 1999). No entanto, predominam sobretudo estudos que afirmam o contrário, indicando que não só as mulheres sofrem maiores danos físicos e psicológicos, como há uma proporção muito maior de casos de coerção sexual contra mulheres. É importante ressaltar que, em todos os estudos, as formas de coerção reportadas pelos homens tendem a ser aquelas classificadas como mais leves – com o predomínio da pressão verbal/psicológica ou de discussões recorrentes e a obtenção de beijos e carícias indesejadas – do que as reportadas pelas mulheres. Acrescente-se que, quando abordadas as conseqüências de ter sido vítima de coerção sexual, os homens raramente relatam agravos à saúde e/ou sofrimento causado por sentimentos negativos de vitimização²⁵.

²³ Ver Sprecher et al., 1994; e Struckman-Johnson & Struckman-Johnson, 2002; dentre outros.

²⁴ O já citado *World Report on Violence and Health* (2002), da OMS, “estima que a violência sexual possa atingir até 25% das mulheres quando perpetrada por parceiro íntimo, e que cerca de um terço das adolescentes possam ter iniciado sua vida sexual numa relação forçada” (Moraes et al., 2006:1493).

²⁵ Fiebert & Osburn (2001) sugerem que os homens podem não vivenciar conseqüências negativas resultantes da vitimização sexual – ou vivenciá-las em menor intensidade – porque são socializados para

Desde a década de 1990, o conjunto das pesquisas sobre coerção sexual em relacionamentos heterossexuais tem, segundo Black & Gold (2003), tomado basicamente duas direções. Uma primeira investiga as experiências de coerção sexual dos informantes como vítimas e agentes, isto é, busca caracterizar os contextos que ensejam situações de coerção sexual. Os estudos que seguem essa abordagem têm apontado que, embora homens e mulheres sejam vítimas e perpetradores de coerção sexual, os homens são mais prováveis de relatar estratégias de coerção utilizadas e as mulheres são mais prováveis de relatar experiências de vitimização.

A segunda direção toma por objeto os julgamentos dos informantes acerca da coerção sexual; ou seja, em que contextos um determinado comportamento é percebido – ou não – como coercitivo e que fatores contribuem para que seja considerado mais ou menos aceitável pelos sujeitos (Black & Gold, 2003). Esses estudos apontam que, em alguns contextos, a pressão masculina nas interações sexuais com as mulheres é percebida como fenômeno normal pelos informantes (Ajwon et al., 2001; Cáceres, 2005). O estudo qualitativo sobre experiências de jovens mexicanos de ambos os sexos realizado por Marston (2005), por exemplo, mostra que experiências sexuais percebidas pelo pesquisador enquanto coerção sexual não foram identificadas como tais pelas adolescentes entrevistadas – independente do grau aparente de coerção utilizado – quando envolviam rapazes com quem tinham envolvimento romântico. Segundo o autor, muitas mulheres entrevistadas tenderam a definir a experiência vivenciada como coerção apenas quando o parceiro agiu de forma considerada desrespeitosa após o sexo (por exemplo, não manteve o relacionamento). Os adolescentes do sexo masculino, por sua vez, tenderam a identificar como coerção sexual somente as experiências em que foram pressionados a fazer sexo por outros homens. Os avanços sexuais de mulheres não eram definidos pelos entrevistados como coercitivos. Resultados parecidos foram encontrados em pesquisas realizadas em diferentes cenários culturais (Cáceres, 2005; Njue, Askew & Chege, 2005).

Dentre os estudos que adotam a segunda abordagem também constam aqueles que indicam que a aparência física e o status socioeconômico dos perpetradores influenciam no julgamento dos informantes acerca das experiências de sexo não consentido. A pesquisa de Struckman-Johnson & Struckman-Johnson (1997) analisou as reações de 142 rapazes de uma universidade americana a vinhetas que descreviam situações de

serem oportunistas sexualmente. Já o script sexual das mulheres, que prescreve seletividade na escolha parceiros, contribuiria para que elas vivenciem esse tipo de vitimização.

avanços sexuais femininos, manipulando os graus de coercitividade utilizados e a aparência física das perpetradoras (“muito atraente”, “nem um pouco atraente”). Os graus considerados foram: baixa (*uma mulher segurou o homem e gentilmente tocou sua genitália*), média (*a mulher empurrou o homem no sofá e tocou sua genitália*), alta (*o homem resistiu aos avanços da mulher e ela o ameaçou verbalmente*) e muito alta (*o homem resistiu aos avanços da mulher e ela o ameaçou com o uso de uma faca próxima ao seu rosto*). Os resultados indicaram que os homens tendem a considerar mais aceitáveis os avanços sexuais indesejados quando perpetrados por mulheres muito atraentes. A percepção dos homens acerca da coerção sexual como agressão seria determinada, pressupõem os autores, por quatro fatores: o nível de força utilizado pelas mulheres; o quão sexualmente desejável é a perpetradora; em que medida seu envolvimento com a mulher justifica aquele comportamento; e em que grau os atos da mulher violam a moralidade sexual daquele homem.

Struckman-Johnson & Struckman-Johnson (1997) sugerem que, como cabe aos homens o papel de tentar obter interações sexuais consensuais com mulheres, quando confrontados por uma mulher sexualmente agressiva e atraente, podem considerar a coerção não como violação de sua vontade e de seus corpos, mas como uma chance de travar contatos sexuais sem esforço ou se responsabilizar por ter iniciado a situação. Assim, uma mulher atraente que toma a iniciativa e demanda sexo de um homem sem estabelecer pré-condições poderia representar para ele a oportunidade de obter sexo sem negociar previamente as possibilidades e limites dessa interação, de modo a atender à exigência contratual que as relações entre os indivíduos na modernidade pressupõem²⁶.

Catar et al. (1996) realizaram um estudo similar com 144 mulheres estudantes de duas universidades americanas, utilizando uma escala de coerção e vinhetas inspiradas nas criadas pela pesquisa citada. O objetivo da pesquisa foi investigar se o viés relacionado à beleza (“beauty bias”) do agente também influenciava no julgamento de situações de coerção sexual como mais ou menos desejáveis e/ou aceitáveis. Os graus de coercitividade manipulados nas vinhetas foram: baixo (*o homem segurava a mulher e a beijava a força*), médio (*o homem tocava os seios da mulher*) e alto (*o homem tocava a genitália da mulher e usava de força física para empurrá-la no sofá*). As conclusões do estudo indicaram que os avanços sexuais perpetrados por homens

²⁶ Cabe aqui ressaltar que essa expansão de uma lógica contratual para além da esfera jurídico-política como parte do processo de publicização da vida privada reflete o ideal de igualdade como princípio norteador das relações sociais, característico de uma visão de mundo individualista.

atraentes são mais aceitáveis para as informantes do que os perpetrados por sujeitos não atraentes. Quando as vinhetas retratavam situações em que homens muito atraentes utilizavam um grau baixo de coerção, as mulheres tenderam mais a considerar o comportamento como lisonjeiro (Catar et al., 1996).

As pesquisas com vinhetas citadas acima continham itens descrevendo situações definidas como “não românticas” em que o/a informante estava sozinho/a em uma sala com uma pessoa conhecida do sexo oposto que, de repente, tentava obter avanços sexuais. As vinhetas em ambos os estudos “manipulavam” a aparência física do perpetrador/a. Os participantes foram divididos em grupos e cada grupo respondeu a perguntas que descreviam diferentes graus de coerção e onde a aparência do agente da coerção era caracterizada como mais ou menos atraente. Era pedido que os participantes imaginassem viver cada situação retratada para, a seguir, classificar suas reações de acordo com escalas que indicariam maior ou menor permissividade aos eventos.

Essa abordagem metodológica baseada na simulação de situações hipotéticas é problemática, principalmente quando se leva conta que os diferentes grupos de informantes responderam apenas a vinhetas nas quais o agente da coerção era “muito atraente” ou quando o agente não era “nem um pouco atraente”. É preciso também considerar que ao afirmar que o homem ou mulher das vinhetas é alguém “muito atraente” para o/a informante da pesquisa, pode ser entendido como afirmar que essa pessoa é sexualmente muito desejável para ele/a. Já destacar que o agente das investidas sexuais seria “nem um pouco atraente” para os participantes, pode ser entendido como indicação de que aquela pessoa não seria nem um pouco sexualmente desejável. Este quadro conduz ao questionamento acerca de, se mesmo em situações hipotéticas que não envolvessem alguma forma de coerção, os homens e mulheres que participaram da pesquisa estariam pré-dispostos ou se sentiriam lisonjeados por travar contatos sexuais com pessoas consideradas hipoteticamente como “nem um pouco atraentes”.

As distintas definições de coerção sexual e as diferenças no desenho e no método das pesquisas têm sido apontadas como fatores limitantes do escopo de possíveis comparações entre os estudos realizados sobre o tema, pois, imagina-se ser possível um instrumento de medição universal da violência. As pesquisas têm adotado uma abordagem do fenômeno que se utiliza de questionários fechados ou semi-fechados e, por vezes, auto-aplicados para coleta de dados estatísticos, na tentativa de delinear um universo de pesquisa mais abrangente. Heilborn enfatiza que um dos principais desafios de abordagens quantitativas é "o distanciamento de qualquer pretensão de saber quais

são os sentidos em operação quando se trabalha com questionários" (2003:7); uma vez que, as possibilidades de respostas já são dadas aos informantes e o pesquisador não tem acesso aos sentidos dados por eles às perguntas e respostas.

A maioria dos estudos busca relatos sobre coerção sexual dos informantes por meio de perguntas abrangentes, como: ‘Você já foi forçado a fazer sexo?’. Outros procuram acessar experiências de sexo obtido por coerção, indagando sobre os motivos que levam os informantes a ter relações sexuais e, a partir das respostas dadas, realizam uma estimativa acerca do número de pessoas cuja experiência envolveu coerção sexual (Jejeebhoy & Bott, 2005). O instrumento de mensuração mais utilizado nas pesquisas têm sido o *Sexual Experiences Survey* (SES).

O SES originalmente possuía 10 itens que procuravam acessar experiências sexuais, inclusive envolvendo situações de violência. Sua versão mais recente possui 14 itens e combina as categorias “ameaça de uso de força” e “uso de força física” em 4 itens que abordam estupro vaginal, tentativa de estupro vaginal, sexo anal e oral e brincadeiras sexuais. Desde meados dos anos de 1990, o SES tornou-se alvo de inúmeras críticas nos Estados Unidos e Canadá (Alksnis et al., 2000).

As críticas afirmam que o SES, e outros instrumentos similares, utilizam definições muito amplas de violência e coerção sexual; que seu desenho gera estimativas altíssimas desses problemas propositalmente – contrastando enormemente com os dados oficiais – com o objetivo de influenciar os políticos; além disso, consideram que esses instrumentos promovem uma conceituação de coerção sexual que superenfaziza o modelo patriarcal, ignorando a ocorrência de violência perpetrada por mulheres contra homens e a existência de outras explicações alternativas para a violência além da “dominação masculina” (Alksnis et al., 2000). Alguns autores chegam até a argumentar que as pesquisadoras feministas utilizam o SES com o exposto propósito de empreender pesquisas enviesadas que distorcem os fatos sobre violência sexual, na tentativa de criar uma “rape crisis” e assim obter fundos e concessões governamentais.

Alksnis et al. (2000) rebatem estas críticas argumentando que, embora vários autores considerem pressão verbal uma forma de coerção sexual, a definição estupro é aplicada apenas a um conjunto muito limitado de atos. Os pesquisadores têm destacado constantemente que as definições de tentativa de estupro e de estupro por eles adotadas se baseiam na definição legal de estupro utilizada em quase todas as jurisdições norte-americanas – formas de intercursos sexual (anal, oral e vaginal) forçado pelo uso de ameaças de força, uso de força física ou incapacidade de consentimento mediante

intoxicação. Acrescente-se que as pesquisas sociológicas e psicológicas de orientação feminista sobre agressão sexual são freqüentemente apresentadas de forma equivocada, tendo seus resultados distorcidos. Além disso, alguns pesquisadores, baseados em amostras de homens e mulheres, têm apontado que a prevalência de ameaças de uso de força em crimes sexuais tende a ser tão grande ou maior do que o uso da força física propriamente dita (Alksnis et al., 2000).

O levantamento bibliográfico indicou que há uma carência de estudos qualitativos que abordem diretamente a coerção sexual. A utilização desse tipo de abordagem metodológica permite problematizar pressupostos e hipóteses de pesquisa, confrontando-os aos significados atribuídos pelos informantes às questões e categorias que constituem o estudo, abrindo a possibilidade de reelaboração das questões iniciais, de modo a incorporar novos questionamentos e descobertas, na medida em que os dados são coletados. A maioria dos artigos analisados não efetua um esforço de reflexão crítica acerca das categorias de coerção e de atos sexuais utilizados pelos pesquisadores ou uma discussão sobre a própria construção da coerção sexual como um problema. A violência costuma ser tão naturalizada nesses estudos quanto às atitudes e comportamentos tidos como sexuais.

O capítulo a seguir busca questionar e confrontar os valores, crenças e pressupostos que norteiam parte desta produção científica sobre a coerção sexual, discutindo o caráter positivista e universal que vem sendo atribuído à questão pela literatura internacional. Para tanto, parte-se de uma análise sócio-antropológica das narrativas sobre experiências de sexo cedido nas trajetórias afetivo-sexuais de jovens residentes em três cidades brasileiras (Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador).

3 NARRATIVAS DE JOVENS BRASILEIROS

Estudar sociedades, grupos ou instituições sociais, bem como as chamadas manifestações locais de problemas considerados globais, acarreta um comprometimento moral e político aos pesquisadores. A investigação social é sempre prática e política, na medida em que requer o desenvolvimento de estratégias e táticas capazes de garantir a inserção no grupo ou na organização que se pretende analisar (Zaluar, 1985). Os textos elaborados a partir do material podem vir a ser apropriados pelos sujeitos estudados, em suas lutas políticas específicas. Além disso, podem se tornar referência, de forma a pautar a auto-imagem desses grupos e a imagem difundida em outros grupos, instituições e pelo Estado. Desse modo, o pesquisador social é uma espécie de intermediário entre seus informantes e a sociedade/Estado; seu texto, um veículo de comunicação entre o universo estudado e o mundo.

Geertz (2001) aponta a necessidade de encararmos “a pesquisa social científica como uma modalidade de experiência moral”. Segundo o autor, nas ciências sociais²⁷, mais do que em outras áreas do conhecimento, a afirmativa de que o pensamento é um ato moral – uma conduta a ser moralmente julgada como tal – é correta. A experiência vivenciada pelo investigador implica impactos mais amplos sobre as vidas das pessoas, comparativamente a seus efeitos técnicos e dispêndios, uma vez que os estudos são intermediados por contatos pessoais – o que inevitavelmente afeta tanto as sensibilidades do pesquisador quanto dos pesquisados.

Quando se trata de analisar temas concernentes aos direitos humanos, como os direitos sexuais, as fronteiras entre o posicionamento político e a reflexão científica tornam-se fluidas. Delineá-las é tarefa complexa e difícil. As questões envolvidas constituem objeto privilegiado de disputas políticas e intelectuais, e de intervenções normativas. Ao dedicar-se ao tema, necessariamente, o pesquisador é obrigado a explicitar uma posição, sob pena de ser mal interpretado ou de se expor a críticas referentes a supostos interesses não declarados, ou pior, de não comprometimento para com seu objeto. Investigar tais temáticas acarreta lidar com um conjunto de tensões

²⁷ Diferentemente do autor, utilizo este termo aqui em um sentido mais amplo, de modo a abranger não apenas as ciências sociais ‘strictu sensu’ (Antropologia, Sociologia, Ciência Política,) como também, as diferentes áreas de conhecimento das ciências humanas, dirigidas à investigação de práticas sociais e questões culturais ou políticas.

irredutíveis, conflitos ético-morais, controvérsias e limitações conceituais, além do enfrentamento da carga ideológica das proposições dos direitos humanos. O risco de abordar “problemáticas ‘modernas’, individualistas, igualitárias e democráticas em contextos ‘tradicionais’, hierárquicos e relacionais” (Schuch, 2003: 163) está sempre presente. Há uma tendência à imposição da perspectiva dominante dos direitos humanos sobre os processos e problemas locais, de forma a configurar uma determinada percepção do investigador acerca dos grupos pesquisados, a partir da ótica universalista. Conseqüentemente, uma relação de dominação é estabelecida, uma vez que a concepção de direitos humanos representa a construção de uma moralidade à qual é atribuída preeminência sobre os valores locais. Tal posicionamento indica a pretensão desse referencial de, a partir do qual valores e crenças locais são questionados, legitimados, condenados, construídos e/ou extintos. Nesses discursos, o que está em jogo – como bem define Schuch (2003) – é fazer com que indivíduos, grupos e nações abandonem seu antigo universo simbólico e se tornem civilizados, ingressando em um mundo regido pelo ideário individualista – tido como intrinsecamente correto e bom.

Para dialogar com as trajetórias dos pesquisadores dedicados ao tema da coerção sexual e confrontar as premissas, lacunas e questões mal resolvidas, que se sobressaem, nessa produção, é preciso levar em conta esses dados, além do fato de se tratar de uma área de investigação recente, que ainda luta por visibilidade e reconhecimento no campo científico mais abrangente. Há, portanto, empenho dos pesquisadores por construir e legitimar este objeto como um problema de ordem social e política. Cabe ressaltar que a maior parte das pesquisas sobre coerção sexual que consta da pesquisa bibliográfica está inserida no campo da saúde coletiva – como exposto no capítulo 2 –, o que indica uma tendência a produzir conhecimentos instrumentais a serem utilizados em ações de intervenção em saúde; inclusive alguns estudos consistem em “pesquisas-ação”²⁸.

Conforme citado, no presente capítulo a coerção sexual é discutida como noção e prática sócio-cultural referente a relações afetivo-sexuais. As experiências de negociação sexual que envolvem distintos modos de coerção entre jovens brasileiros serão analisadas a partir de uma parte da literatura internacional sobre o tema. O esforço empreendido visa dar visibilidade a determinados aspectos, considerados centrais, que vêm sendo negligenciados, de modo a iluminar algumas lacunas teórico-conceituais e metodológicas. Indo além, trata-se de problematizar os valores e os pressupostos que

²⁸ Pesquisas que envolvem determinadas formas de intervenção sobre o grupo estudado, nas quais o pesquisador também desempenha o papel de agente político.

informam os pontos de vista dos estudiosos. A escolha por confrontar um material empírico bastante específico com alguns discursos de ordem global se deve ao pressuposto de que a antropologia tem contribuído intensamente para o debate em torno da universalidade dos direitos sexuais enquanto direitos humanos, ao polemizar a produção de certos direitos e o ideário liberal individualista, apontando as restrições que regem as declarações de direitos humanos (Schuch, 2003:161).

As pesquisas sobre coerção sexual e os documentos internacionais de direitos humanos recorrentemente efetuam ressalvas quanto à postura relativista frente a situações classificadas sob a ótica dos direitos humanos como manifestações de alguma modalidade de violência. Ao estudar uma questão em um grupo específico, o antropólogo não busca constatar sua magnitude para os “nativos”, a partir de critérios universais ou, ainda, apreender as particularidades atribuídas no contexto. O etnógrafo está interessado em compreender o “ponto de vista nativo” acerca das questões de sua pesquisa. A antropologia permite analisar a adequação de distintas concepções, em diferentes contextos, ao comparar noções pré-estabelecidas com experiências específicas. Peirano (1991:18) destaca que “são essas duas direções – a especificidade do caso concreto e o caráter universalista de sua manifestação – que levam a antropologia a um processo de refinamento de problemas e conceitos (...)”, em um processo que vincula pesquisa e teoria, que favorece novas descobertas e inviabiliza a adesão a modelos rígidos. O estranhamento do antropólogo em relação ao objeto de investigação possibilita o confronto entre distintas perspectivas teóricas, além de ser um mecanismo de auto-reflexão.

A pesquisa de campo antropológica, na medida em que é operacionalizada pelo diálogo com o outro, evidencia os pressupostos das ciências sociais. Para esta disciplina, todo fato social depende da referência à totalidade na qual está inserido. Investigar não é apenas um meio de aplicação da teoria ou de sua comprovação. A pesquisa social requer a percepção da sociedade como objeto, ao mesmo tempo em que investigador e informantes são sujeitos sociais. Para tanto, se faz necessária a combinação de uma atitude engajada com uma postura analítica, que envolve distanciamento ou desprendimento (Geertz, 2001).

Geertz (2001:49) ressalta que a inclinação relativista da antropologia e sua demonstração acerca da existência de variadas crenças, costumes, linguagens e formas de organização social ao redor do mundo a tornaram “um argumento poderoso contra o absolutismo no pensamento, na moral e no juízo estético. O autor enfatiza que

polêmicas mais ou menos acirradas acerca dos dados e das análises apresentados pelas pesquisas antropológicas são menos debates sobre suas implicações do que discussões sobre como lidar com tais dados, como conviver com eles.

A antropologia salienta a necessidade de pensar as leis e as práticas sociais, de maneira a estabelecer nexos entre elas, a partir de um processo contínuo de produção de significados. Tal posicionamento conduz ao questionamento das definições e dos critérios de avaliação e de intervenção das políticas normativas a nível global, e os conceitos e métodos utilizados em estudos direcionados a fornecer conhecimentos instrumentais a estas políticas regulatórias. A ênfase à diferença, à diversidade, à descontinuidade e ao estranhamento, bem como ao relativismo cultural enquanto conceito, prática e visão de mundo, não é capaz de oferecer certezas, crenças ou valores universais e incontestáveis (Geertz, 2001).

3.1 Material examinado

O material analisado nesta dissertação é composto por 45 depoimentos,²⁹ que pertencem ao conjunto de 123 entrevistas realizadas com jovens residentes em três cidades brasileiras (Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador), na etapa qualitativa da pesquisa GRAVAD (*Gravidez na Adolescência: estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil*). Esta pesquisa mais ampla investigou o exercício da sexualidade e reprodução em trajetórias juvenis, entre 1999 e 2002, visando compreender o fenômeno da gravidez na adolescência. O estudo contou com duas etapas: uma qualitativa (1999-2000), na qual foram efetuadas entrevistas estruturadas com 123 jovens; e quantitativa (2001-2002), em que foi realizado um inquérito populacional com 4634 jovens.

Em ambas as etapas, os informantes (homens e mulheres) residiam nas três capitais mencionadas e tinham entre 18 e 24 anos, faixa etária que abrange a experiência da adolescência, segundo a classificação da OMS. Entretanto, dado o caráter arbitrário do estabelecimento de limites de idade para se referir às fases da vida de uma pessoa, no estudo a adolescência/juventude é concebida como processo não linear. Esta afirmativa implica a idéia de que a juventude, enquanto transição da infância para a vida adulta, é

²⁹ Quarenta e seis jovens reportaram ter tido alguma experiência envolvendo sexo contra vontade, por obrigação ou forçado. Um dos casos, embora conste como declaração, foi descartado dada a precariedade de informações.

marcada principalmente pela emancipação do indivíduo em relação à família de origem, o que ocorre de formas diferenciadas, que variam segundo as trajetórias sociais dos sujeitos (Heilborn, Aquino, Bozon e Knauth, 2006). O gênero e a inserção social desempenham um papel crucial na configuração dos distintos percursos individuais.

A realização das entrevistas obedeceu à determinação de cotas por sexo (20 homens e 20 mulheres em cada cidade), segmento social³⁰ (13 informantes de classe popular e 7 de camadas médias para cada sexo) e experiência de maternidade/paternidade (8 rapazes de segmentos populares e 8 moças deveriam ter experiência reprodutiva; no estratos médios, a cota era de 4 informantes por sexo). As cotas por sexo buscaram reproduzir a realidade sociodemográfica da população jovem no Brasil. Já aquelas relativas à experiência reprodutiva atenderam ao interesse dos pesquisadores de superdimensionar esse evento, para obtenção de dados mais precisos sobre os jovens que iniciam suas carreiras reprodutivas na adolescência. Esta decisão implicou, de acordo com Bozon (2003), um perfil bastante específico de jovens do sexo masculino, pois, sua iniciação sexual foi mais precoce e eles tiveram um número maior de parceiras sexuais em suas trajetórias, comparativamente aos homens da mesma faixa etária na população em geral.

O roteiro de entrevista continha 12 módulos que abordavam temas como: socialização para a sexualidade, iniciação sexual, relacionamentos afetivos, práticas e repertório sexual, moralidade sexual, eventos reprodutivos e doenças sexualmente transmissíveis e HIV/AIDS, entre outros. Os pesquisadores eram orientados sobre a maneira adequada de explorar cada tema. O módulo 5 contemplava as práticas sexuais dos sujeitos, para apreensão das práticas mais frequentes, mais apreciadas e das indesejadas. Neste setor constavam as perguntas dirigidas a detectar situações compreendidas pelos jovens entrevistados como experiências de sexo forçado: 5.5. *Alguma vez na vida, você foi constrangida(o)/obrigada(o) a ter uma relação sexual contra a vontade? Que idade tinha e quem foi essa pessoa? Quem soube dela e como reagiu(ram)? O evento foi intencionalmente ocultado de alguém em particular e por quê?;* e 5.6. *Já houve alguma situação na qual você “forçou a barra” para transar com alguém?.* A opção por adotar o termo “forçar a barra” se deve à compreensão de que esta é a categoria nativa, com mais frequência, utilizada para se referir às situações que

³⁰ A estratificação por classe social se baseou nos dados da PNAD 1997 do IBGE e em características como renda per capita familiar, condição de moradia e situação socioeconômica do bairro de residência dos entrevistados (Heilborn et al., 2002).

os pesquisadores e documentos internacionais têm definido como coerção sexual. Além disso, questionar diretamente os jovens a respeito da possibilidade de terem forçado algum parceiro a ter relações sexuais poderia facilmente conduzi-los a uma interpretação mais restrita da pergunta, como atinente apenas a episódios de estupro.

As entrevistas da amostra aqui analisada foram selecionadas a partir das respostas positivas de informantes autodeclarados heterossexuais³¹, seja pela narrativa de experiências como “agentes”, seja como “alvos”³² de coerção. Cada entrevista foi lida atenta e repetidamente, bem como os relatórios elaborados pelos entrevistadores. Os casos foram localizados por meio de repetidas buscas no programa *Word* pela utilização de palavras-chave, como: “barra”, “forçar”, “forçou”, “força”, “forçado”, “forcei”, “constrangimento”, “constrangido”, “constrangeu”, “vontade”, “obrigou”, “obrigado”, “obrigada”, “insisti”, “insistiu”. Quando nenhum destes termos era encontrado na entrevista, eram lidos os blocos de questões sobre trajetória afetivo-sexual e práticas sexuais indicados pelos pesquisadores em suas transcrições. As entrevistas que não seguiam a seqüência proposta no roteiro e não continham indicações de separação por blocos temáticos eram lidas na íntegra.

Trabalhar com um material empírico “de segunda mão” significa não ter acesso a muitas das nuances da relação que se estabelece entre pesquisador e informante na situação da entrevista. As informações disponíveis sobre as circunstâncias em que se deu o encontro são bastante limitadas, sendo difícil avaliar as reações não verbais (risos, por exemplo) de entrevistadores e entrevistados às perguntas e respostas do roteiro, quando indicadas nas transcrições.

A equipe bastante diversa de pesquisadores das três cidades foi composta por 32 estudantes de programas de pós-graduação com formação em ciências sociais. Todos passaram por treinamento teórico-metodológico e de familiarização com os procedimentos a serem adotados em campo. Como o roteiro era longo e o foco central da pesquisa GRAVAD não era coerção sexual³³, em grande parte das entrevistas, muitos

³¹ Além da auto-declaração de heterossexualidade, todos os entrevistados desta subamostra referiram ter tido apenas relações sexuais com pessoas do sexo oposto em suas trajetórias. Houve um único relato envolvendo intercurso sexual contra vontade entre pessoas do mesmo sexo no conjunto das entrevistas GRAVAD. Como o foco desta dissertação é dirigido às experiências de negociação sexual no contexto de relações heterossexuais e o entrevistado declarou ser homossexual, este depoimento foi excluído da amostra.

³² Embora não considere estes termos adequados à maioria dos casos narrados, eles são aqui referidos por não haver outros mais apropriados.

³³ A inclusão de um bloco de perguntas que abordasse experiências de coerção sexual vivenciadas pelos jovens entrevistados se justifica pela importância adquirida, nos estudos sobre gênero em saúde coletiva, pelos temas do conflito na negociação sexual entre os gêneros e da falta de poder das mulheres nestas

pesquisadores não exploraram as questões sobre “forçar a barra”. Por vezes, não solicitaram que os informantes narrassem as situações vivenciadas ou buscaram situá-las em suas trajetórias. Faltam também pequenas passagens e trechos de diálogos de algumas entrevistas, cuja má qualidade da gravação de áudio impossibilitou a transcrição. Tendo isto em vista, a leitura do material empírico foi sempre acompanhada do esforço de tentar situar as experiências relatadas nas biografias individuais e de refletir sobre que aspectos dessas trajetórias e representações dos sujeitos sobre sexualidade podem ajudar a situar as narrativas sobre esses episódios. As perguntas 5.5 e 5.6 sofreram inúmeras variações nas entrevistas, dentre as quais as principais foram:

- *Você já foi constrangido a transar com alguém?*
- *Você já transou/já te fizeram transar contra a vontade?*
- *Você já transou com alguém/fez alguém transar com você contra a vontade dela(e)?*
- *Você já transou sem vontade?*
- *Você já foi/se sentiu obrigado a transar?*
- *Você já obrigou alguém a transar?*
- *Você já foi/se sentiu forçado a transar?*
- *Você já tentou forçar/forçou alguém a transar?*

Apesar dos problemas metodológicos que se impõem ao considerarmos, por exemplo, que perguntar se uma pessoa já transou *contra* vontade e perguntar se ela já transou *sem* vontade têm sentidos bastante distintos, as variações das perguntas nas entrevistas nos permitem acessar uma diversidade de situações envolvendo conflito nas negociações sexuais entre os gêneros ou a impossibilidade de negociação. Tais variações também possibilitam compreender em que contextos determinados comportamentos e atitudes em relação ao sexo são mais ou menos aceitáveis pelos jovens entrevistados e são considerados ou não violentos ou um constrangimento a sua liberdade de escolha.

A entrevista é uma forma de comunicação simbólica entre dois sujeitos que buscam entendimento (Cardoso, 2004). O discurso produzido é intersubjetivo, se constitui pela forma como é conduzido o diálogo e em meio ao contexto e às circunstâncias em que ele se constrói. A interação entre pesquisador e informante envolve um movimento de estranhamento e aproximação no qual são negociados os significados atribuídos às práticas e aos comportamentos investigados.

negociações, tanto no que se refere ao uso do preservativo e de métodos contraceptivos quanto à decisões concernentes a quando e como ocorrem as relações sexuais.

Ao buscar compreender o “ponto de vista nativo”, deve-se considerar que suas crenças e práticas são orientadas pelos valores e normas dos contextos culturais em que se inserem, e que são internalizadas por eles. Ao questioná-los sobre crenças e comportamentos, o investigador incita a reflexão e elaboração de sentidos e motivações para práticas corriqueiras e cotidianas, que, muitas vezes, nunca antes foram objeto de reflexão para eles. Acrescente-se que as perguntas formuladas pelos pesquisadores estão sujeitas a variadas interpretações pelos entrevistados, tendo também seu sentido negociado na interação, o que é determinante para o modo como irão refletir sobre as questões colocadas e formulá-las em discurso. A variação nas perguntas 5.5. e 5.6 resultaram, em parte, das tentativas de entendimento mútuo entre os entrevistadores e os informantes, como evidencia o trecho abaixo.

ENT: Alguma vez alguém já te forçou a ter relação sexual?

EGO: Não.

ENT: Você não tava a fim e se sentiu forçado?

EGO: Já.

ENT: E você reagiu?

EGO: Eu brochei. A gente transou a primeira, e ela ficou insistindo, ela tentou de novo, aí não consegui mesmo! Não conseguia. E a situação pra mim foi a seguinte, eu fiquei é... essa pessoa tem um carinho danado comigo, aquela coisa toda, e eu pensei que ela poderia pensar que eu não gostava, que não sentia tesão por ela. E aí bateu essa paranóia na cabeça. Mas não tive... Depois fui até sincero. Eu não tinha cabeça mesmo. Ela até entendeu legal.

ENT: Mas essa de certa forma você conhecia ela. Já teve alguma experiência com alguém que você não conhecia, que forçou a barra com você?

EGO: Não, não, não.

ENT: Lhe violentou?

EGO: Não, não.

ENT: Ou quando você era criança, adolescente?

EGO: Não, não.

(Lucas³⁴, técnico de informática de 24 anos, segmento médio, Salvador)

Os casos encontrados pela busca no banco de dados GRAVAD se distribuem por sexo e segmento social da seguinte forma:

³⁴ nomes aqui utilizados são fictícios.

HOMENS:**MULHERES:**

Cidade	Classe Média	Classe Popular	Informantes por cidade
Rio de Janeiro	-	9	9
Porto Alegre	2	5	7
Salvador	2	6	8
Total	4	20	24

Cidade	Classe Média	Classe Popular	Informantes por cidade
Rio de Janeiro	2	7	9
Porto Alegre	3	5	8
Salvador	1	4	5
Total	4	16	22

Quarenta e três informantes da amostra estavam ou já haviam se inserido em relacionamentos classificados por eles como “sérios”, envolvendo ou não co-habitação. Trinta e um entrevistados possuíam filhos. A maioria dos homens relata ter tido sua iniciação sexual entre os 12 e os 16 anos, enquanto as mulheres tendem declarar que sua primeira experiência sexual foi entre os 15 e 17 anos. Predomina entre os rapazes a iniciação com parceiras casuais e mais velhas e/ou experientes, enquanto quase todas as moças afirmam ter se iniciado sexualmente com um namorado, geralmente, mais velho.

Embora o número de informantes de segmento popular que reportou situações envolvendo sexo não consensual ou cedido seja três vezes maior do que o de pertencentes a camadas médias, seria precipitado concluir, como muitos estudos sobre coerção sexual, haver associação entre pobreza e maior incidência de violência em relações íntimas, dada a dimensão restrita da amostra selecionada. A análise do material indicou um dado significativo: as narrativas dos jovens de segmento popular e médio são similares no que se refere às práticas de negociação (o quê e quando é permitido negociar, como ocorre este processo). A partir desta consideração, optou-se por não criar dois blocos comparativos para análise dos depoimentos.

Conforme demonstrado no quadro, o número de casos narrados não apresentou diferença considerável entre os sexos. Entretanto, o gênero consiste no principal fator de distinção dos relatos e das percepções dos jovens acerca da vivência de sexo forçado, contra vontade ou por obrigação. Acrescente-se que o gênero é fundamental no processo de estruturação dos roteiros sexuais e aos sentidos atribuídos pelos sujeitos à sexualidade, às interações e práticas sexuais. Neste sentido, Barbosa (1997:1) enfatiza que “a construção dos significados sexuais relacionados aos gêneros, feminino e

masculino, ao modelar práticas sexuais e reprodutivas, pauta os processos de negociação sexual”, constituindo-se em aspecto de especial relevância para as reflexões que se seguem.

Ainda no que tange ao sexo dos informantes, o número de jovens que reportou experiências nas quais foram “alvo” de “coerção” não variou por sexo (16 homens e 16 mulheres). No entanto, a 16 rapazes declaram ter atuado como autores e apenas 9 moças afirmam o mesmo. Os entrevistados do sexo masculino (10) que afirmaram ter exercido tanto o papel de “autores” quanto ter vivenciado a condição de “alvos” é bem maior do que o número de mulheres (2). Além disso, a maioria dos rapazes que declarou ter forçado a “barra” para transar, se referiu a mulheres com as quais não mantinham vínculos afetivos. Já as moças que relatam ter forçado a “barra”, o fizeram no contexto de relacionamentos estáveis – conjugais ou não. É também no contexto deste tipo de relacionamento que as mulheres tendem a relatar ter sido constrangidas ou forçadas a ter relações sexuais contra vontade, enquanto os homens relatam ter sido “alvo” tanto de namoradas quanto de parceiras casuais e da pressão dos pares.

Os eventos reportados vão desde beijos, carícias pelo corpo, manipulação genital, contato entre os órgãos genitais até o intercuro sexual. As formas de “forçar a barra” ou de “constrangimento” abarcam: muita insistência (pressão verbal), ofensas e acusações, chantagem emocional (chorar, ameaçar ser infiel), impedir ou tentar impedir que a pessoa vá embora (segurando, agarrando, abraçando) e uso da força física (utilizar o peso do corpo, de modo a dificultar a reação do outro, e agressões propriamente ditas).

A insistência foi o principal meio de “forçar a barra” utilizado pelos jovens entrevistados. Seis mulheres e quatorze homens declararam o emprego dessa estratégia, na tentativa de obter contato ou intercuro sexual³⁵. Onze mulheres e quatro homens reportam ter sido constrangidos, obrigados ou forçados a ter relações sexuais contra vontade ou sem vontade, mediante insistência do parceiro ou dos pares. Nos relatos, há uma articulação estreita entre insistência e pressão verbal. A insistência – tática utilizada na tentativa de obter o relações sexuais –, apóia-se na pressão moral para ter eficácia.

A força física foi um dos modos de coerção menos declarados. Há quatro narrativas de estupro (2 relatos masculinos e 1 feminino, em que as 4 vítimas referidas

³⁵ Como foi apontado no capítulo 2, no estudo de Moraes et al. (2006) sobre os dados reportados por jovens que declararam ter sido forçados a travar contatos ou intercursos sexuais contra vontade na fase quantitativa da pesquisa GRAVAD, a insistência também foi a forma de coerção sexual mais relatada (por 66,6% das mulheres e 94,1% dos homens).

eram mulheres). Foi localizada também uma tentativa de estupro e cinco possíveis estupros (relatos que indicam esta possibilidade, sem maior detalhamento e clareza). Nenhum informante qualificou os episódios desta forma. Uma das situações enquadradas nesta categoria foi reportada por Mariana, que declarou já ter sido forçada a ter relações sexuais com o ex-companheiro, com quem manteve um relacionamento por três anos:

ENT: Alguma vez na vida você foi constrangida ou obrigada a ter relação sexual contra vontade?

EGO: Já.

ENT: Como aconteceu?

EGO: Foi com o pai do meu filho.

ENT: Por que? Você não queria?

EGO: Eu não queria.

ENT: Você chegou a falar com ele que não estava com vontade de transar?

EGO: Eu falei com ele.

ENT: O que ele fez?

EGO: Ele fez a força, contra a minha vontade.

ENT: Ele te agrediu ou te bateu?

EGO: Bateu, ele me deu um tapa na minha cara, tirou minha roupa e fez.

(Mariana, babá de 22 anos, segmento popular, Rio de Janeiro)

Cabe ressaltar que, a exemplo do trecho citado, os relatos foram classificados como estupro quando a narrativa envolveu intercurso sexual forçado, obtido pelo uso ou ameaça de emprego da força física e/ou pela impossibilidade de reação da vítima.

3.2 Por uma perspectiva contextual

É fundamental ressaltar o presente estudo se distingue da perspectiva adotada por estudos internacionais (Sprecher et al., 1994; Heise et al., 1995; Black & Gold, 2003; Ajuwon, 2005; entre outros) sobre coerção sexual, que consideram as diferentes formas de constrangimento tendo em vista contatos ou intercurso sexuais como passíveis de serem organizadas em um contínuo de violências hierarquizadas por intensidade e pensadas como conseqüências de um mesmo feixe de causas. Para esta vertente das pesquisas sobre o tema, o grau de intimidade sexual obtido e a estratégia utilizada para obtê-lo, freqüentemente, constituem uma espécie de matemática do sofrimento, uma

gradação de privações à liberdade sexual e ameaças à integridade sexual dos sujeitos. Uma das características desses estudos é não dar devida atenção aos contextos socioculturais de interação, positivando assim atos de violência e atos sexuais como portadores de sentido em si mesmos.

Os significados das práticas tidas como sexuais tendem a não ser questionados pelos pesquisadores. Embora percebam a sexualidade como instância organizada socialmente, que adquire sentido através de normas e crenças culturais, muitos estudos não levam em conta a perspectiva de que os fatos e as práticas sexuais são, sobretudo, eventos e práticas sociais. Em consequência, não há preocupação em empreender investigações direcionadas à compreender em que contextos determinados atos adquirem sentido sexual para os grupos estudados, e quais práticas sexuais são por eles classificadas como sendo mais significativas e íntimas.

Em dissertação de mestrado, na qual analisa as representações sobre sexualidade de jovens que participaram da pesquisa GRAVAD, Leal (2003) destaca as dificuldades de se estabelecer um critério de definição do que seja um ato sexual, na medida em que, dependendo do contexto, a qualquer elemento ou parte da anatomia humana pode ser atribuído sentido erótico. Da mesma forma, as ações que envolvem regiões corporais facilmente tidas como sexuais, como os órgãos genitais, podem não ter qualquer conotação erótica – exames ginecológicos e urológicos, por exemplo. Deste modo, práticas frequentemente classificadas como sexuais podem não conter o mesmo significado em cenários culturais específicos. A autora cita como exemplo o rito de passagem dos meninos Sambia e Etoro descrito por Herdt (1981), que envolve a penetração anal com homens mais velhos no processo de aquisição de masculinidade. Portanto, não há possibilidade de delimitação de uma essência do sexual, que se imponha aos contextos sociais; a atividade sexual apenas se constitui como tal, por intermédio de redes de significados culturais.

As narrativas dos jovens entrevistados pela pesquisa GRAVAD apontam o equívoco de se tentar desentranhar o sexual do social para fins analíticos, uma vez que os próprios informantes (como não poderia deixar de sê-lo) configuram o sexual a partir dos códigos sociais. Sempre que questionados sobre suas práticas, desejos e experiências sexuais, os informantes se referiram aos valores, às normas e/ou expectativas sociais que figuram nos contextos culturais em que estão inseridos, o que pode ser ilustrado pelo seguinte diálogo:

ENT: Frente essas histórias, você se considera um bom amante?

EGO: [*risos*] Não, não me considero.

ENT: Mas as mulheres comentam com você alguma coisa?

EGO: Comentam.

ENT: Se você é legal na cama, se é bom?

EGO: Não, eu me acho fraco nesse negócio de cama, porque vejo os caras falando: “Porra, dei três, quatro”, falam que deram duzentas, né, e eu fico assim: “pô, eu dou duas a pulso, e vejo esses caras falando isso! Que absurdo!”. Eu fico besta. Tem um amigo meu mesmo que a gente foi uma vez foi fazer um negócio, e ele ficou assim, horas no quarto, três casais no caso, as meninas pintaram. (...)

(Lucas, técnico de informática de 24 anos, segmento médio, Salvador)

No que se refere à factualidade conferida à violência nos estudos sobre coerção sexual (Catar et al., 1996; Lottes & Weinberg, 1996; Jejeebhoy & Bott, 2005; entre outros), ainda que algumas pesquisas busquem apreender as interpretações dos informantes acerca do que pode – ou não – ser considerado como experiência de sexo consensual, não raro utilizam os dados obtidos para construir um gradiente ainda mais abrangente. Alguns investigadores (Heise et al., 1995) acreditam poder avaliar quando o consentimento é ou não aceitável em uma interação sexual independente dos contextos sócio-culturais específicos. As tentativas de construção de uma categoria de coerção sexual que abarque o maior espectro possível de experiências sexuais vivenciadas como violentas podem conduzir a não problematizar o que caracteriza esses episódios enquanto situações de violência.

Em “O Processo Civilizador”, Elias (1994) trata do conjunto de transformações históricas referentes às conduta e aos sentimentos humanos, que redefiniu a sociedade ocidental, desde o século XVI. Tal processo envolveu uma reorganização dos relacionamentos entre os indivíduos, acompanhada de profundas mudanças na estrutura de personalidade e a redefinição e intensificação das fronteiras entre os corpos. O controle social sobre a vida privada, inclusive sobre a gestão das emoções, e a pacificação das relações sociais – pela monopolização do exercício da violência pelo Estado – conduziu a um avanço nos patamares de sensibilidade, instituindo o domínio da intimidade, padrões de privacidade e novas modalidades de pessoa. Estas transformações foram mais ou menos universalizadas, sofrendo variadas adaptações e modificações por diferentes arranjos e combinações na medida em que se estenderam por diferentes sociedades. A análise de Elias (1994) demonstra como comportamentos,

sensações e práticas rotineiras, bem aceitas em certos períodos históricos, adquiriram caráter transgressor, sendo objeto de sanções sociais e morais. As expressões de agressividade se modificaram ao longo do tempo e foram internalizadas pelos sujeitos, se convertendo em autocontrole. A visibilização e problematização das modalidades de violência ocorridas na esfera privada, as quais se tornaram matéria pública, é efeito da reelaboração das formas e fronteiras de intervenção do Estado na sociedade, das formas de interação entre os corpos e do surgimento do indivíduo civilizado (regido pelo autocontrole).

A configuração da sexualidade como domínio mais íntimo dos sujeitos, cerne das identidades individuais, tornou a violência sexual um crime perverso, que marca irremediavelmente a vítima. Vigarello (1998) abordou, sob perspectiva histórica, as concepções, os significados e as percepções acerca do estupro dos séculos XVI ao XX. A partir da análise de julgamentos e de processos judiciais, o autor analisa a mudança nos critérios e graus de sensibilidade em relação à violência sexual. Ele demonstra a maneira como esta transformação se vincula ao surgimento da intimidade e a produção de uma visão psicologizada do sujeito. De ofensa social e vergonha moral a trauma definitivo que põe em risco as identidades, de sofrimento físico a sofrimento subjetivo, o que antes era concebido como delito passa a ser pensado como crime. Gradualmente, há uma ampliação na delimitação dos crimes sexuais e um aumento na severidade dos graus de punição. Vigarello enfatiza que essas mudanças são uma “conquista individualista, antes de tudo: o código [jurídico] prolonga uma tendência a muito iniciada, designando de forma cada vez mais precisa o impacto pessoal, especificando sempre mais nitidamente a violência” (1998:219). Assim, nos códigos de direito, as referências morais e o foco na virtude – ou em sua ausência – são substituídos por referências factuais ao sexo e pelo foco na ofensa pessoal, reflexo da emergência da igualdade como princípio norteador das relações entre homens e mulheres, do reconhecimento das mulheres como indivíduos e do sexo como direito.

Os pesquisadores tendem a refletir acerca da questão da coerção sexual a partir do ideário individualista, substrato do discurso dos direitos sexuais. Tal perspectiva, conduz, frequentemente, a traduzir violência de forma simplista, como expressão da desigualdade de poder nas relações entre os indivíduos ou, ainda, como ações que ocasionam o sofrimento físico e/ou emocional alheio. A violência é concebida como um tipo de subversão das normas que deveriam reger as relações entre os sujeitos, segundo

a perspectiva destes especialistas. Tais normas são orientadas por uma moral sexual, baseada nos princípios de igualdade, liberdade e bem-estar/satisfação pessoal.

Muitos estudos (Struckman-Johnson & Struckman-Johnson, 1997; Haworth-Hoeppner, 1998; Catar et al., 1996; entre outros) não levam em consideração que as normas e os valores que regem as interações – inclusive sexuais – entre os indivíduos são constantemente negociadas e reelaboradas no curso desses intercâmbios, passando ainda por reelaborações posteriores. Acrescente-se que, em um mesmo contexto cultural, um ato pode ou não ser caracterizado como consensual, dependendo das circunstâncias que envolvem a interação. Em boates heterossexuais da cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, certas práticas são usuais entre os homens jovens, principalmente, adolescentes –, como segurar pelo braço ou beijar à força mulheres avaliadas por eles como sexualmente atraentes, com o propósito de chamar atenção. Estes atos tanto podem gerar protestos femininos quanto serem vivenciados como prazerosos ou lisonjeiros. A qualidade da interação depende da atração. A mutualidade do encontro depende fortemente da avaliação dos atores e em particular, nos padrões estéticos que interferem diretamente nas oportunidades de exercício da sexualidade (Heilborn, 2006).

A teoria dos roteiros sexuais (*sexual scripts*) de Gagnon & Simon (1973) demonstrou que a conduta sexual se constrói em um processo de aprendizado, que se dá pela inserção dos sujeitos em roteiros sociais complexos, que variam cultural e historicamente. Deste modo, a sexualidade passa a ser caracterizada como um campo de ação simbólica, no qual os atores sociais exercem sua criatividade de forma roteirizada. Heilborn (2006) ressalta que esses roteiros refletem os processos de socialização vivenciados pelos indivíduos ao longo de suas vidas – na escola, na família e em suas redes de sociabilidade. Em consequência, na juventude, fase de entrada na sexualidade com parceiro, esses roteiros adquirem especial relevância. As trajetórias sexuais dos sujeitos são tributárias das formas como os “valores e práticas sociais modelam, orientam e esculpem desejos e modos de viver a sexualidade” (Heilborn, 1999:40), o que sofre alterações no tempo e espaço, e entre segmentos sociais. Para a discussão aqui empreendida, é fundamental levar em conta que o processo de aprendizagem da sexualidade, do que é ou não aceito e possível nas relações sexuais e amorosas, o que é orientado por um conjunto de disposições pré-estabelecidas e pelas representações sociais sobre gênero, classe, raça e o corpo.

3.3 Quando é preciso ceder – Negociando “necessidade” e satisfação sexuais

A maioria dos estudos internacionais sobre coerção sexual que constam do levantamento bibliográfico não efetua uma análise dos dados pelo prisma de classe social. Eles tendem a focar em grupos sociais desfavorecidos ou em estudantes universitários e de escolas secundárias. Contudo, todos partem do pressuposto de que a incidência do problema é maior em grupos sociais que vivem em situação de pobreza. O conjunto desses estudos evidencia uma oposição entre o modo como é pensado o problema em países desenvolvidos e em países em desenvolvimento. Por um lado, os primeiros representam as sociedades modernas, nas quais há um maior engajamento dos atores sociais em prol da manutenção da liberdade e da igualdade nas relações sociais e entre os gêneros, e um maior reconhecimento das formas de violência sexual como um problema social e de saúde pública. Entretanto, a permanência de crenças e de valores hierárquicos – tidos como causa da violência de gênero – impõe o investimento em políticas de intervenção. Por outro lado, sobre os países em desenvolvimento, representados pela África e a América Latina, é enfatizado que seus quadros econômico, político e educacional são os principais fatores que induzem práticas culturais violentas, dado o valor da hierarquia na estrutura das relações sociais e entre os gêneros. Em algumas pesquisas, realizadas em países desenvolvidos, sobressai ainda outra versão da oposição moderno *versus* tradicional, qual seja: população local (de origem europeia) *versus* grupos étnicos (em geral, latinos ou afro-descendentes).

No Brasil, uma tradição de análise das relações sociais, inclusive daquelas relativas ao gênero, pelo prisma do pertencimento de classe produziu uma extensa literatura sobre classes trabalhadoras e classes médias urbanas, entre o final da década de 1970 e o início da década de 1990. Esta produção, inspirada nas idéias de Dumont (1993), discutiu o individualismo e o holismo na sociedade brasileira, como cosmologias que representam o moderno e o tradicional, apontando uma dicotomia entre estes dois estratos sociais (Velho, 1981; Duarte, 1986; entre outros).

Os segmentos médios foram identificados com a ideologia individualista, fundamentada no princípio de igualdade e na noção de indivíduo como valor, afirmando sua precedência sobre o todo. A maior penetração do individualismo nas classes médias se traduziria em uma ordenação mais igualitária das relações entre os gêneros e na autonomização da sexualidade, ainda que não acarrete em apagamento das diferenças nas relações entre homens e mulheres. Já os segmentos populares foram associados à ideologia holista, na qual o princípio básico de ordenação social consiste na hierarquia,

a família é um valor central e a totalidade é concebida como precedendo as partes. A permanência da hierarquia como valor nas classes populares implicaria não apenas a existência de relações marcadamente assimétricas entre os gêneros, mas, na própria diferença de gênero como valor, além do atrelamento da sexualidade à reprodução e à conjugalidade. Há ainda a chamada “hipótese da contaminação” que defende que os processos de modernização conduziram a um espraiamento da cultura individualista por todos os segmentos sociais, promovendo um apagamento progressivo das fronteiras simbólicas entre esses dois estratos sociais (Zaluar, 1984).

As análises realizadas até o momento a partir do banco de entrevistas GRAVAD³⁶ apontaram que, embora haja diferenças significativas nas trajetórias sociais de informantes de segmento médio e de camadas populares, o gênero é uma categoria de percepção mais determinante do que o pertencimento de classe, no que concerne às condutas e carreiras sexuais e amorosas dos jovens investigados. Os discursos dos entrevistados reforçam a afirmativa de que, quando se trata de trajetórias afetivo-sexuais, há semelhanças intragêneros que independem das formas socialmente diferenciadas de construção da pessoa (fronteiras de si), modelação das emoções e constituição de preferências pessoais (Heilborn, 2003).

É importante destacar que, na amostra aqui examinada, as experiências sexuais e os sentidos atribuídos pelos jovens à sexualidade não diferem significativamente em razão de seu pertencimento de classe. As narrativas dos entrevistados possuem muitas similaridades. A questão do prazer sexual feminino é onde pode ser percebida uma maior diferenciação. Leal (2003), ao analisar as representações sobre sexualidade do conjunto dos informantes da pesquisa GRAVAD, apontou diferenças significativas no modo como o prazer sexual era referido nos discursos de mulheres de camadas médias e de classe popular. Segundo a autora, entre as primeiras o prazer era apresentado como importante dimensão na experiência amorosa, o que não ocorreu entre mulheres de segmentos populares, quando questionadas acerca do que marcou sua iniciação sexual. No entanto, na amostra de 45 jovens que relataram experiências de sexo por constrangimento, contra a vontade ou forçado, o que chama a atenção não é uma ênfase diferenciada no prazer. Em quase todas as narrativas (de rapazes e moças, de classe média e popular), o prazer é apontado como fundamental e indissociável do exercício da

³⁶ Cabral, 2001; Peres, 2003; Leal, 2003, 2005; Rohden et al., 2005; Heilborn e equipe GRAVAD, 2005; Heilborn, Aquino, Bozon e Knauth (Orgs.), 2006; entre outros.

sexualidade. Contudo, chama a atenção o modo como o prazer sexual feminino é referido nos discursos dos informantes de segmento popular.

Longe de representar maior igualdade nas relações entre os gêneros, a valorização do prazer feminino nas narrativas de rapazes e moças de camadas populares aponta um modo de apropriação e re-elaboração do discurso individualista hegemônico do prazer feminino como direito a ser assegurado, e expressão da posse das mulheres sobre seus próprios corpos, a partir de uma lógica cultural específica. Entre estes jovens, o prazer feminino adquire importância, na medida em que a capacidade masculina de proporcionar prazer à parceira tornou-se central no processo de construção da masculinidade (tornar-se homem) e para sua atualização.

Igor, por exemplo, ao ser questionado sobre mudanças no modo de vivenciar a sexualidade desde sua iniciação sexual, aos dezessete anos, contrasta sua postura quando era “garoto” – isto é, quando ainda não havia se tornado homem, de fato – e após adquirir maior experiência sexual. Em sua fala, tornar-se homem se confunde com o aprendizado da obtenção de prazer aliado à capacidade de satisfazer sexualmente a esposa.

EGO: Hoje, hoje é... Eu tenho a relação sexual como um objeto de prazer não só pra mim, como pra minha parceira. Eu só me sinto bem se ela sentir prazer junto comigo. Antigamente eu não tava nem aí, eu sentia meu prazer, se ela quisesse sentir, ela sentiu / Hoje em dia você sabe que você tem uma esposa, você tem... não é obrigação dela sentir prazer também, mas você sente o prazer de sentir prazer junto com sua / Antigamente não, quando a gente era menino, a gente era garoto, e só tava pensando só né ... hoje não, né?

(Igor, 22 anos, segmento popular, funcionário de uma montadora de carros em Salvador)

Cláudio expressa a mesma idéia, ao discorrer sobre seu sentimento de impotência, quando percebeu que uma ex-namorada não sentia prazer na relação sexual:

EGO: Por isso, pelo o que eu falei naquele instante de conviver dentro de um relacionamento, de você tá naquele vai e vem, e a pessoa fazer só porque você quer já aconteceu sim isso comigo, de eu tá vap, vap, vap, vap, e a pessoa parecer uma boneca morta, aquela boneca de humhum, de na hora parar assim, “acabou?” E eu : “Já”. Isso desestimula, eu ver que a pessoa tá fazendo mesmo, parece que está desfazendo. Então já aconteceu.

ENT: E como é? Você se sentiu como?

EGO: Um impotente.

ENT: Nessa situação?

EGO: Impotente, porque a ponto de ela manter relação comigo sem ter vontade, então eu não tive capacidade suficiente para preparar ela pro momento, foi mais pela minha vontade, pela minha grosseria, entendeu? Eu me senti um impotente.

ENT: Pensando assim, desde quando você começou a ter a sua experiência, sua primeira experiência e tal, né? Você acha que determinadas práticas que você fazia antes, você ainda continua fazendo, haveriam mudanças em relação a essa questão das práticas?

EGO: Houveram, houveram, como eu disse a você que eu achava que eu tinha ejaculação precoce, até hoje eu tenho, mas hoje eu sei me controlar um pouco mais, sei achar o ponto x para chegar na hora, se tiver perto para pra gozar eu mudar uma posição, fazer alguma coisa para complementar. E antes não, veio vontade já era, independente dela ter chegado ao orgasmo dela ou não, pra mim o que importava era o meu, entendeu? E pra mim hoje, a relação só é boa se eu satisfazê-la, entende? Se eu não satisfazer a pessoa pra mim não valeu, que aí eu só vou tá me satisfazendo e aí a reputação também cai, cai, cai.

(Cláudio, 20 anos, funcionário de uma distribuidora de catálogos, Salvador)

A representação do prazer feminino como meio de comprovação da sexualidade e da competência sexual dos homens de classe popular foi também referida por Silvana. Ela enfatiza que conversa abertamente sobre sexo com o namorado, com quem mantém um relacionamento desde os treze anos. No entanto, ao falar sobre a ausência de prazer na iniciação sexual, aos dezesseis anos, refere que:

EGO: Demorou pra saber o que era gozar. Demorou uns oito meses que sempre tinha relações com ele, mas eu não sentia nada. Aí, eu ficava assim pensando... porque todas as mulheres às vezes fala que é bom, que é isso, que é aquilo e eu não sinto nada? Mas também com 16 anos, eu acho que eu era muito nova. Aí demorou uns oito meses... Depois quando eu fui ter a outra relação, como já tinha direto né, quando eu fui ter de novo, aí eu senti uma coisa estranha assim...

ENT: E como foi isso, você falou pra ele que tava...

EGO: Foi bom. Quer dizer, foi bom pra mim, mas ele não sabia que eu nunca senti prazer. Pra ele eu sabia [*riso*] e até hoje, pra ele eu sempre senti, né? Eu nunca conversei com ele, não. Eu nunca conversei porque senão ele ia ficar achando que era ele que... sei lá, acho que ele ia ficar meio decepcionado.

ENT: Ele ia ficar decepcionado, você acha, com ele ou ia ficar decepcionado com você?

EGO: Eu acho que com ele. Acho que ele ia ficar pensando que não fazia, fazia assim, direito.

ENT: E hoje, hoje você com 19 anos, você se acha uma mulher diferente, em relação a querer ter mais prazer do que naquela época, ou pra você tanto faz? Qual a importância que ter prazer tem pra você na relação? Você considera ter prazer na relação importante ou tanto faz pra você?

EGO: Pra mim, eu acho que numa relação tem que ter o prazer, né, porque se não tiver / antes eu não sentia nada, aí eu achava uma coisa assim, estranha, porque ficava minhas colegas dizendo que elas sentiam alguma coisa, aí eu sempre naquela dúvida, porque será que elas sentem e eu não? Mas eu nunca contei isso pra ninguém né, pras minhas colegas eu sentia também, né? E até hoje elas pensam assim, mas...

(Silvana, babá de 19 anos, segmento popular, residente em Salvador)

O relato de Silvana evidencia outros aspectos referentes à importância conferida por estes jovens ao prazer feminino: a capacidade feminina de sentir prazer – entendida como alcançar o orgasmo por meio do coito vaginal – é concebida como meio de afirmação da feminilidade, um atestado de normalidade e, principalmente, requisito para satisfazer o parceiro – de modo a assegurar a harmonia no relacionamento.

Em artigo recente sobre família, reprodução e ethos religioso no Rio de Janeiro, Duarte et al. (2004) propõem que a difusão da ideologia individualista pode se dar por *difusão formal* e *material*. A primeira seria a penetração desta ideologia nas ordens institucionais das nações, moldando-as tanto ao nível do Estado quanto da Sociedade Civil. A *difusão material* seria a internalização dos valores individualistas que se tornam dispositivos ordenadores das ações dos sujeitos, constituindo-se em *habitus* ou *ética*. Estes dois meios de difusão do individualismo se dariam de forma aproximada em sociedades metropolitanas, mas apresentariam distinções mais ou menos intensas nas sociedades periféricas. Os segmentos médios e altos dos dois tipos sociedade estariam empenhados em adequar as duas dimensões, em reproduzir material e ideologicamente o novo modelo cultural hegemônico, representado pela ideologia individualista. Os autores referem que:

“o formato das novas formas religiosas esteja, de algum modo, articulado com a difusão permanente, ainda que irregular da cosmologia moderna nas sociedades contemporâneas, através da difusão formal, produtora de ‘institucionalizações estruturantes, que vêm atingindo inclusive as camadas populares: mercantilização, racionalização, igualitarização, liberalização do espaço público. Isso não significa assumir concomitantemente produzindo uma efetiva distribuição material, uma conversão generalizada à ideologia do individualismo, no sentido e promoção da autonomização, interiorização e psicologização do modelo de pessoa (cf. Duarte, 2001), mas certamente que se estejam alterando as condições em que os modelos tradicionais se atualizavam” (Duarte et al., 2004:3).

No que tange à esfera da sexualidade é possível afirmar, de modo análogo, que a difusão formal dos valores individualistas – especialmente, aqueles concernentes à busca do prazer e da satisfação sexual – nos segmentos menos letrados da sociedade brasileira têm promovido mudanças no modo como a sexualidade é concebida e vivenciada por estes atores sociais. Ainda que seja equivocada a referência à adesão a esses valores, os estratos populares convivem com os discursos hegemônicos sobre o sexo, sobretudo divulgados pela mídia. Acrescente-se que alguns discursos repercutem fortemente sobre suas crenças a respeito do sexo e, em especial, na formulação pelos jovens, de sentido a suas experiências sexuais.

As narrativas dos entrevistados em geral – de classe média e de estrato popular – exprimem que a satisfação sexual entre parceiros é fundamental para a manutenção da reciprocidade entre o casal. Para eles, trata-se de um mecanismo de preservação da harmonia no relacionamento e de atualização do vínculo e do comprometimento afetivo-sexual. Ceder aos desejos do outro pode ser vivenciado como uma prova de afeto. Matheus, por exemplo, conta que já fez sexo pressionado por uma ex-namorada para não deixá-la com “raiva”, pensando que ele não se importava com ela.

ENT: Alguma vez na vida você foi constrangido ou obrigado a ter uma relação sexual contra a sua vontade?

EGO: Não, eu já, porque eu namorava uma menina... aí ela falava que eu nunca tinha tempo para ela... tempo para fazer essas coisas...

ENT: [[Aí ela/

EGO: [[Ficava com ciúme, falava que eu não ligava para ela... que eu não queria fazer... Mas tem dia também que a gente não está com saco para fazer, não... que a gente está cansado de alguma coisa...

ENT: Bom, mas ela te obrigava de algum jeito?

EGO: Não obrigava, não. Eu fazia só para ela não ficar chateada, não ficar com raiva...

(Matheus, ajudante de pedreiro, 18 anos, segmento popular, Rio de Janeiro)

Há relatos de entrevistados – sobretudo de mulheres – que já tiveram ou têm contatos e intercursos sexuais, com alguma frequência, realizando práticas ou posições sexuais que não lhes agrada, para satisfazer o parceiro. Tais depoimentos, como o de Suzana, se referem, sobretudo, a relacionamentos estáveis e de encontros sexuais entre parceiros recorrentes.

ENT: Alguma vez na vida você foi constrangida ou obrigada a ter relação sexual contra vontade?

EGO: Sim, às vezes você não está afim e cede porque o parceiro tá a fim, já aconteceu muito isso comigo.

ENT: Mas alguém já te forçou a ter uma relação sexual?

EGO: Isso não, nunca fiz com uma pessoa que eu não quisesse.

(Suzana, auxiliar de escritório de 23 anos, segmento popular, Rio de Janeiro)

Para a informante, ceder ao parceiro, aceitando ter relações sexuais, apesar de não estar “a fim” (com vontade), não é vivenciado de forma negativa. Nos discursos do conjunto dos entrevistados, ceder ao desejo do outro é um desdobramento possível da negociação sexual, uma escolha legítima. Negociar o sexo implica barganha e convencimento, ainda que nos depoimentos de homens e mulheres se sobressaia o ideal de sintonia entre o casal, tanto no que concerne ao desejo quanto às práticas sexuais apreciadas.

Para os rapazes, a satisfação sexual também é importante no contexto de relações casuais, seja para não magoar ou constranger as parceiras, seja por medo de serem difamados por elas. Os relatos de Felipe e Renato, respectivamente, são ilustrativos:

ENT: E alguma vez tu se sentiu obrigado a fazer sexo com alguém que tu não querias fazer?

EGO: Já.

ENT: Como é que foi? Pode me contar?

EGO: Ah, é xarope porque o cara faz sem tesão nenhum, não tem graça.

ENT: E como é que foi essa experiência?

EGO: Ah, pra mim foi ruim.

ENT: Era uma namorada tua, como é que foi?

EGO: É, uma namorada minha [*Diz que é uma namorada, mas, tudo indica se tratar de uma parceira casual*]. Era um caso, assim. Eu fiquei com ela, mas eu não queria ficar com ela, só que não queria dar um “queimão” nela, só fiquei para não “queimar” ela [*Não deixá-la constrangida frente aos pares*].

(Felipe, pipoqueiro de 18 anos, segmento popular, Porto Alegre)

A fala de Renato demonstra como a atualização e afirmação da masculinidade, por meio do exercício da heterossexualidade e de sua enunciação frente aos pares, pode

conduzir a um relativo empoderamento das mulheres na negociação sexual. A insatisfação feminina, na medida em que pode se tornar pública, é sempre uma ameaça à reputação masculina.

ENT: O que você não gosta?

EGO: Tem mulher que quer enfiar o dedo no cu. Ah, isso aí eu não gosto, não. Tem mulher que gosta de transar tomar porrada e tudo.

ENT: Você não gosta, não? Se alguém pedir pra você bater?

EGO: Não, eu não gosto, não. Não gosto de sexo com porrada, não.

(...)

ENT: Alguém já te pediu para apanhar?

EGO: Já. Eu dei até um tapa na cara, mas é aquele negócio, você não está acostumado. Aí, tu bate devagar. “Não, bate mesmo”, dizem as mulheres. Pra bater na xota [vagina], então (rindo). Aí, você fica assim... pô, não tô acostumado com essa porra.

ENT: Isso você não gosta de fazer?

EGO: Não gosta, mas a gente faz. Tu faz porque você não vai dar mole de a mulher te esculachar. Então, tu faz.

ENT: Esculachar o quê?

EGO: Tem mulher que conta. É igual homem. Homem conta pro amigo. A mulher conta pra amiga também. (...)

(Renato, 24 anos, segurança particular, segmento popular, morador do Rio de Janeiro)

Nos relatos de moças de segmento popular, a importância de satisfazer sexualmente o parceiro também pode se configurar como estratégia para assegurar a reciprocidade conjugal, de maneira a reduzir o perigo representado pelas “mulheres da rua”, passíveis de oferecer o prazer desregrado, capaz de desencaminhar os homens do projeto conjugal/familiar.

Duarte (1987:220) apontou que a reciprocidade social, valor central para as classes trabalhadoras urbanas por ele investigadas, tem na relação entre os gêneros “seu palco fundamental, crítico, dramático – eventualmente trágico”; pois, para que ela se mantenha é preciso equilibrar prazer e obrigação. O prazer deve ser subsumido à reprodução biológica (ter filhos) e social (construir um núcleo familiar), o que é assegurado pelo modo como as mulheres conduzem seus relacionamentos, a partir da demanda do cumprimento das obrigações pelos homens, conseguindo que eles se engajem no projeto reprodutivo e, principalmente, empenhem-se em prover os meios materiais para tal. Para as mulheres, isto implica em lidar e controlar as possíveis ameaças ao plano conjugal/familiar, que se manifestam mais freqüentemente sob três

formas: ausência de trabalho, por vezes associada ao consumo desregrado de bebidas alcoólicas; maus-tratos; e relacionamentos extraconjugais, o que pode ser aceitável quando não interfere na reprodução familiar e obedece aos limites impostos pela vergonha (restrita exposição pública).

Os relatos de Márcia e Gabriela revelam como, para mulheres de camada popular, manter a satisfação sexual do parceiro é também um meio de proteger a relação.

ENT: Agora, o que você mais gosta de fazer quando está transando?

EGO: Eu gosto?

ENT: É, o que você mais gosta?

EGO: Ah..., beijar o corpo.

ENT: E ele? O que você acha que ele mais gosta?

EGO: O mesmo.

ENT: O mesmo?

EGO: Por isso que a gente se combina, é uma coisa que dá certo né, acho que no sexo é fundamental porque se você é... tem aquele ditado, se a mulher não satisfaz o homem na cama, ele vai procurar outra na rua, e se a outra faz melhor, ele vai gostar da outra. E você vai ser aquela de casa para cozinhar, para lavar, cuidar do filho entendeu, e eu acho que na cama tem que ter uma liberdade entre o casal, senão não dá certo.

ENT: Não dá certo, e tem que combinar/

EGO: É, tem que se dar bem entendeu.

(Márcia, 19 anos, atendente de uma rede de *fast-food*, segmento popular, Rio de Janeiro)

No depoimento de Márcia sobressai a idéia de que satisfazer o homem é uma forma de ser valorizada por ele, de não ser vista apenas como dona de casa e mãe. Neste sentido, o despudor em relação ao parceiro pode se constituir como estratégia de manutenção do equilíbrio entre prazer e obrigação. É o prazer sexual que assegura o comprometimento masculino para com a união. A fala de Gabriela também é ilustrativa:

ENT: Então, uma perguntinha assim. Qual a importância que tu atribui ao sexo, né? A uma transa, em uma relação afetiva. Assim, que tu tenha com esse teu companheiro. Na tua vida em geral. Qual é o papel do sexo na tua vida em geral?

EGO: No meu ver?

ENT: É. Se tu achas que dá pra viver sem. Ah, que que tu acha assim... A frequência. Qual frequência que tu sente necessidade? Tu ou teu parceiro. Se tem diferença entre o homem e mulher. Assim, quem tem mais necessidade.

EGO: Ah, tem. Diferença entre homens e mulher sempre tem. Homem sempre quer. Não tem hora. Não tem dia. Todo dia ele sempre quer. / ele sempre quer todo dia. Eu

como trabalho, né? Eu te disse assim. Faço limpeza, venho cansada. Às vezes, passa uma semana assim... É eu que eu tô cansada, nem penso em sexo. Tem as crianças. As crianças me tomam bastante tempo também. Mas, claro que sexo é importante. Pelo menos uma vez por semana, eu tenho que... mesmo que eu não teja com vontade, eu tenho que satisfazer o meu marido porque senão.... tu já viu, né? Hoje em dia, as mulher estão tão atirada que...

(Gabriela, 24 anos, faxineira, segmento popular, Porto Alegre)

Por outro lado, nas declarações dos homens deste estrato social, o vínculo afetivo é o que permite abrir mão do sexo ou de práticas sexuais por eles apreciadas. Pela mulher que se gosta – a esposa ou namorada – é válido o sacrifício de controlar a “necessidade sexual”. Neste sentido, ao ser questionado sobre a importância do sexo em um relacionamento, Celso afirma que:

EGO: Tudo bem se a gente ficar uns dois três meses sem transar, eu não vou terminar por isso. Mas se for outra mulher [*que não a namorada*], eu vou cair fora. Se for uma pessoa que você gosta, dá prá agüentar. Se uma pessoa que não, é difícil. É importante [*o sexo*].

(Celso, 22 anos, segmento popular, camelô, residente na cidade do Rio de Janeiro)

Nas narrativas de ambos os sexos e camadas sociais, o tema da satisfação sexual é constantemente vinculado à “necessidade” de sexo, a exemplo deste outro trecho da entrevista de Gabriela:

ENT: E me diz uma coisa. Já teve alguma situação assim que tu teve que forçar a barra assim pra transar com o teu companheiro? Ele não queria, não queria, queria mas tu forçou um pouco?

EGO: Ah, teve. Uma vez que ele tava extremamente bêbado, sabe? Ele começou assim (), sabe? E aí depois quando eu vi ele dormiu. [risos]

ENT: Ele dormiu?

EGO: Dormiu. Aí eu acordava ele. Empurrava ele e não...

ENT: Aí tu forçou um pouco?

EGO: Eu tive que forçar, né? Claro. Como dizem, eu não ia dormir prejudicada. [risos]

ENT: É () mais aí ele tinha bebido bastante.

EGO: Tive que acordar na marra, né? Tu não acha que eu tô certa?

ENT: Não, tá certa. Isso mesmo. Se tinha necessidade é isso mesmo.

EGO: Eu disse pra ele, não brinca com fogo, né? Então termina de apagar o fogo. Fica acendendo aí, depois não queria terminar o serviço.

(Gabriela, 24 anos, faxineira, segmento popular, Porto Alegre)

“Necessidade sexual” é a categoria nativa utilizada para se referir à libido sexual, concebida pelos informantes como uma necessidade fisiológica, que se manifesta de formas distintas em homens e mulheres. Para os rapazes, é ativa e implica em disposição permanente para o sexo, enquanto para as mulheres, é reativa, até quando se trata de desejo tão intenso quanto o masculino. Assim, Gabriela enfatiza que não ia dormir “prejudicada”. O marido teria agido de má fé ao despertar sua libido, sabendo que não teria condições de transar. Ela achou se tratar de falta de consideração do parceiro, e se sentiu no direito de obrigá-lo a satisfazê-la.

Expressivo número de informantes afirmou que a “necessidade sexual” masculina é maior do que a feminina, uma vez que, as mulheres seriam capazes de controlar seus corpos e os homens, não. Diversos estudos apontam que, no Brasil, prevalece a representação da sexualidade masculina como “incontrolável”, guiada por um impulso irresistível (Barbosa, 1999; Villela e Barbosa, 1996; Paiva, 1996). O descompasso do desejo sexual de homens e mulheres, por um lado, contribui para o desinteresse masculino por se engajar em relações exclusivas e duradouras, dados os conflitos que decorrem de sua dificuldade em honrar com as regras de reciprocidade. Por outro, confere ao consentimento feminino nas interações sexuais o poder de barganhar o comprometimento dos parceiros para com um projeto conjugal/familiar, mediante a negociação entre prazer e obrigação/compromisso.

A crença na natureza distinta das sexualidades de homens e mulheres se traduz em diferentes expectativas de gênero quanto à aproximação e ao modo de conduzir suas interações sexuais. Os roteiros sexuais reproduzem a assimetria entre feminino e masculino na delimitação dos papéis encenados nos eventos de conquista. A negociação sexual entre os jovens entrevistados acopla uma dinâmica de avanços masculinos e embargos femininos, que integra o jogo de sedução representado em seus encontros. Os homens, movidos pela “necessidade sexual”, devem tomar a iniciativa, cortejar, buscar contatos sexuais, insistir e convencer as mulheres a permitirem tais avanços. Elas, por sua vez, podem expressar interesse pelos rapazes por olhares, insinuações ou pela mediação de amigos e, principalmente, iniciada a interação, permitindo seu desenrolar, inclusive a partir dos avanços do parceiro. No entanto, é preciso que demonstrem

cautela, vergonha e, sobretudo, que refreiem as tentativas masculinas de obter contato sexual de modo a afirmar suas qualidades morais e, assim, serem valorizadas pelos parceiros. Rafael explica a lógica das investidas masculinas:

EGO: Não tu, vamos supor, tu / Se ela fala uma vez não quer, “não, tira a mão daí”, mas tu / Daí o cara vai insistindo, vai insistindo... E quando vê, uma hora...

ENT: Daí ela deixa?

EGO: É, daí ela deixa.

ENT: Ou às vezes não deixa?

EGO: Ou às vezes não deixa e sai fora, “não, não é isso”. Não, daí, quando eu vejo que saiu fora mesmo, não. Se for “ah, não bota a mão aí” e continua beijando o cara, daí o cara vai indo, sabe? Então...

(Rafael, pedreiro e carpinteiro de 21 anos, segmento popular, residente em Porto Alegre)

Camila evidencia a expectativa da iniciativa masculina: ao conhecer o marido, apesar de ter se apaixonado à primeira vista, foi necessário que o rapaz a abordasse em uma festa para transformar sua condição de colegas de trabalho à namorados:

EGO: Eu conheci meu marido nesse primeiro trabalho que eu tive, no meu primeiro emprego, aí eu conheci ele e fiquei com muito medo né, ele era muito mais velho, mas quando eu vi ele eu fiquei completamente apaixonada. Aí, numa festa de Natal ele me agarrou e me deu um beijo, só assim mesmo que eu fico com gente diferente, aí como eu já estava empolgada a gente começou a namorar.

(Camila, 20 anos, dona de casa, segmento médio, mora na cidade do Rio de Janeiro)

Neste jogo de investidas e resistências, cada avanço sexual permitido sugere aumento do grau de intimidade e confiança entre parceiros, o que conduz à aproximação do intercursos sexual, mais ou menos almejado pelas partes. Todavia, esta dinâmica de interação entre os gêneros envolve muitas tensões. O limite de tolerância feminina frente aos avanços sexuais do parceiro é sempre incerto. A disposição feminina para contatos mais íntimos é testada a cada desafio aos limites impostos. Para o homem, há sempre a possibilidade de que as intenções da parceira sejam mal interpretadas. Tudo depende se o roteiro é bem conhecido e/ou compartilhado pelos sujeitos. Rodrigo destaca que:

EGO: Ah, geralmente assim, algumas vezes acontece de você sair e aí você fica a fim de transar com uma menina. Aí ela vai, vai, só aquela coisa para ti levar, assim na idéia de querer te levar. Chega na hora e começa dar para trás. Você começa insistir. E “não, não”. Aí você vai forçando aquela coisa.

ENT: Ah, mais não é aquela coisa constrangedora, de forçar a barra mesmo?

EGO: Ah, uma vez forcei muito a barra e aí a menina achou ruim e saiu, meio que fez cena / ³⁷

(Rodrigo, 24 anos, segmento médio, trabalha na gerência do cinema de um Shopping Center em Porto Alegre)

As declarações dos rapazes enfatizam a importância da iniciativa nas interações sexuais com mulheres, como meio de afirmação da identidade masculina, como demonstração de seu interesse e disposição permanentes para o sexo. Eles ressaltam que, na maioria das vezes, são eles que propõem maior intimidade, ainda que, não raro, suas companheiras atuais ou ex-parceiras já tenham iniciado relações sexuais. Segue um pequeno trecho da entrevista de Antônio:

ENT: E quem... de um modo geral, com as suas namoradas, quem costumava tomar mais iniciativa na hora de transar?

EGO: Eu! Eu, eu, eu. A que eu não tomava muito iniciativa era com Vanessa. Ela sempre tomava iniciativa, a maioria das vezes ela tomava iniciativa. Mas com certeza eu sempre tomei iniciativa.

(Antônio, 24 anos, segmento médio, funcionário de uma produtora de eventos em Salvador)

Nos depoimentos de todos os entrevistados, a classificação dos parceiros e práticas sexuais aparece como elementos centrais nesta dinâmica de aproximação e desenrolar das interações amorosas e sexuais entre os gêneros. A classificação das mulheres em “mulher de casa”/“moça de família” e “mulher da rua” (mulher que não subsume o sexo ao vínculo) pauta as negociações entre os gêneros, sobretudo no segmento popular. Com frequência, os homens destacam seu comportamento respeitoso e carinhoso para com as primeiras, em contraposição à falta de apreço e de tolerância à imposição de resistências pelas segundas. As “mulheres da rua” são concebidas como um objeto

³⁷ A barra (/) no fim da frase indica que esse ponto não seguiu sendo explorado na entrevista.

sexual que compensa o descompasso entre o desejo dos homens e o de suas parceiras (namoradas ou esposas), suprimindo sua maior “necessidade” de sexo.

Ao responder à pergunta sobre se homens e mulheres têm a mesma “necessidade sexual”, Alexandre afirmou:

EGO: Olha só, eu acho que o homem tem mais necessidade [ri]. Acho que o homem tem mais necessidade. A mulher... Por isso que eu falo: a carne do homem é mais fraca. Homem trai mulher direto. Mas a mulher...

ENT: A carne de quem?

EGO: Do homem. É fraca, entendeu? É... porque... se a mulher trai homem, é porque ela quer. Entendeu? Quando a mulher trai um homem é porque ela quer. Mas também que é que seria da gente se a mulher não traísse o homem, não é? Tem que ter sempre uma traição, mesmo, e ... eu acho que o homem é mais safado, acho que o homem tem mais... mais... como é que se diz.... mais vontade de fazer sexo.

(Alexandre, camelô de 19 anos, segmento popular, Rio de Janeiro)

A fala de Alexandre é exemplar de como, nos discursos dos informantes, a idéia de que as sexualidades de homens e mulheres são de “naturezas” distintas se traduz na permissividade aos desvios de comportamento masculinos. Por ter um maior autocontrole, as mulheres só exercem sua sexualidade quando desejam fazê-lo. Em conseqüência, casos extraconjugais femininos são tidos como desvios morais e os dos homens, quando não prejudicam suas obrigações, são tidos como decorrentes de uma fraqueza que está “na carne”, no reino da biologia.

O jogo de insistências e resistências é determinante para a classificação dos parceiros, e irá definir o roteiro a ser adotado e a possibilidade de estabelecimento do vínculo. As mulheres também conduzem suas relações com os homens a partir dessas categorias (“mulher de casa” *versus* “mulher da rua”). Não permitir que ocorra o intercuro sexual até que esteja garantido o comprometimento do rapaz para com a relação é, para as moças, um meio de garantir sua distinção em relação às “mulheres da rua”. Neste contexto, a paciência masculina indica o reconhecimento de que a parceira é uma “moça de família”. Poliana enfatiza como o ex-noivo foi respeitador com ela ao longo do relacionamento, apesar de ser um homem mais velho e sexualmente experiente:

EGO: Um cara com 33 anos, não era mais garotinho. Teve essas experiências, e não queria ficar com namorinho, namorinho aqui, namorinho ali. Mas ele me respeitou super, me respeitou muito, sabe? Foi muito paciente, ele viu que eu era uma pessoa... uma garota de família, era uma garota legal. Então, aí foi levando... foi, foi. Tanto é que até depois, eu que comecei a falar: “Não, vou na clínica sim. Pode deixar” [*Se consultar com um ginecologista para começar a tomar pílula anticoncepcional*]. Que ele foi até deixando por minha conta mesmo, entendeu? E eu peguei e fui na clínica mesmo, tal. Ele foi super compreensivo comigo.

(Poliana, funcionária de uma creche de 21 anos, segmento popular, Rio de Janeiro)

Embora tenha recorrentemente insistido para transar no início do namoro, o ex-noivo de Poliana, mediante sua resistência frequente, percebeu se tratar de uma “moça de família”, o que o levou a mudar sua postura em relação a ela, a se tornar paciente. No relato da entrevistada, o ex-noivo se opõe à figura do ex-namorado. Ela ressalta que seus familiares costumavam alertá-la de que o rapaz não lhe proporcionaria um futuro, não estava interessado em um projeto conjugal/familiar. O término da relação se deu porque ele tentou forçá-la a ter relações sexuais indesejadas em um beco escuro. Ao romper com a dinâmica da negociação e em um lugar simbolicamente associado à prostituição (a rua), o ex-namorado demonstrou não ser alguém de confiança, digno de namorá-la; pois, não a tratou com o respeito que uma “moça de família” merece, não soube reconhecê-la como tal.

ENT: E assim, alguém uma vez já te constrangeu a fazer sexo assim, te forçou a ter que transar? Alguém já te forçou assim?

EGO: Esse, ele já forçou, entendeu? Já me forçou uma vez, mas não chegou a ser: “Vai fazer comigo!”. Ele foi forçando, foi forçando, entendeu? De várias maneiras, eu tentando sair, e ele querendo me abraçar, me apertar. E eu saí, e ele querendo: “Não, não, perai. Vamos...”. Já me forçou, sim. Mas não rolou nada. Ficou só no forçamento e eu fiquei com raiva dele, tanto é que uma vez eu sem querer, sem querer não, tava doida pra fazer isso mesmo, que ele me forçou tanto, que eu cheguei até um tapa na cara dele, entendeu? Eu nunca fiz isso com pessoa nenhuma! Mas eu fui para casa com aquilo na cabeça: “Gente, eu dei um tapa na cara dele”. Mas eu dei.

ENT: Mas vocês estavam assim em algum lugar que permitisse a ele a te forçar? Por que aí te pegava a força assim te abraçava?

EGO: Não, a gente tava sabe aonde? Numa rua! Aí, na rua tinha um espaço assim que você passava de uma rua pra outra. Era um bequinho, um negócio escuro, sabe? Ele parou assim, a gente parou pra se beijar, e ele começou a/

ENT: Te agarrar?

EGO: Entendeu? A me agarrar, querer forçar alguma coisa, então eu achei... Pelo amor de Deus! Eu vou fazer isso... Ah, pelo amor de Deus! Ah, não. Que isso?! Eu já tava... já tinha aquele medo danado, vou fazer no meio da rua. Que isso! Aí, pronto. Aí só esse também que me forçou, também. Só.

(Poliana, funcionária de uma creche de 21 anos, segmento popular, Rio de Janeiro)

Em geral, as jovens entrevistadas tenderam a enquadrar seus parceiros ou ex-parceiros nas categorias homem “respeitador”/trabalhador/honesto ou homem safado/“galinha”³⁸/“que não dá futuro”. Entretanto, ser qualificado na segunda categoria raramente traz conseqüências negativas à reputação dos rapazes – pelo contrário, ser um homem safado/“galinha” é um atestado de virilidade. Além disso, para os homens, é quase sempre possível alterar seu status para o de homem respeitador. A classificação moral dos rapazes é sempre fluida e situacional. Já para as moças, ser julgada como “mulher da rua” implica ser estigmatizada como aquela que não é digna de conquistar um projeto conjugal/familiar e, portanto, não precisa – ou deve – ser tratada com respeito pelos homens. É pouco provável que uma “mulher da rua” venha a se tornar uma “moça de família”, que possa vir a ocupar a posição de namorada ou esposa.

Ao analisar os dados qualitativos e quantitativos do banco GRAVAD sobre o que pode ou não ser feito em uma relação sexual, Leal (2005) destacou que os discursos dos informantes evidenciam que a delimitação do que é permitido negociar nas interações sexuais está estreitamente articulada ao modo como os sujeitos classificam seus parceiros sexuais. A autora aponta que, nas falas das moças, as idéias de reciprocidade, intimidade e confiança conferem legitimidade à ampliação do rol de práticas sexuais permitidas e ao exercício de atos tidos como não convencionais ou indesejados, em troca de uma maior estabilização da relação. Na medida em que há maior intimidade e o casal se estabiliza, práticas antes consideradas vergonhosas, impuras e/ou depreciativas tornam-se possíveis e podem adquirir o sentido de afirmação do vínculo entre os parceiros.

Os depoimentos dos jovens da amostra aqui analisada indicam que, na medida em que os relacionamentos se tornam mais estáveis, as mulheres tendem a se tornar mais assertivas, passando a iniciar interações sexuais – o que indica certa flexibilização nos roteiros de gênero adotados durante a conquista. Entretanto, a iniciativa no sexo permanece como função predominantemente masculina, inclusive em relacionamentos

³⁸ “Galinha” é o termo utilizado pelas informantes para se referir a homens que costumam se relacionar, simultaneamente, com diferentes parceiras, sem estabelecer vínculos, fazendo falsas promessas e não respeitando os limites impostos pela vergonha.

de longa duração. Ao responder a pergunta 5.1. *Quem costuma tomar a iniciativa na hora de transar? Você ou a outra pessoa?*, Carolina afirma que:

EGO: Sempre o homem, bem capaz. Eu nunca cheguei em ninguém...

ENT: E depois que tu tá ficando na hora de transar, sabe? Tipo, sei lá, tá ficando não sei o que, quando vai transar, quem costuma tomar a iniciativa?

EGO: O homem também. Só se eu já tô namorando, aí é outra coisa.

ENT: E se tu tá namorando, vamos supor assim, um namoro?

EGO: [[Tá, se eu tô afim eu vou lá e...

ENT: [[sempre transando e tal, normalmente quem toma mais a iniciativa?

EGO: Ah, o guri. Mas às vezes, eu tô mal [*com “necessidade” de sexo*] também. Quando eu tava com vontade, eu ia lá e... sabe?/

(Carolina, estudante de 18 anos, segmento médio, residente em Porto Alegre)

As iniciativas femininas, no contexto de “namoros sérios” e de uniões conjugais, são, em certa medida, valorizadas, por serem tidas como um desdobramento da competência sexual dos parceiros, de sua capacidade de despertar-lhes a libido e prover prazer. A entrevista de Marta é exemplar:

ENT: Na hora em que vocês vão transar, algum de vocês costuma tomar a iniciativa? Tu costuma tomar a iniciativa na hora de transar e diz: vamos transar?, ou o teu marido te convida?

EGO: O meu marido. É variado. Às vezes, é eu. À vezes, é ele.

ENT: Tu convida o teu marido para transar?

EGO: Hum-hum.

ENT: E ele gosta quando tu convida?

EGO: Ah, ele adora! Se sente o máximo!

(Marta, dona de casa de 20 anos, segmento popular, mora na cidade de Porto Alegre)

Contudo, quando há maior interesse sexual da mulher, pode surgir desconforto no parceiro, de maneira a conduzir a relação ao declínio, como no caso de Julia:

EGO: A princípio eu, quando eu comecei a tomar iniciativa, ele começou a ficar muitíssimo assustado, assim, meio... com aquela pergunta “que monstro que eu criei” sabe, acho que talvez aí, a partir desse momento a coisa começou um pouco a desandar.

(Julia, assistente de pesquisa de 22 anos, segmento médio, residente no Rio de Janeiro)

Aliada ao “excesso” de iniciativa, a maior experiência sexual feminina em comparação com o parceiro representa, para os homens, uma ameaça no contexto de relacionamentos “sérios”. Cláudio explica por que não gosta de namorar mulheres mais velhas:

ENT: E você... como é essa coisa de ... você não gosta de mulheres mais velhas e tal?

EGO: Gosto. Gosto, mas não pra ficar. Gosto assim pra me relacionar, adquirir uma experiência, pra ela me passar uma coisa, eu também passar pra ela, né? E não...

ENT: [[Mas para ficar não, por que?

EGO: Pra ficar não, porque eu acho que eu não vou ter confiança total nela, que eu não vou ter acompanhado nela desde o começo, não vou saber de todos os casos dela, sempre vai ter que ter um segredo na vida dela, então eu acho que pra ficar não dá não.

ENT: E as mais novas?

EGO: As mais novas, eu acho que não que com o tempo eu vou... a gente vai abrindo um cofre e vai sabendo tudo, ela vai dizendo o que aconteceu; que não aconteceu, como é, como não é, e eu gosto muito de procurar saber, entendeu? Tanto que eu não ligo mesmo pra esse negócio de ela pegar outro homem, não sei o quê, que eu fico com a minha consciência tranquila, se ela pegar eu posso até ter um chifrezinho, mas não saco, mas não sei, entendeu? Mas se ela pegar é escondido, não é aquele coisa de eu pegar uma mulher experiente, pra ela poder se achar a dona de si mesma, de não chegar assim, por exemplo, eu vou pegar aí agora uma coroa. Tem um tempo que eu tava me relacionando com uma coroa de trinta e oito anos aí embaixo, então eu acho que assim, jamais essa coroa de trinta e oito anos vai querer deixar que eu tome conta da vida dela, que eu transforme a vida dela na minha também, entendeu? Quando eu digo “tomar conta” não é querer mandar, ser autoritário, mas transformar a vida dela na minha, eu participar dos problemas pessoais dela e ela dos meus, você entendeu? Então essa pessoa, já com a idade mais avançada, ela: "Já vivi muito, não vou chegar e deixar qualquer um, um meninozinho que tá chegando agora, pra querer mandar em mim", vai querer só aquele tipo de coisa, cama e problemas, cama e curtição, que é que eu acho que uma pessoa, uma coroa, ia querer hoje. Então, eu acho que essa não é a minha, não.

(Cláudio, funcionário de uma distribuidora de catálogos de 20 anos, segmento popular, Salvador)

O discurso do informante indica que a convergência dos fatores idade e experiência sexual (grande número de parceiros sexuais) é capaz de conduzir a uma inversão hierárquica na relação. A mulher mais velha (“coroa”) ameaça a masculinidade do

parceiro, na medida em que não aceita que um homem mais jovem exerça o papel de “seu protetor”, que lhe diga o que fazer, tome decisões por ela. Não ter controle sobre a mulher a quem se está vinculado significa não ter controle sobre a própria honra. Já namorar uma mulher mais jovem, permite ao homem acompanhá-la desde o início, conhecer toda sua trajetória afetivo-sexual, conhecê-la intimamente e ter influência sobre ela, podendo exercer controle sobre sua sexualidade. Tornar sua vida a vida da esposa ou namorada é um meio de garantir total devoção e lealdade, ter certeza de que ela irá ser capaz de manter intacta sua reputação e que, mesmo no caso de uma traição eventual, procederá de modo a não desonrá-lo publicamente.

Nos estudos internacionais sobre coerção sexual, essa lógica não igualitária que rege as relações e negociações sexuais e afetivas entre os gêneros tende a ser pensada, a partir de uma perspectiva centrada na oposição poder/masculino *versus* ausência de poder/feminino. Cabe ressaltar que as distintas práticas e discursos sobre gênero que coexistem em um mesmo contexto e suas interseções com outros eixos de diferença – como classe, raça, sexualidade – proporcionam variadas posições de sujeito (Moore, 2000). Os atores sociais podem assumir múltiplas posições em diferentes discursos. A análise social exige que se leve em conta o caráter relacional e não estático das construções identitárias e a capacidade de agência dos sujeitos (Moore, 2000:20).

O exame do jogo de sedução, das práticas de negociação sexual e de classificação dos parceiros entre os jovens entrevistados demonstram que, se por um lado, predomina a dominação masculina, por outro, é um equívoco não levar em conta que esta dinâmica pode também implicar, em certos contextos, no empoderamento da parte dominada – isto é, das mulheres –, na medida em que fatores como classe social e idade podem promover, em alguma medida, uma inversão hierárquica na relação. Além disso, mesmo quando não há diferença de idade ou de pertencimento de classe entre os parceiros, o consentimento feminino pode se configurar como um meio de empoderamento das mulheres, uma vez que é ele que viabiliza e legitima as interações sexuais entre os gêneros neste grupo.

Foucault (1993) explica que o poder é constitutivo das relações sociais. Para ele, não há, no princípio das relações de poder, uma matriz geral de oposição binária entre dominantes e dominados. O autor destaca que essas relações são múltiplas e móveis. Em conseqüência, as resistências nunca se encontram em relação de exterioridade a elas, sendo constitutivas das redes de poder e o outro termo dessas relações; inscrevendo-se como seu interlocutor irreduzível.

A dúvida em torno do desejo feminino pelo intercuro e a encenação do consentimento como algo cedido e conquistado mediante as investidas e promessas do parceiro, transferem para os homens a responsabilidade pelas interações sexuais, impondo em contra partida o comprometimento para com a parceira, a obrigação. A classificação dos parceiros é, mais uma vez, fundamental para que ambas as partes obtenham aquilo que se almeja. O empoderamento das mulheres neste jogo depende tanto de seu status de “moça de família” quanto do status do parceiro de homem respeitador. Barbosa (1997) destaca que:

“Os valores e significados relacionados aos gêneros feminino e masculino constroem modelos de referência que informam e pautam o comportamento sexual dos indivíduos. Partindo-se do pressuposto de que esses modelos de referência balizam o que pode ser intercambiado, mudado ou inventado na relação do indivíduo consigo mesmo e com o outro, supõe-se que esses modelos orientam igualmente as pautas do que pode ser negociado sobre e através do sexo” (Barbosa, 1997:125).

Para a autora, a idéia de negociação pressupõe a realização de uma troca, o acordo acerca do valor do que será cambiado e a garantia de sua obtenção. O valor do que é negociado varia de acordo com sua importância em um determinado sistema de trocas. No que concerne às relações entre os gêneros na sociedade brasileira, o vínculo afetivo tem sido reiteradamente afirmado como valor central, que orienta as mulheres em suas relações com os homens (Leal e Boff, 1996; Salem, 2006).

Negociar o vínculo através do sexo significa barganhar a permanência do parceiro, a construção de um futuro a dois. O prazer sexual é valorizado pelas moças entrevistadas como meio de afirmar a união, na medida em que ajuda a viabilizar ou estabilizar seu projeto conjugal/familiar. Embora os rapazes não concebam o prazer – o próprio e o da parceira – necessariamente em relação ao vínculo e ele seja em si mesmo fundamental na construção da masculinidade, a satisfação sexual – a própria e a da parceira – é também para eles um elemento de grande importância na manutenção da reciprocidade entre o casal. Assim, no contexto de relacionamentos estáveis, os rapazes relatam já terem tido relações sexuais contra vontade para não magoar ou “chatear” as parceiras, ou porque se sentiram moralmente obrigados a fazê-lo.

As dinâmicas de interação entre esses jovens em encontros sexuais casuais e, principalmente, em relacionamentos amorosos demonstram que, na negociação sexual, consentimento e desejo nem sempre andam juntos. Em algumas situações, o uso de coerção para obter contatos ou intercursos sexuais pode ser entendido como elemento constitutivo dos jogos de sedução entre eles, e ceder às vontades do/a parceiro/a, como uma condição para a reciprocidade conjugal. Desta forma, as narrativas do banco GRAVAD apontam para o caráter relacional e contextual do que pode ser qualificado como coerção sexual, conduzindo a questionamentos quanto a positividade conferida por parte da literatura internacional sobre tema – sobretudo, a americana – à determinadas atitudes e comportamentos sexuais como violentos.

Os depoimentos de rapazes e moças reportam uma variedade de experiências envolvendo sexo contra vontade, as quais só adquirem este sentido quando em relação aos contextos específicos. Ou seja, de acordo com: o tipo de envolvimento com o/a parceiro/a e sua classificação; as convenções e representações locais sobre gênero e sexualidade; os roteiros sexuais prescritos e sua maior ou menor flexibilidade; e as expectativas relativas ao modo como os parceiros irão se apropriar desses roteiros. Assim, um conjunto de fatores concorre para que um mesmo comportamento seja ou não percebido pelos informantes como agressão; como algo que ultrapassa a linha, muitas vezes, tênue entre o que é ou não concebido como violência.

4 CASOS EXEMPLARES

Realizado um panorama geral das narrativas dos jovens entrevistados e colocadas as questões iniciais que norteiam esta dissertação, é possível discutir mais detalhadamente alguns aspectos relevantes para o debate sobre coerção sexual, bem como para a temática dos direitos sexuais. Para tanto, neste capítulo são analisadas quatro narrativas, tidas como mais ilustrativas. Mais uma vez, a análise parte do pressuposto de que os eventos de conflito na negociação sexual narrados pelos informantes somente adquirem sentido à luz dos valores e representações que orientam suas condutas, as quais se constituem nas experiências vivenciadas ao longo de suas carreiras sexuais e afetivas.

4.1 Pra não levar essa fama...

Mário é um rapaz de 18 anos, de segmento popular, que trabalha em uma videolocadora na cidade de Salvador, onde reside. Por ocasião da entrevista, estava namorando e aguardava o nascimento de seu primeiro filho. O relacionamento com a namorada era o mais longo em que já esteve inserido, com cerca de um ano de duração. Até então, seus namoros não duravam mais de dois ou três meses, e se relacionava com mais de uma mulher, simultaneamente. Ao ser questionado se já fora obrigado a ter relações sexuais contra a vontade, responde:

EGO: Eu já, já, já! Aqui mesmo nesse lugar [*em seu local de moradia*]. Já tive relação com uma menina para não sair sabe ... como, como viado.

ENT: (rindo) Foi mesmo?

EGO: Foi porque...

ENT: [*rindo*] Foi mesmo Mário? A menina botou você na parede?

EGO: Foi porque tava, tava marcado tinha... a gente tinha marcado, tinha 4 rapazes eu e e mais 3...

ENT: Hum.

EGO: ... e mais 4 meninas a gente tinha... um rapaz armou pra gente, cada um ficar com uma...

ENT: Hum

EGO: ... só que eu já tinha dito que não queria, que eu tava com uma dor de cabeça. Aqui embaixo tava doendo...

ENT: Hum.

EGO:... não queria, só que as meninas ficaram...perguntando se eu era viado, eu peguei tive que ir pra não levar a fama né?

ENT: Eu sei.

EGO: Aí pronto, tive que ir. Aí pronto.

ENT:Namorou com a menina?

EGO: Foi fiquei um dia só.

ENT: Transou?

EGO: Foi um dia só.

ENT: Por que? Só porque ela queria?

EGO: Não, porque também, pra não levar essa fama de viado.

A narrativa demonstra como a obrigação dos rapazes, de afirmar constantemente a masculinidade, por meio da comprovação da disposição permanente para o sexo pode, em alguns contextos, conduzir a uma inversão – ainda que momentânea – dos papéis sexuais entre os gêneros. Os risos que a situação desperta no entrevistador ilustram o caráter subversivo da situação. A tentativa de recusa ao intercuro sexual faz com que o informante desempenhe o papel inverso ao prescrito para ele no jogo de insistências (masculinas) e resistências (femininas), podendo implicar em certa feminilização, o que é capaz de pôr em risco sua honra³⁹.

A manutenção da honra masculina depende da capacidade de afirmar sua virilidade para o grupo social no qual está inserido, com referência ao conjunto de valores, crenças e atitudes que constituem “ser homem” em tal universo simbólico. Há um imperativo moral para os rapazes de ter de afirmar, sempre que possível, seu valor diante dos pares. Portanto, a possibilidade de que comportamentos dissonantes das expectativas do grupo tornem-se públicos são uma grave ameaça. Para não “levar essa fama de viado”, Mário se submete à pressão moral exercida pelas moças e tem relações sexuais com uma delas. As expectativas de gênero permitem que a pressão moral seja acionada de maneira eficaz. Ele afirma que transou para manter sua reputação. A reação do entrevistador quando o informante relata o motivo pelo qual fez sexo contra vontade – “Eu sei” – é reveladora do quão exemplar é a situação narrada. Como homem, ele entende porque o entrevistado cedeu à insistência das moças.

Ao longo da narrativa sobre sua trajetória afetivo-sexual, sobressai a importância atribuída por Mário ao exercício da heterossexualidade, como auto-afirmação da identidade masculina. Sua preocupação em não “ficar mal falado” é patente. Por

³⁹ Neste sentido, o motivo alegado por Mário para recusar o intercuro é mais um elemento que corrobora o questionamento de sua sexualidade. Afirmar estar sentindo “dor de cabeça” como razão de indisposição para o sexo é tido, neste universo cultural, como “desculpa” feminina para não satisfazer o parceiro.

exemplo, quando questionado sobre o que mais gostava nas parceiras com quem se relacionou respondeu que:

EGO: Olhe, eu ia, eu não dá pra dizer assim que gostava, eu ia mais em função do, do impulso sabe?

ENT: Hum.

EGO: Assim aquela coisa assim de dizer...ah, ela tá, ela tá dando mole eu vou pegar que é pra não ficar mal falado, pra mim... era mais aquela coisa assim do impulso, mas não era assim... dizer assim uma coisa “ah! que menina”, não. Não era assim essas coisas, assim não.

Ele declara que seus namoros tiveram curta duração devido à grande frequência de parceiras casuais. Sempre que uma mulher “dava mole”, ele se via obrigado a “pegar”, para não passar por “viado”, apesar do risco de expor a namorada à humilhação pública. Algumas vezes, durante a entrevista, se lamentou pelo término do relacionamento anterior, por ter “ficado” com uma amiga da ex-namorada que teria se insinuado. Relata que se “acquietou” após a gravidez da atual namorada e não “fica” mais com outras mulheres, ainda que elas dêem “em cima” ou questionem sua sexualidade. A gravidez parece tê-lo isentado da obrigação de comprovar constantemente sua virilidade, pelo número de parceiras e frequência de relações sexuais. A noção de que a paternidade é um meio de afirmação da masculinidade neste grupo social, na medida em que serviria de comprovação pública da potência sexual dos homens, foi constatada por Cabral (2001).

Nos discursos dos jovens entrevistados (de ambos os sexos e camadas sociais), ser homem é, acima de tudo, ser heterossexual. Em seus relatos, há uma estreita vinculação entre o exercício da heterossexualidade e a masculinidade. É recorrente a afirmação de que rapazes que exercem ou são suspeitos de exercer práticas homoeróticas não são homens, mas, “viados”. No depoimento de Renato (24 anos), por exemplo, homofobia se faz presente tanto pelo temor que sente da “fama de viado” quanto pela associação que ele faz entre homossexualidade e “pouca vergonha”. Quando questionado se já vivenciou a perda de ereção durante o sexo, por exemplo, o informante revelou não acreditar isto pudesse acontecer com um homem heterossexual:

EGO: Pra mim não existe isso, não. Os cara que inventam esse bagulho aí, não tem nada a ver. Revista... o cara que fala que na hora não... meu pau sobe à toa... não tem nada disso, não.

ENT: Sim, mas, tem rapazes que falam que quando estão com muita ansiedade, chega lá, o pau não sobe.

EGO: Ah. Aí, deve ser viado.

ENT: Como viado?

EGO: O cara chega na hora e não conseguir comer a mulher [*falou em tom de espanto*]... Comigo nunca aconteceu.

ENT: Você nunca broxou [*teve problemas de ereção*]?

EGO: Não. Eu nunca broxei. E tenho fé em Deus que isso nunca vai acontecer. Só quando morrer [*rindo, mas falando energicamente*].

Ao longo de toda a entrevista, ele enfatiza sua heterossexualidade, a capacidade de excitação sexual, o domínio sobre a técnica sexual e a habilidade no jogo da conquista. Ele destaca suas conquistas sexuais e o fato de constantemente realizar práticas sexuais.

EGO: (...) Hoje em dia eu transo muito. Eu sei conquistar a mulher. Eu tenho colega minha que fala que quer transar comigo. Já transei com colegas minhas só pra transar, perder a virgindade [*para iniciá-las sexualmente*] pra elas poder transar com os namorados. Mas, não é o caso que seja [*eu*] gostoso, não é o caso, que já tenho muita experiência. Eu já sei o que tu vai gostar o que tu não vai.

ENT: O que uma mulher menos gosta?

EGO: Aí, varia muito. Tem mulher que não gosta de ficar conversando muito. Tem mulher que não gosta que o cara chega e já vai logo pra cima, querendo gozar primeiro. Se o homem gozar primeiro, a mulher não satisfaz. Porque depois não existe aquele negócio do cara falar assim “ah, comi aquela mulher ali”. Tem que saber se ela gozou também, não foi só o cara. Ele enfiou na mulher, ele gozou e aí, acabou. Se a mulher gozar primeiro, depois ele, aí, ela vai se satisfazer na hora que ele está gozando. Ela vai estar no pique, porque ela já gozou, aí ele satisfaz ela. Ela vai ficar mole e tudo. Mas, se deixar ela gozar por último, depois ele [*o homem*] nem vai conseguir a penetração. Porque, geralmente, a gente sente uma dor. O cara que fica falando “eu dei [*gozei*] dez”. É ruim. Tu dá três e meio. É muito difícil dar quatro numa noite. “Ah, dei quatro, dei cinco numa noite”. Mentira. Pra ele dar, ele tem que ficar o dia todinho dentro do hotel, que ele tem que dormir e descansar, aí ele consegue dar até dez. Agora “eu dei duas sem tirar de dentro”. É mentira também. Porque o cara goza, a primeira coisa que ele quer fazer é relaxar. Depois ele vai fazer a mulher gozar já com o dedo, porque ele não vai fazer nem na penetração. Ele vai ter que fazer muito carinho nela pra ela poder ter o tesão que ela tinha.

ENT: Você se preocupa com isso?

EGO: Ah, eu me preocupo. É a primeira coisa que eu faço. Eu já fiz a mulher gozar beijando na boca. Eu só incitando [*excitando*] ela na parede, a mulher gozava. Mas, ela era feia à beça. Quatro horas da manhã. E eu não queria, não. Ela era virgem. Mas, ela gozou. Ela falou assim: “eu estou sentindo um negócio estranho”. Ela tava fazendo assim... se balançando em mim. Aí, eu falei assim: “você tá gozando... posso botar a mão?”. Aí, ela disse assim: “não, não pode, não”. E eu: “deixa eu botar a mão pra mim ver. Você não está preocupada com o quê que é? Talvez, você está ficando menstruada também. Pode ser isso”. Aí, ela: “Não, não é dia de eu ficar menstruada,

não”. Aí, eu botei a mão ela tava gozando. Aí, eu disse: “Você tava gozando”... Tava tão excitada, eu conheço. É aquele negócio. A mulher não tá fim, eu vou ficar forçando? Nunca forcei mulher transar.

Renato afirma que os homens deveriam se iniciar sexualmente aos 10 anos de idade, “pra não subir pra cabeça”; isto é, para que a “necessidade sexual” não seja reprimida, o que poderia gerar transtornos psíquicos. Para ele, os homens têm maior “necessidade” de sexo do que as mulheres, quando um homem tem vontade de transar, “ele fica maluco”. Já as mulheres, conseguiriam passar anos sem sexo. A “necessidade sexual” avassaladora, a que estão sujeitos os homens, é o que torna inevitável a procura por casos extraconjugais. Contudo, de acordo com seu relato, no contexto de relacionamentos amorosos, o vínculo é mais importante do que o prazer erótico. Ao responder a pergunta sobre a importância do sexo na vida e em uma relação afetiva, Renato ressaltou que:

EGO: O sexo é tudo. Mulher pra você fazer sexo. Pra mim é tudo a mesma coisa: que é um buraco pra você fazer sexo. A única coisa que muda é o corpo. A pessoa geralmente não pode gostar do sexo só. Tem que gostar da pessoa. Primeiro tem que gostar da pessoa. Porque o sexo você faz com qualquer uma. Agora, o importante é você respeitar ela, gostar muito... por isso, que eu sempre falo pra mim mesmo, a minha esposa jamais eu largo ela, porque eu gosto. Agora, se tiver que transar na rua, eu vou transar com outra pessoa, mas, não quer dizer porque eu gosto daquela pessoa . Vou transar por que eu quero me satisfazer na hora.

Renato reside na cidade do Rio de Janeiro, é casado e tem um filho de um mês de idade. Quando a mulher (de 19 anos) estava grávida, ficou desempregado e sem condições de pagar o aluguel da casa onde moravam. Então, mudou-se para a residência dos sogros, um apartamento de dois quartos em um conjunto habitacional, na periferia da cidade. A falta de espaço o priva de ter um quarto só para ele e sua mulher, os obriga a dormir em cômodos diferentes. Um dos quartos do apartamento é ocupado por sua esposa, seu filho e as duas cunhadas e o outro, pelos sogros. Ele dorme na sala.

Na ocasião da entrevista, o informante estava trabalhando esporadicamente como segurança em uma casa de pagode, o que lhe rendia cerca de 50 reais por semana, quando seus serviços eram requisitados. Declarou que os pais de sua esposa sustentam a casa e lhe tratam mal por não prover a mulher e o filho. Apesar disso, quando

questionado diretamente sobre a renda familiar, afirmou arcar sozinho com a maior parte das despesas da casa. Em vários momentos se lamenta por não ter um emprego fixo, por morar de favor e não ter a possibilidade de prover sua família. Sobre a experiência de ser pai ainda jovem, afirma:

EGO: Vantagem não tem nenhuma. Desvantagens, se tem muitas. Você não vai poder sair. Vai estragar a vida da menina. A única vantagem que se tem é o filho. No início, tudo vai ser difícil. Daqui há pouco, tudo vai se estabelecer. Geralmente, o jovem quando a garota fica grávida... Eles pode até se gostar, mas, a família [*da menina*] faz de um tal jeito, que ela passa a não gostar mais dele [*do pai do filho*]. Eu acho que é o que eles [*os pais da esposa*] estão querendo comigo, mas, é o caso que eles não conseguem. A minha esposa sabe que eu sempre trabalhei. Eu conheci ela, eu ganhava bem. Não dependia deles pra nada.

A fala de Renato sobre suas dificuldades financeiras demonstra constrangimento e revolta pelo tratamento dado a ele pelos sogros, que não o reconhecem como um homem trabalhador. Salem (2006) sugere que a dificuldade dos homens de classe popular em atender à obrigação moral de prover o sustento da casa, dada sua condição de classe, ocasiona danos profundos em sua auto-imagem. A autora aponta que é possível que o “fracasso” no mundo do trabalho e como provedores os conduza, em “uma espécie de mecanismo compensatório, a estabelecer uma equivalência entre a masculinidade e a virilidade propriamente física; a sexualidade seria, assim, o lugar simbólico de afirmação da masculinidade” (Salem, 2006:431) mais do que em outros segmentos sociais.

Renato enfatiza que, desde os 15 anos, quando se iniciou sexualmente, teve uma vida sexual muito ativa, que sempre se interessou por mulher. Mantinha parceiras simultâneas, participava de orgias com os amigos, transava sempre que surgia uma oportunidade – mesmo se não estivesse com vontade ou quando a moça não era atraente. Apesar de condenar práticas como sexo anal e “sexo porrada” (práticas sexuais que vinculam violência e erotismo), o informante relata que não se recusa a elas ou a quaisquer outras práticas tidas como heterossexuais, com o intuito de preservar sua reputação da ameaça representada pela “fofoca” feminina. A impossibilidade de afirmar-se como homem pela inserção bem sucedida no mercado de trabalho e a capacidade de sustentar a família parece ter acentuado o empenho por afirmar sua masculinidade pela potência e o desempenho sexuais. De certo modo, é como se sua

reputação na esfera sexual fosse uma das únicas formas de atualização da virilidade que lhe restaram e tivesse se agarrado a ela para proteger sua auto-imagem e auto-estima, acentuando o medo da “fama”; o que tornou ainda mais impensável para ele, a recusa ao sexo.

Bourdieu (2007) discute a violência simbólica perpetrada pela construção da oposição hierárquica entre masculino e feminino, a primazia concedida ao masculino, como se fosse natural, enquanto princípio de ordenação do mundo social e de produção das subjetividades. Em suas reflexões sobre a dominação masculina e o lugar de submissão destinado às mulheres na vida social e no mundo simbólico, tomando por referência o exemplo radical representado pela sociedade Cabila, o autor afirma que:

“O privilégio masculino é também uma cilada e encontra sua contrapartida na tensão e contenção permanentes, levadas por vezes ao absurdo, que impõe ao homem o dever de afirmar, em toda e qualquer circunstância, sua virilidade. Na medida em que ele tem como sujeito, de fato, um coletivo – a linhagem ou a casa –, que está, por sua vez, submetido, às exigências imanentes à ordem simbólica, o ponto de honra se mostra como um ideal, ou melhor, como um sistema de exigências que está voltado a se tornar, em mais de um caso, inacessível. A virilidade entendida como capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também como aptidão ao combate e ao exercício da violência (sobretudo em caso de vingança), é, acima de tudo, uma carga. (...) A exaltação dos valores masculinos tem sua contrapartida tenebrosa nos medos e nas angústias que a feminilidade suscita: fracas e princípios de fraqueza enquanto encarnações da *vulnerabilidade* da honra, da *h’urma* (o sagrado esquerdo feminino, em oposto ao sagrado direito masculino), sempre expostas à ofensa, as mulheres são também fortes em tudo o que representa as armas da fraqueza, como a astúcia diabólica *thah’ray mith*, e a magia. Tudo concorre, assim, para fazer do ideal impossível de virilidade o princípio de uma enorme vulnerabilidade” (2007:65).

A narrativa de Renato demonstra como a vulnerabilidade da honra pode ser vivenciada como falta de controle sobre a identidade masculina, suscitando reações brutais.

ENT: Você já forçou a barra pra transar?

EGO: Pra transar, não. Forcei a barra pra não transar. Teve uma menina que ela queria transar de qualquer jeito. Aí, eu com esse negócio de segurança, eu sempre andava dentro da bolsa uma algema. Aí, eu tava num pagode, ela ficou me

perturbando. Eu tava saindo com ela já. Aí, eu falei com ela... não tô afim de transar... tô cansadão. Aí, ela falou umas gracinhas lá que eu não gostei. Aí, eu falei com ela “agora vão pro hotel”.

ENT: Que gracinhas?

EGO: Falando que eu não gostava de transar... Se eu já tinha transado com alguém antes... Se eu era homem mesmo.... Bom, levei ela pro hotel... Cheguei lá, meti uma só, ela queria mais. Meti a porrada nela, botei a algema. Ela queria de qualquer jeito, mas eu não queria mais. Eu nem queria ir pro hotel, ela que ficou me perturbando...

ENT: Botou a algema nela e o que ela fez?

EGO: Botei ela deitada no chão, com a cara pro chão até de manhã. De manhã, eu soltei ela e mandei ela ir embora. Porque eu ia tomar banho, não ia dar mole pra ela com as minhas coisas lá dentro.

ENT: Qual foi a reação dela?

EGO: Reação? Que reação? Ela ia entrar na porrada em quatro paredes... quem tá nos quartos de cima ou do lado vai achar que a gente tá fazendo sexo porrada. E eu tinha de dormir, né? Se eu não durmo, eu tô ferrado.

ENT: Você machucou ela?

EGO: Machuquei. Ela tomou umas porradas sérias.

ENT: Chegou a sangrar?

EGO: [*balançou a cabeça afirmativamente*]

ENT: Se encontraram mais uma vez?

EGO: Não, nunca mais.

EGO: Nem em pagode eu encontrei ela mais. Mas, ela é o maior morenã, morou? Bonita à beça. Mas, é que naquele dia não era dia de eu transar. Eu estava com alguma coisa encostada em mim, ruim.

O episódio relatado explicita como o ideal de masculinidade não apenas se traduz em expectativas sociais, mas também, em expectativas individuais, que pautam a construção de si e a auto-imagem dos sujeitos⁴⁰. Ele aceita transar com a parceira eventual para pôr fim às provocações, para não correr o risco de levar “a fama”. No entanto, após o intercuro, ela continua a insistir, na tentativa obrigá-lo a provar sua potência sexual. A tensão entre eles chega ao ponto de o informante espancar a mulher e obrigá-la a passar a noite inteira deitada no chão, algemada, com o rosto para baixo. Ele justifica sua brutalidade afirmando que aquele não era um dia para transar e, em seguida, declara acreditar que estava com um “encosto”. Busca, assim, uma explicação sobrenatural para a falta de desejo sexual e para a violência perpetrada, talvez, por avaliar a situação e sua reação diante dela como inesperadas.

Na narrativa de Renato, não é citada qualquer outra situação em que tivesse agredido uma mulher, inclusive afirma sentir-se constrangido quando alguma parceira pede para apanhar durante o sexo. Inúmeras vezes, já havia tido intercursos sexuais “por

⁴⁰ “A virilidade, como se vê, é uma noção eminentemente *relacional*, construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino, e construída primeiramente, dentro de si mesmo” (Bourdieu, 2007:67).

obrigação”, sem que isto lhe provocasse revolta. No dia do evento, não estava “a fim” de transar – ou seja, disposto para o sexo –, o que contradiz as afirmações de que “seu pau levanta à toa” e de que sempre quer ter relações sexuais. Ele tem o intercuro, mas não consegue satisfazer a parceira. Ela o desafia a provar sua virilidade, partindo de uma representação também presente em seu discurso: um homem não se recusa ao sexo, não “dá mole”, para não ser “esculachado”, não arrisca sua reputação. A brutalidade do entrevistado parece ser antes uma reação à mácula em sua identidade, por não ter provado à parceira sua potência sexual. Ele a pune severamente por isso, por deixá-lo vulnerável à desonra. Ao invés de submetê-la pelo sexo, ele a submete pela força física⁴¹.

Os caso de Renato e Mário demonstram a complexidade das experiências de conflito na negociação sexual entre os gêneros. Em parte, tal complexidade se deve à ambigüidade do consentimento nessas interações. A maioria dos rapazes e moças entrevistados que relataram experiências de sexo forçado ou por constrangimento se referiram a eventos nos quais foram alvo de pressão moral para se engajar em situações de sexo indesejado, seja por insistência da/o parceira/o, seja (no caso dos homens) por insistência de amigos. Este tipo de coação exercida sobre homens e mulheres, em especial os jovens, vem adquirindo crescente visibilidade nos estudos sobre coerção sexual, como exposto no capítulo 2. No entanto, a idéia de que as expectativas sociais em relação à sexualidade e ao desempenho sexual masculino e feminino, que se traduzem em pressão moral, possam se configurar como modalidade de violência, está longe de ter sido suficientemente explorada. É preciso discutir as implicações de considerarmos o consentimento ilegítimo em contextos onde negar-se ao sexo ou à práticas sexuais específicas pode causar vergonha, danos à reputação dos indivíduos e/ou perda de capital simbólico.

O empenho de documentos e movimentos pró-direitos sexuais por identificar, avaliar e condenar – quando não, criminalizar – as variadas formas de cerceamento à liberdade sexual está articulado à construção de uma moralidade que propõe a sexualidade como espaço de plena realização dos sujeitos, onde as decisões concernentes às condições de seu exercício devem ser pautadas somente pela vontade individual, desentranhada de aspectos culturais e sociais qualificados como negativos,

⁴¹ Bourdieu aponta que a violência é também uma forma de expressão da virilidade. Segundo ele, “basta lembrar todas as situações em que, para lograr atos como matar, torturar ou violentar, a vontade de dominação, de exploração ou de opressão baseou-se no medo ‘viril’ de ser excluído do mundo dos ‘homens’ sem fraquezas (...)” (2007:67).

para que não influenciem e condicionem as escolhas relativas à esfera sexual. Tal perspectiva parece orientar, em certa medida, a perspectiva de alguns pesquisadores dedicados ao tema da coerção sexual, em especial na área de saúde coletiva. Cada vez mais, situações onde a interação sexual não é motivada pelo desejo ou não ocorre entre iguais são passíveis de serem classificadas como violentas.

A dimensão da barganha que integra o processo de negociação sexual deve ser levada em conta no exame da questão de se e em que situações a insistência/pressão moral pode ser considerada uma estratégia de coerção sexual. Foi demonstrado que, entre os informantes da pesquisa GRAVAD, por exemplo, o uso de insistência na tentativa de obter contatos e/ou intercursos sexuais é, em certa medida, uma prática comum e constitutiva das dinâmicas de interação entre os gêneros, sobretudo quando exercida pelos homens sobre as mulheres. Além disso, ainda que haja expectativas quanto às condutas sexuais masculinas e femininas, não se deve ignorar que acatar algum tipo de assédio verbal pode ser uma escolha pessoal. Nesse sentido, as narrativas desses jovens revelam que, em determinadas condições, ceder à insistência do/a parceiro/a pode ser concebido como prova de afeto ou, ainda, como escolha legítima dos sujeitos. Contudo, os relatos também indicam que, em certas circunstâncias, a pressão moral é vivenciada como agressão. Esta variedade de sentidos atribuídos à insistência/pressão moral evidencia que não é possível tipificar e classificar formas de coerção sexual ou defini-las como mais ou menos graves, a partir de critérios outros que não o dos universos culturais investigados.

4.2 O que define o estupro como tal?

Fernando tem 20 anos, trabalha “com vendas” e mora com os pais, em um bairro de classe média na cidade de Porto Alegre. Embora seja legalmente casado, estava recém-separado da mãe de sua filha e tentava uma reconciliação. Ele relata que se casou aos 18 anos, mediante ameaças da mãe de sua ex-esposa:

ENT: Ela tava grávida na época? Não?

EGO: Não, não tava grávida ainda. Nós casamos por casar, porque a mãe dela ficou sabendo que eu tirei a virgindade dela, entendeu? E eu era, já tava quase de maior, tava com 17 anos e pouco, e ela falou que, quando eu fizesse 18, ela ia me processar, entendeu? Ela ia me processar, por que eu tirei a virgindade da filha dela e era de menor. E a mãe dela, assim, a mãe dela é tri chata, tri xarope, né. Mas, eu não casei

sob pressão, eu queria ficar com ela, eu tava apaixonado, bah, assim ó, cego, sabe, não queria mais nada, só queria amar, amar, amar. Eu e ela, eu não queria mais nada, sabe? Aí, casamos tudo, começamos a morar junto. Aí, quando chegou meus 19 anos, bah, ela chegou e engravidou (...).

O casamento durou cerca de um ano e meio. Segundo Fernando, o ciúme excessivo da mulher, as fofocas da sogra e as intromissões do sogro provocaram a decisão de deixar a esposa. No curto tempo em que esteve casado, relatou ter tido casos extraconjugais para satisfazer suas “necessidades sexuais”, mas, declarou que nenhuma outra mulher é capaz de lhe dar tanto prazer quanto a ex-esposa. Em seu depoimento, ele afirma repetidamente a importância do sexo em sua vida. Ele compara a atividade sexual a uma compulsão quase que patológica, um vício.

EGO: Sexo assim, pras pessoas hoje em dia, eu vou te ser bem sincero, é importante, por que sexo é que nem drogas. Depois que tu começa a fazer, tu vicia, entendeu. É como o cara assim, o cara é homem, aí vai ter uma experiência sexual com outro homem, o que que acontece? Começa a gostar, vicia, fica só fazendo com homem (risos), entendeu. É o que eu penso. E outra coisa, sexo é muito bom, não tem coisa melhor. Então, às vezes, fala, “bah, que coisa boa, não tem coisa melhor do que fazer sexo, ainda por cima com a pessoa que tu gosta, entendeu? (...) sexo é uma coisa que é feito pra ti. Não é feito só pra ti fazer com a pessoa que tu ama, sabe? É feito para matar o teu prazer. É como se fosse um vício, entendeu, é uma terapia, por que tu parece que tu tira um peso de ti quando tu faz, saca? Tu, depois de fazer, tu deita na cama assim, fica assim, aliviado, tu relaxa. Antes de dormir é a melhor coisa que tem pra fazer, eu acho, né? Antes de dormir e quando se levanta de manhã assim ó, não tem coisa melhor. E duvido tu chegar para uma pessoa e falar assim, “tem coisa melhor para ti do que sexo”. Duvido, até pra ti eu pergunto, “tem coisa melhor para ti do que sexo?” [risos] (...).

Na fala do entrevistado, prevalece a representação da sexualidade como uma esfera da vida que engloba prazer e perigo. Os homens estão sujeitos ao perigo do vício – inclusive a homossexualidade. As mulheres, pela maior sensibilidade – no sentido de uma fragilidade que lhes é constitutiva –, e pela forma de conceber o sexo como subsumido ao vínculo amoroso, correm o risco de serem ludibriadas, usadas e humilhadas pelos homens; o que pode conduzir a distúrbios que comprometam permanentemente sua vida sexual.

EGO: A mulher assim ó, entre fazer sexo a mulher é bem diferente do homem, por que a mulher pega o homem não só pra fazer o sexo com o homem, porque quando uma mulher se entrega, tem mulheres, entendeu, que se entrega pro homem, não é por que tu fala, “bah, fiz sexo contigo, eu adorei”, ela fala, “ah, eu não fiz sexo contigo”, pode notar, “pra mim, eu fiz amor contigo, assim, é um prazer que eu tenho contigo”, entendeu? Aí, tem homem, não, tem homem, tem homem que chega e fala, “eu fiz sexo contigo. Bah te comi, te fudi, te fiz o escambau contigo, assim ó, te arrombei, te estuprei”, saca? Mulher não, mulher já pensa assim ó, se tu chegar numa mulher e falar para ela que tu só quis ficar com ela só para comer ela, aquilo fica tão marcado para uma mulher assim ó, saca? Não vou dizer que fica dolorido, fica muito magoada. A mulher fica muito magoada, fica muito marcante para a mulher naquele ponto, entendeu? Isso pode até causar um... Distúrbio depois, mais além, sabe? Ou, se não... Alguma coisa que aconteça com ela, se tenha medo que aconteça de novo e ela não consiga fazer... de novo, entendeu?

Todavia, para ele, esta subordinação pelas mulheres do sexo ao vínculo não implica em menor valorização do prazer sexual. Pelo contrário, para o informante, a libido feminina é voraz.

ENT: Mas, tu acha que as mulheres têm tanta vontade de transar quantos os guris? Ou não?

EGO: Têm, muito mais, cara. Por que a mulher no momento que a gente tem um orgasmo, a mulher num orgasmo, entendeu, ela tem 10, ela pode ter 10. No momento que tu tenta dar um ela pode gozar 10 vezes assim ó, direto, cara. Eu sei por que eu peguei já uma mina que, por favor, cara, ó, eu tive que pedir água para mina, não nego. A mina falou, “bah, gozei 12 vezes e não agüento mais”, falei pra ela assim, “não agüento mais, porque tu, bah eu tô assim, meu pau virado em carne viva já”, e ela disse assim, “ah, eu não acredito que tu não vai agüentar mais. Eu quero mais. Eu tô morrendo de vontade, não sei o quê. Porque quero, porque quero”. Daí, eu falei assim, “não, vamos tomar um banho, então depois a gente continua”, né, cara. Aí ela, “bah, assim ó, por favor”, mulher, aí eu perguntei para ela, “por que a mulher sente tanto prazer?”, bem assim, “porque a mulher tem mais fantasia sexual”.

A narrativa de Fernando é permeada por observações e exemplos sobre a excelência de seu desempenho sexual. Ele se gaba por satisfazer sempre suas parceiras, por saber do que as mulheres gostam e por se empenhar em descobrir diferentes formas de incitar sua libido, buscando se informar cada vez mais sobre as possibilidades do prazer feminino, em revistas e vídeos pornográficos. Seu depoimento assume um tom performance exibicionista diante do entrevistador. Ele faz questão de descrever em detalhes sua técnica sexual. Enfatiza que, quando um homem “faz bem feito”, é

inevitável que a parceira aproveite a transa. Mesmo no caso de resistência inicial ao sexo, quando a mulher começa a sentir o prazer sexual, se deixa levar pelas sensações.

Fernando foi um dos rapazes que referiram o uso de força física para estabelecer uma relação sexual. Os episódios, transcritos abaixo, são concernentes a duas das situações encontradas no banco GRAVAD que foram classificadas como estupro.

ENT: Teve alguma vez assim, que tu forçou a barra pra trepar com alguém?

EGO: Já.

ENT: Já? Como é que foi?

EGO: Foi... Com as outras assim?

ENT: Por que elas não tavam muito a fim, mas tu...

EGO: Fui às ganha em cima dela.

ENT: Foi às ganha em cima dela. É.

EGO: Foi, cara. Foi na Usina do Gasômetro, aí.

ENT: Como é que foi?

EGO: Eu tava ficando, eu conheci uma mina ali e ela tava correndo... pá. Bah, a mina muito linda, muito gostosa. Eu não queria ela pra namorar, eu queria pegar para comer ela mesmo. Tinha um tesão. E eu cuidava [*paquerava*] ela sempre, sabe. Ela descia, eu tava sempre por aqui fazendo barra, eu faço muito exercício, cara. Aí eu, bah, ela passava, eu começava a mexer com ela, “bah, tu é muito gostosa. Bah, eu te pego e faço loucuras contigo”. Aí, um dia peguei ela sentada lá, sentei do lado dela, conversei com ela. Arrastei ela para a Usina, pra conversar, comecei a beijar, passar a mão nela, ela meio já ficou assim, não queria, não queria. Não queria nem deixar eu enfiar o dedo primeiro. Aí, eu enfiei o dedo [*na vagina da mulher*] sem ela querer, meio à força. Segurei o braço dela e eu enfiei o dedo. Aí, não foi estupro, né. Isso aí, tu ia me matar [*Risos*].

ENT: Não, não.

EGO: Aí, eu peguei ela e falei bem assim: “bah, eu tô to tri a fim de transar contigo, bah, eu tô louco assim, pra pegar e, ah, fazer loucuras contigo”. E ela bem assim pra mim: “não, mas não. Eu não quero, eu não quero”. Bem assim, “eu não quero fazer, só queria te conhecer, no fim olha só o que tu tá fazendo comigo, não sei”, “ah, mas bem ligeirinho?”, “não, pára, não”, ela gritou dizendo assim: “Que não. Pára, meu!”. Ela tá com uma bermudinha bem curtinha por aqui assim, eu peguei assim, segurei o braço dela botei o outro no meu ombro, segurei assim, segurei, tirei a calcinha para o lado, e enfiei e aí ela... Antes de enfiar, cara, eu cheguei e falei pra ela bem assim, “tu tem camisinha? Tu tem alguma coisa?”. Aí ela, bem assim, “não, não tenho nada. Aí, viu só”, ela bem assim, “a gente não poder fazer nada por que tu não tem nada”. Falei: “aí que tu se engana”. Puxei do bolso. Bah, ela arregalou o olho assim, saca? E ela ficou ali intacta, sabe? Parece que tomou um susto, eu acho que ela tava com susto, pensando que eu ia machucar ela, mas eu tava louco, meu, eu tava morrendo de tesão por ela. Sabe o que é um mês cuidando [*paquerando*] uma mulher, cara? Aí, eu peguei, botei a camisinha bem ligeirinho, lá em cima, lá foi, lá naqueles vidros que tá aberto lá. Peguei, botei a camisinha, bem ligeirinho, já tenho a manha de botar camisinha, tudo, e pá, cravei [*penetrei*] ela. Aí, no momento que eu cravei, ela: “pára, tira, não quero mais, tira”. Fernando, pára, Fernando”. [*Ele responde*] “Ah, que pára?!”. Aí, depois que começou o bem bom ela se...

ENT: Se entusiasmou.

EGO: Se entusiasmou e parou. Foi a única vez cara, por que o resto das, com a minha esposa já tive também. Nós brigamos, discutimos, ela deitou na cama, eu falei bem

assim, ela sem calcinha só de bermudinha, deitou e ficou assim, né, e braba comigo. Eu, “bah, não fica assim que eu fico com vontade, tu sabe”. [*Ela responde*] “Mas, nós não vamos fazer nada, não sei o que”. [*Ele refuta*] “Que não vamos fazer?!”, tirei a roupa fui por cima dela, e ela: “pára, Fernando. Pára, Fernando”. Eu abri as pernas dela, segurei e pá, botei meu pau nela e ela ficou bem dura, parecia que não sentia nada. Eu falei: “por enquanto, tu não vai sentir, mas, calma que daqui a pouco tu sente”. Aí, começou, aí, ela se soltou já saca. Foram as únicas vezes mesmo, por que o resto eu não precisei forçar nem nada.

O relato apresenta dois eventos ilustrativos do estupro, em sua forma mais ordinária. Ele permite acessar a percepção do agressor sobre esta experiência, a qual tende a permanecer silenciada em investigações sobre violência sexual. No discurso de Fernando, a utilização da força física para obter o intercuro sexual não se reduz à busca pelo prazer sádico de submeter sexualmente uma pessoa. As duas cenas narradas sugerem que o prazer advém, em especial, do fato de o entrevistado acreditar que foi capaz de transformar a situação, por sua virilidade e domínio da técnica sexual, tornando o que inicialmente era uma experiência de violência, em prazer compartilhado. Por acreditar que a mulher que conhecera na praça e sua esposa sentiram um prazer sexual tão intenso – ou, ainda, maior que seu –, afirma não as ter estuprado. Para ele, se a mulher sentiu prazer, a interação sexual não se configura como estupro, ainda que tenha se tornado viável pelo uso de força física e que o direito de recusa ao sexo lhe tenha sido negado.

O depoimento do entrevistado explicita a ambigüidade do lugar de vítima de violência sexual. Sua fala revela a idéia de que, quando uma mulher sofre um estupro e, em algum momento, pára de resistir, se rendendo ao agressor, ela lhe dá o consentimento para que prossiga com a violação, o que, por sua vez, legitima que ele a tenha atacado. Esta forma de culpabilização da vítima de estupro consiste em uma representação social mais ampla que repercute, inclusive, no aparelho jurídico-legal do Estado. A maior ou menor gravidade e validade dos casos violência sexual tende a ser pautada pelo número e intensidade de agressões físicas e lesões genitais apresentadas pela vítima.

Prossigamos com a discussão, tomando como referência outra narrativa. Um episódio menos típico, no sentido de pouco referido, pode contribuir para enriquecer a reflexão.

Em vários momentos da entrevista, Carla (babá de 19 anos, segmento popular, residente em Salvador) declarou ser bastante ativa sexualmente, gostar de transar

sempre que sente vontade. Ela conta que, até o segundo ano de coabitação (quando a convivência com ex-companheiro ainda era boa) era quem mais tomava a iniciativa no sexo. Afirma que sempre sentiu tanta libido sexual quanto seus parceiros. No entanto, quando questionada diretamente sobre as “necessidades sexuais” de homens e mulheres, afirmou:

EGO: Eu acho que não, sabe por quê? A mulher, eu acho assim que eu mesmo, não sinto...assim, que não é a mesma coisa. Pra mim o homem é mais ativo assim, sempre quer mais e mais, e mulher não corresponde a isso, né? Não sei, mas eu acho assim. Acho que não. Acho que mulher sabe segurar mais a barra, entendeu, sabe, se não dá. Por exemplo, se ela sente vontade e ele não corresponde, ela aceita numa boa, entendeu? Mas ele não. E ele sente vontade, né? E tal, tal, esse mesmo pensa. Vontade ()... [risos]. Aí, acho que a mulher segura, sabe mais controlar essas necessidades.

A informante relaciona o controle feminino à importância de “se valorizar” frente ao parceiro, o que significa afirmar suas qualidades morais, resistindo às investidas masculinas e à tentação de pôr em prática o próprio desejo, até que o relacionamento se torne “sério”. É preciso seguir o roteiro prescrito, de modo a obter o status de “moça de família” e descobrir se o parceiro em potencial é um “homem respeitador” – um homem que “dá futuro”.

Estabilizar a relação e formar o laço conjugal confere às moças a possibilidade de expressar o desejo sexual sem receio de arriscar sua reputação, desde que se trate do tipo de intercurso sexual tido como “o normal” ou “o básico” – a penetração vaginal – de acordo com os entrevistados. Conforme demonstrado no capítulo anterior, satisfazer o/a parceiro/a assume o sentido de uma obrigação conjugal que também se estende aos homens. Carla afirma já ter “forçado a barra para transar” com o ex-companheiro.

ENT: Já houve alguma situação em que você forçou a barra para transar com alguém?

EGO: Uma vez, sim. Ele [*o ex-companheiro*], acho que isso com uma... ficou marcado no nosso relacionamento. Uma vez, ele chegou, tava cansado, chegou de uma festa, era duas e meia da manhã, eu procurei ele, aí ele tava cansado, acho que tava bêbado quase. Ele não quis né, disse: "Ó nega, amanhã, tal". Eu disse: "Não, tem que ser hoje". Eu cheguei, garrei! Fiz até que ele acordou. Foi eu mesma. Ele tava, tava exausto, tava bebendo, ele tava dormindo já lá coisa. Aí, eu fui... Ele, até hoje, ele... isso foi uma coisa assim marcada.

ENT: Por quê? Por que ele não...

EGO: É, porque eu cheguei tipo quase nos trinco [*bêbada*] [*risos*]. Porque, digamos, tipo assim, casual assim, entendeu? Mas, ele não tinha condição nenhuma. Porque acho que eu ia ser muito burra mesmo pra acordar ele daquele jeito que ele estava, porque ele estava completamente bêbado, tinha perdido noite. Tinha trabalhado, tinha perdido noite, aí, chega na hora (...).

O episódio narrado parece inverter o que seria uma espécie de ordem “natural” das coisas para a entrevistada e nos oferece elementos interessantes para a reflexão. Certamente, se ela relatasse uma situação inversa, em que o companheiro a tivesse agarrado, subido sobre ela e “feito”, ignorando os pedidos de que a deixasse dormir até que, finalmente, ela cedesse pelo cansaço – situação bastante similar a um dos eventos narrados por Fernando –, a cena não teria suscitado risos, causando outro efeito sobre as sensibilidades – a dela, a do entrevistador e a dos leitores. É provável que fosse interpretada como uma cena típica de “estupro conjugal” e suscitasse sentimentos de repulsa e indignação.

Sarti et al. (2006) analisaram as reações diante de um caso de estupro, no qual a vítima era um homem, no Serviço de Atendimento a Vítimas de Violência Sexual de um hospital público, na cidade de São Paulo. A confusão inicial suscitada pelo caso (em um primeiro momento, foi negado atendimento médico ao rapaz sob a alegação de que o serviço era exclusivamente voltado para mulheres), as dificuldades dos profissionais de saúde e seu despreparo para lidar com este tipo de situação (no Serviço trabalhavam apenas ginecologistas e obstetras), e as suspeitas dos médicos sobre a sexualidade do rapaz (que, em um segundo momento, retorna ao hospital para se consultar acompanhado da namorada) demonstram, segundo os autores, como o lugar de vítima é configurada a partir das regras e representações sociais sobre gênero, sexualidade e violência vigentes em um dado espaço social.

A violência é delimitada pela percepção da vítima como frágil, uma figura vulnerável diante de uma situação e de um agressor (Sarti et al., 2006). A força física, a agressividade e a disposição permanente para o sexo são tidos como atributos de masculinidade, enquanto a fragilidade, a passividade e a libido reativa são associadas à feminilidade. Isto torna inconcebível que um homem heterossexual possa ser vítima desta modalidade de violência e, ainda mais, que uma mulher venha a ocupar o lugar de agressor. Estas representações mais amplas sobre o gênero e a sexualidade repercutem nos discursos de muitos pesquisadores dedicados ao tema da coerção sexual, tendo em

vista que, conforme citado no capítulo 2, uma parcela significativa dos estudos pensa o problema, primordialmente, como uma modalidade de violência contra mulheres. Não que seja possível negar que as mulheres, dada a assimetria de gênero, são mais vulneráveis ao estupro e às variadas formas de coerção sexual, sobretudo, em suas manifestações consideradas mais cruéis e, cujos maiores agravos causam à saúde. Todavia, não se deve ignorar que as mulheres também podem ser agentes de violência, seja contra outras mulheres e crianças, seja contra os homens. Elas podem, inclusive, se utilizar de violência física contra seus parceiros íntimos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A configuração da coerção sexual como problema de saúde pública é um dos desdobramentos do processo de incorporação da sexualidade à pauta dos direitos humanos. Tal processo envolve variadas intervenções e regulações normativas, em diversos níveis da sociedade e sobre o domínio da intimidade, em nome do ideal de liberdade sexual. De um lado, a inclusão da sexualidade e do prazer sexual no conjunto dos direitos promoveu a emergência e visibilidade de inúmeras categorias, práticas e identidades, legitimando e descriminalizando condutas sexuais. Por outro lado, conduziu à problematização e condenação de comportamentos e atitudes que, até então, eram rotineiros e/ou avaliados positivamente. A busca por identificar, combater e eliminar comportamentos e práticas sexuais que não envolvam consentimento e negociação prévios, em contextos igualitários – portanto, considerados danosos aos corpos e subjetividades ao limitar as possibilidades de expressão e enunciação da vontade individual –, se faz acompanhar por avanços nos patamares de sensibilidade quanto à agressividade e ao sexual.

O feminismo contribuiu para estas transformações ao evidenciar a questão a assimetria de poder entre homens e mulheres em suas relações, ao apontar, entre outros aspectos, o problema da violência contra mulheres, inclusive a violência sexual, nas esferas pública e privada. A noção de empoderamento feminino e a eliminação das formas de discriminação e violência de gênero têm sido recorrentemente enfatizadas como requisitos ao estabelecimento de relações harmônicas e igualitárias entre os gêneros e à plena realização da democracia. Seguindo esta tendência, as pesquisas sobre coerção sexual têm privilegiado as experiências de sexo forçado e as formas de constrangimento à liberdade sexual das mulheres. Contudo, é crescente o número de investigações dedicadas às experiências masculinas, em especial as de homens jovens.

Esta dissertação contrapôs os discursos e as premissas de uma parcela da literatura internacional dirigida a esta temática, às narrativas de rapazes e moças entrevistados pela pesquisa GRAVAD. Os relatos destes jovens apontam o equívoco de tentativas de se estabelecer parâmetros globais de avaliação da violência, do seu entendimento a partir de causas lineares e de estabelecer gradações de comportamentos tidos como universalmente violentos. Os discursos dos informantes revelam que, nos contextos

específicos de interação, o tipo de relacionamento, o vínculo afetivo, o sistema de classificação dos/as parceiros/as e a importância da satisfação sexual entre eles constituem variáveis fundamentais acerca da maior ou menor aceitabilidade de práticas sexuais indesejadas e para sua percepção – ou não – como consensuais e legítimas. Rapazes e moças relatam ter, com alguma periodicidade, contatos e intercursos sexuais contra a vontade sem que isso, necessariamente, seja por eles significado como uma forma de violência. Conforme demonstrado, as próprias dinâmicas de aproximação e de seleção de parceiros estáveis envolvem a encenação do sexo como obtido por meio de avanços sexuais desejados pelos rapazes e cedidos pelas moças, mediante o comprometimento do parceiro.

Nas falas dos entrevistados de ambos os sexos – mas, sobretudo das mulheres – sobressai a idéia da prática de relações sexuais contra vontade, para satisfazer ao parceiro, tendo em vista a manutenção da reciprocidade e afirmação do vínculo afetivo do casal. Para os rapazes, o sexo forçado ou por constrangimento é ainda, e com maior frequência, referido como desdobramento dos imperativos da masculinidade. É preciso comprovar a virilidade, para não se expor à possibilidade de desonra. Portanto, as expectativas de gênero modelam as condutas e os roteiros sexuais que orientam as relações entre eles. As distintas situações narradas envolvendo insistência/pressão moral – tipo de coerção mais reportado pelos informantes – são especialmente ilustrativas disso.

O fato de rapazes e moças declararem já ter “forçado a barra”, e de uma mesma proporção de jovens de ambos os sexos (16 mulheres e 16 homens) relatarem ter tido intercurso sexual contra vontade ou forçado indica que, embora as mulheres sejam mais vulneráveis a situações de violência sexual, não é possível analisar a questão sob uma perspectiva cristalizada, que atribui às mulheres necessariamente o lugar de vítimas, nas interações com os homens. Neste sentido, mesmo correspondendo a um número reduzido de casos da amostra, as narrativas em que moças demandam sexo dos parceiros mediante o uso força física, são exemplares, por propiciarem a problematização da fragilidade como atributo feminino.

Os dados analisados delineiam uma moralidade sexual distinta da que orienta a perspectiva dos pesquisadores, afinada com o ideário de saúde e direitos sexuais. Há uma tendência a reduzir a complexidade de lógicas culturais não igualitárias de interação entre os gêneros à carência de poder feminino nessas relações, e a assumir que o consentimento só pode ser plenamente exercido em condições de igualdade. Tal

perspectiva revela o desconforto e a dificuldade desses investigadores em lidar com realidades culturais nas quais a sexualidade não se configura como portadora de sentido em si, ou como direito, no sentido proposto pelos discursos dos direitos sexuais.

A análise das narrativas demonstra que a assimetria de gênero não implica a ausência de poder de barganha feminino em suas interações, embora este não seja equitativo ao masculino. Os depoimentos dos entrevistados (de ambos os sexos) indicam as possibilidades de as mulheres exercerem sua criatividade dentro do roteiro, de modo a obter o que desejam, seja a estabilização do relacionamento, seja a satisfação sexual. O papel prescrito para elas, como quem deve ceder/consentir aos contatos e intercursos sexuais, leva a seu relativo empoderamento em alguns contextos. Além disso, em determinadas condições, a vulnerabilidade da honra masculina permite às mulheres inverter a hierarquia de gênero, exigindo que os homens confirmem sua disposição permanente para o sexo quando da recusa sexual.

Os relatos sobre as trajetórias afetivo-sexuais desses jovens revelam que os sentidos atribuídos ao consentimento são constantemente negociados e elaborados nos jogos de sedução e posteriormente a eles. Isto põe em evidência as limitações de defini-lo de forma simplista como livre enunciação da vontade individual. A disjunção entre desejo e consentimento efetuada pelos entrevistados, conduz a questionar a idéia de que o desejo sexual – isto é, a vontade de travar contatos ou se engajar em uma relação sexual – possa servir como parâmetro universal de validação do consentimento nas relações entre os gêneros. O mesmo pode ser dito acerca do prazer. As narrativas demonstram que a valorização do prazer/satisfação sexual pode não ser vinculada ao ideal de igualdade entre parceiros, como evidenciam alguns dos sentidos atribuídos ao prazer feminino pelos rapazes e moças pertencentes ao segmento popular.

Os discursos dos documentos internacionais, freqüentemente acatado pelos investigadores da temática da coerção sexual, e os relatos dos informantes GRAVAD falam da oposição entre duas visões distintas de como devem ser organizadas as relações entre os gêneros e do que é permitido negociar e consentir nas interações sexuais. Os documentos e pesquisadores concebem a sexualidade como uma esfera que deve gozar de autonomia em relação a outros domínios da vida social. A idéia da sexualidade como algo que deve ser desentranhado, por vezes, se traduz em uma perspectiva metodológica que toma as práticas e condutas sexuais e as formas de violência/coerção sexual como substanciais, portadoras de sentido em si. No entanto, as entrevistas analisadas apontam o erro de se tentar compreender comportamentos e

dinâmicas de interação sexual, organizados por lógicas culturais específicas, de forma não contextual. Os depoimentos demonstram que as percepções e a definição do que pode ou não ser concebido como experiência de sexo forçado variam muito e que, por vezes, comportamentos apresentados pelos estudos sobre o tema como possíveis estratégias de coerção sexual não são necessariamente concebidos desta forma.

Portanto, os resultados da pesquisa apresentada nesta dissertação se referem à impossibilidade de definir a coerção sexual a priori, como um fato. São as lógicas culturais locais de organização das relações entre os gêneros que permitem apreender o que define uma conduta como não-consensual, em determinados contextos e circunstâncias. Sugiro que isto seja um indício de que, ao invés de estabelecer tipologias, escalas de gradações e definições universais cada vez mais abrangentes, devemos adotar uma perspectiva relacional do problema, buscando investigá-lo e conceituá-lo a partir dos cenários culturais específicos. Se por um lado, isso faz necessária uma reformulação dos métodos utilizados em estudos comparativos, na medida em que não permite adotar definições estreitas do problema. Por outro, enriquece o debate e ajuda a avançar nas reflexões sobre violência e os processos mais amplos de regulação da sexualidade.

REFERÊNCIAS

- AJUWON, A.; McFARLAND, W.; HUDES, E. S.; ADEDAPO, S.; OKIKIOLU, T.; LURIE, P.** “HIV Risk-Related Behavior, Sexual Coercion, and Implications for Prevention Strategies among Female Apprentice Tailors, Ibadan, Nigeria”. In: ____ *AIDS and Behavior*, Vol. 6. Estados Unidos, 2006.
- ALKSNIS, C.; DESMARAIS, S.; SENN, C; HUNTER, N.** “Methodologic Concerns Regarding Estimates of Physical Violence in Sexual Coercion: Overstatement or Understatement?”. In: ____ *Archives of Sexual Behavior*, Vol. 29. Estados Unidos, 2000.
- AQUINO, E. M. L.; ARAÚJO, M. J.; ALMEIDA, M. C.** “Aspectos Metodológicos, Operacionais e Éticos da Pesquisa GRAVAD”. In: ____ Heilborn, M. L.; Aquino, E. M. L.; Bozon, M.; Knauth, R. D. (Orgs.), *O Aprendizado da Sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Editoras Gramond e Fiocruz, Rio de Janeiro, 2006.
- BARBOSA, R.** “Negociação Sexual ou sexo negociado? Gênero, Sexualidade e Poder em Tempos de AIDS. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva – área de concentração em Ciências Humanas e Saúde, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2001.
- BEDONE, A.; FAÚNDES, A.** “Atendimento Integral à Mulheres Vítimas de Violência Sexual: Centro de Assistência Integral à Saúde da Mulher, Universidade Estadual de Campinas”. In: ____ *Cadernos de Saúde Pública*, 23. Brasil, 2007.
- BÉJIN, A.** “Crepúsculo dos psicanalistas, manhã dos sexólogos” e “O poder dos sexólogos e a democracia sexual”. In: ____ Béjin, A.; Ariés, P. (Orgs.), *Sexualidades Ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade*. Brasiliense, São Paulo, 1987.

- BLACK, K.; GOLD, D.** “Men’s and Women’s reactions to hypothetical sexual advances: the role of socioeconomic status and level of coercion”. In: ____ *Sex Roles: A Journal of Research*, 49. Estados Unidos, 2003.
- BOURDIEU, P.** “A Dominação Masculina”. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2007 [1998].
- BOZON, M.** “A nova normatividade das condutas sexuais ou a dificuldade de dar coerência às experiências íntimas. In: ____ Heilborn, M. L. (Org), *Família e Sexualidade*. FGV, Rio de Janeiro, 2004.
- CABRAL, C. S.** “Vicissitudes da Gravidez na Adolescência entre Jovens das Camadas Populares do Rio de Janeiro”. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva – área de concentração em Ciências Humanas e Saúde, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2001.
- CÁCERES, C.** “Assessing Young people’s non-consensual sexual experiences: lessons from Peru”. In: ____ Jejeebhoy, S. J.; Shah, I.; Thapa, S., *Sex Without Consent: young people in developing countries*. ZedBooks, Nova York, 2005.
- CARDOSO, R. L. C.** “Aventuras de Antropólogos em Campo ou Como Escapar das Armadilhas do Método”. In: ____ Cardoso, R. L. C. (Org.), *A Aventura Antropológica: Teoria e pesquisa*. Paz e Terra, São Paulo, 2004.
- CARR, J.; VanDEUSEN, M.** “Risk Factors for Male Sexual Aggression on College Campuses”. In: ____ *Journal of Family Violence*, 19 (5). Estados Unidos, 2004.
- CARRARA, S.** “Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século anos 40”. Editora FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 1996.
- CARRARA, S.** “Questões para movimentos sociais e para agendas de ativismo”. In ____ Terto, V.; Vitoria, C.; Knauth, D. R. (Orgs.), *Direitos Sexuais e Reprodutivos como Direitos Humanos*, Corpus – Cadernos NUPACS, 1 (4). Brasil, 2004.

- CATAR, L.; HICKS, M.; SLANE, S.** Women's reaction to hypothetical male sexual touch as a function of initiator attractiveness and level of coercion". In: ____ *Sex Roles: A Journal of Research*, 34. Estados Unidos, 1996.
- CAVALCANTI, L. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S.** "Representações sociais de profissionais de saúde sobre violência sexual contra a mulher: estudo em três maternidades públicas municipais do Rio de Janeiro, Brasil". In: ____ *Cadernos de Saúde Pública*, 22. Brasil, 2006.
- CHOI, K.; BINSON, D., ADELSON, M.; CATANIA, J. A.** "Sexual Harassment, Sexual Coercion, and HIV Risk Among U.S. Adults 18-49 Years". In: ____ *AIDS and Behavior*, 2. Estados Unidos, 1998.
- CITELLI, M. T.** "A pesquisa sobre sexualidade e direitos sexuais no Brasil (1990-2002): revisão crítica". Centro-Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM). Instituto de Medicina Social (IMS), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Brasil, 2004.
- DANTAS-BERGER, S.; GRIFFIN, K.** "A Violência nas Relações de Conjugalidade: Invisibilidade e banalização da violência sexual?". In: ____ *Cadernos de Saúde Pública*, 21. Brasil, 2005.
- DREZETT, J.** "Estudo de fatores relacionados com a violência sexual contra crianças, adolescentes e mulheres adultas". Tese de Doutorado. Centro de Referência da Saúde da Mulher e de Nutrição, Alimentação e Desenvolvimento Infantil, São Paulo, 2000.
- DREZETT, J.; CABALLERO, M.; JULIANO, Y.; PRIETO, E. T.; MARQUES, J. A.; FERNANDES, C. E.** "Estudo de mecanismos e fatores relacionados com o abuso sexual em crianças e adolescentes do sexo feminino". In: ____ *Jornal de Pediatria*. Brasil, 2001.
- DUARTE, L. F. D.** "Pouca Vergonha, Muita Vergonha: Sexo e Moralidade entre

Classes Trabalhadoras Urbanas. In ____ Lopes, J. S. L. (Org.), *Cultura e Identidade Operária: aspectos da cultura de classe trabalhadora*. UFRJ/Marco Zero/PROED, Rio de Janeiro, 1987.

DUARTE, L. F. D.; et al. “Família, Reprodução e Ethos Religioso: uma pesquisa qualitativa no Rio de Janeiro”. Trabalho apresentado no *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Coimbra, 2004 (Painel “Família, Reprodução e Ethos Religioso”).

DUMONT, L. “O Individualismo: Uma Perspectiva Antropológica da Ideologia Moderna”. Editora Rocco, Rio de Janeiro, 1993 [1985].

ELIAS, N. “O Processo Civilizador, Vol. I: Uma História dos Costumes”. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1994.

ELIAS, N. “O Processo Civilizador, Vol. II: Formação do Estado e Civilização”. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1994.

FIEBERT, M. S; OSBURN, K. “Effect of Gender and Ethnicity on Self Reportd of Mild, Moderate and Severe Sexual Coercion”. In: ____ *Sexuality and Culture*. Estados Unidos, 2001.

FRANCHETTO, B.; CAVALCANTI, M. L.; HEILBORN, M. L. “Antropologia e Feminismo”. In: ____ *Perspectivas Antropológicas da Mulher 1*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1981.

FOUCAULT, M. “História da Sexualidade: a vontade do saber”. GRAAL, Rio de Janeiro, 1993.

GAGE, A. J.; HUTCHINSON, P. L. “Power, Control, and Intimate Partner Sexual Violence in Haiti”. In: ____ *Archives of Sexual Behavior*, 35. Estados Unidos, 2006.

GAGNON, J. “Uma Interpretação do Desejo”. Editora Garamond, Rio de Janeiro, 2006.

- GARCIA-MORETO, C.; JANSEN, H. A. F. M.; ELLSBERG, M.; HEISE, L.; WATTS, C. H.** “Prevalence of Intimate Partner Violence: findings from the WHO multi-country study on women’s health and domestic violence (Report)”. In: ____ *The Lancet*, 368, 2006.
- GEERTZ, C.** “Nova Luz sobre a Antropologia”. Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2001.
- GIAMI, A.** “El Concepto de Salud Sexual: Entre la moral y la salud”. In: ____ Barriendos, J. (Org.), *Construyendo una Agenda Temática en Sexualidad*. Ediciones Universidad Católica Del Norte, Chile, 2006.
- GIDDENS, A.** “As Consequências da Modernidade”. Editora UNESP, São Paulo, 1991.
- GREGORI, M. F.** “Cenas e Queixas: Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista”. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1992.
- GREGORI, M. F.** “Relações Violentas e Erotismo”. In: ____ *Cadernos de Pagu*, 20. Brasil, 2003.
- GRIFFIN, K.** “Violência de Gênero, Sexualidade e Saúde”. In: ____ *Cadernos de Saúde Pública*, 10 (Suplemento 1). Brasil, 1994.
- HEILBORN, M. L.** “Gênero e Hierarquia: A costela de Adão revisitada”. In: ____ *Estudos Feministas*, 1. Brasil, 1993.
- HEILBORN, M. L.; BRANDÃO, E.R.** “Introdução: Ciências sociais e sexualidade”. In: ____ Heilborn, M. L. (Org.), *Sexualidade: O olhar das Ciências Sociais*. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1999.
- HEILBORN, M. L.; SALEM, T.; KNAUTH, D.; AQUINO, E.; BOZON, M.; ROHDEN, F.; VICTORA, C.; McCALLUM, C.; BRANDÃO, E.** “Por uma Abordagem Sócio-Antropológica dos Comportamentos Sexuais e Reprodutivos no

Brasil: a construção da pesquisa GRAVAD”. In: ____ *Horizontes Antropológicos*, 8 (17). Brasil, 2002.

HEILBORN, M. L. “Entre as Tramas da Sexualidade Brasileira”. In: ____ *Estudos Feministas*, 14. Brasil, 2006.

HEILBORN, M. L.; AQUINO, E. M. L.; BOZON, M.; KNAUTH, R. D. (Orgs.). “O Aprendizado da Sexualidade”. Editoras Gramond e Fiocruz, Rio de Janeiro, 2006.

HEISE, L. “Gender-based Abuse: The Global Epidemic”. In: ____ *Cadernos de Saúde Pública*, 10 (Suplemento 1). Brasil, 1994.

HEISE, L. [1995]. “Violence, Sexuality, and Women`s Lives”. In: ____ Parker, R.; Aggleton, P. (Orgs.), *Culture, Society and Sexuality*. Routledge, Nova York, 2007.

HAWORTH-HOEPFNER, S. “What's Gender Got to Do With It: Perceptions of Sexual Coercion in a University Community”. In: ____ *Sex Roles: A Journal of Research*, 38. Estados Unidos, 1998.

IZUMINO, W. P.; SANTOS, C. M. “Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre estudos feministas no Brasil”. In: ____ *Revista Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe*, Vol. 16 (1). Israel, 2005.

JEJEEBHROY, S.; BOTT, S. “Non-consensual experiences of young people in developing countries: an overview”. In: ____ Jejeebhoy, S. J.; Shah, I.; Thapa, S. *Sex Without Consent: young people in developing countries*. ZedBooks, Nova York, 2005.

JEWKES, R.; ABRAHAMS, N. “The Epidemiology of rape and sexual coercion in South Africa: an overview”. In: ____ *Social Science & Medicine*, 55. Estados Unidos, 2002.

JEWKES, R.; DUNKLE, K.; KOSS, M. P.; LEVIN, J. B.; NDUNA, M.; JAMA, N.; SIKWEYIYA, Y. “Rape Perpetration by Young, Rural South Africa Men: Prevalence, patterns and risk factors”. In: ___ *Social Science & Medicine*, 63. Estados Unidos, 2006.

KALMUSS, D. “Nonvolitional Sex and Sexual Health”. In: ___ *Archives of Sexual Behavior*, 33. Estados Unidos, 2004.

KALICHMAN, S. C., ROMPA, D. “Sexually Coerced and Noncoerced Gay and Bisexual Men: Factors Relevant to Risk for Human Immunodeficiency Virus (HIV) Infection”. In: ___ *The Journal of Sexual Research*, 32. Estados Unidos, 1995.

KALICHMAN, S. C.; SIMBAYI, L. C.; KAUFMAN, M.; CAIN, D.; CHERRY, C.; JOOSTE, S.; MATHITI, V. “Gender Attitudes, Sexual Violence, and HIV/AIDS Risks Among Men and Women in Cape Town, South Africa”. In: ___ *The Journal of Sex Research*, 42. Estados Unidos, 2005.

KALRA, M.; WOOD, E.; DESMARAIS, S.; VERBERG, N.; SENN, C. Y. “Exploring negative dating experience and beliefs about rape among younger and older women”. In: ___ *Archives of Sexual Behavior*, 27. Estados Unidos, 1998.

KELLY, L.; RADFORD, J. “Sexual Violence Against Women and Girls: An Approach to an International Overview”. In: ___ *Rethinking Violence Against Women*. SAGE Publications, London, 1998.

KERIMOVA, J. “High Prevalence of Self-Reported Forced Sexual Intercourse among Internally Displaced Women in Azerbaijan”. In: ___ *American Journal of Public Health*, 93 (7), 2003.

KORALEWSKI, M. A.; CONGER J. C. “The Assessment of Social Skills Among Sexually Coercive College Males”. In: ___ *The Journal of Sex Research*, 29. Estados Unidos, 1992.

- KRAHÉ, B.; BIENECK, S.; SCHEINBERGER-OLWIG, R.** “Men’s Reports of Nonconsensual Sexual Interactions with Women: Prevalence and Impact”. In: ____ *Archives of Sexual Behavior*, Vol. 32. Estados Unidos, 2003.
- KRONBAUER, J. F.; MENEGHEL, S. N.** “Perfil da Violência de Gênero Perpetrada por Companheiro”. In: ____ *Revista de Saúde Pública*, 39. Brasil, 2005.
- LAUMANN, E.; GAGNON, J.** A Sociological Perspective on Sexual Action. In: ____ Parker, R.; Gagnon, J. (Orgs.) *Conceiving Sexuality: Approaches to Sex Research in a Post Modern World*. New York and London, 1995.
- LEAL, A. F.** “Uma Antropologia da Experiência Amorosa: Estudo de representações sociais sobre sexualidade”. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.
- LEAL, A. F.** “Práticas Sexuais no Contexto da Conjugalidade: O que implica a intimidade?”. In: ____ Heilborn, M. L.; et al., *Sexualidade, Família e Ethos Religioso*. Editora Garamond, Rio de Janeiro, 2005.
- LEAL, O.; BOFF, A.** “Insultos, queixas, sedução e sexualidade: fragmentos de identidade masculina em uma perspectiva relacional”. In: ____ Parker, R.; Barbosa, R. (Orgs.), *Sexualidades Brasileiras*. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 1996.
- LOPES, I. M. R. S.; GOMES, K. R.; SILVA, B. B.; DEUS, M.; GALVÃO, E. R.; BORBA, D.** “Caracterização da Violência Sexual em Mulheres Atendidas no Projeto Maria-Maria em Teresina-PI”. In: ____ *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, Vol. 26(2). Brasil, 2004.
- LOTTE, I. L.; WEINBERG, M. S.** “Sexual Coercion among University Students: A comparison of the United States and Sweden”. In: ____ *The Journal of Sex Research*, 34. Estados Unidos, 1996.
- MARSTON, C.** “Pitfalls in the study of sexual coercion: what are we measuring and

why?”. In: ____ Jejeebhoy, S. J.; Shah, I.; Thapa, S. *Sex Without Consent: young people in developing countries*. ZedBooks, Nova York, 2005.

MARTINEZ-AYALA, H.; VILLANEUVA, L. A.; TORRES, C.; GARCÍA-LARA, E. “Agressión sexual en adolescentes – Estudio Epidemiológico”. In: ____ *Ginecología y Obstetricia de México*, 67. México, 1999.

McMAHON, P. “Sexual Violence and Reproductive Health”. In: ____ *Maternal and Child Health Journal*, 4. Estados Unidos, 2000.

MELLENDEZ, R. M.; HOFFMAN, S.; EXNER, T.; LEU, C.; EHRHARDT, A. A. “Intimate Partner Violence and Safer Sex Negotiation: Effect of a Gender-Specific Intervention”. In: ____ *Archives of Sexual Behavior*, 32. Estados Unidos, 2003.

MINAYO, M. C.; SOUZA, E. R. “Violência e Saúde como um Campo Interdisciplinar de Ação Coletiva”. In: ____ *Histórias, Ciências e Saúde*, 4 (3). Brasil, 1998.

MINAYO, M. C. “A violência social sobre a perspectiva da saúde pública”. In: ____ *Cardenos de Saúde Pública*, Vol. 10 (Suplemento 1). Brasil, 1994.

MOORE, H. “Fantasias de Poder e Fantasias de Identidade: gênero, raça e violência”. In: ____ *Cadernos Pagu*, 14. Brasil, 2000.

MORAES, C. L.; CABRAL, C. S.; HEILBORN, M. L. “Magnitude e Caracterização de Situações de Coerção Sexual Vivenciadas por Jovens de Três Grandes Capitais Brasileiras: Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador”. In: ____ *Cadernos de Saúde Pública*, 22. Brasil, 2006.

NJUE, C; ASKEW, I.; CHEGE, J. “Non-consensual sexual experiences of young people in Kenya: bays as pepertrators and victms”. In: ____ Jejeebhoy, S. J.; Shah, I.; Thapa, S. *Sex Without Consent: young people in developing countries*. ZedBooks, Nova York, 2005.

PAIVA, V. “Sexualidades adolescentes: escolaridade, gênero e o sujeito sexual”. In:

___ Parker, R.; Barbosa, R. (Orgs.), *Sexualidades Brasileiras*. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 1996.

PATTON, W.; MANNISON, M. “Sexual Coercion in High School Dating Relationship”. In: ___ *Sex Roles: A Journal of Research*, Vol. 33. 1995. Estados Unidos.

PEIRANO, M. “A Favor da Etnografia”. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 1995.

PEIXOTO, C. E.; CICHHELLI, V. “Apresentação: Sociologia e Antropologia da Vida Privada na Europa e no Brasil – Os paradoxos da mudança”. In: ___ Peixoto, C. E.; Singly, F.; e Cicchelli, V. (Orgs.), *Família e Individuação*. FGV, Rio de Janeiro, 2000.

POLANCZYK, G.; ZAVAZCHI, M. L.; BENETTI, S.; ZENKER, L.; GAMMERMAN, P. W. “Violência Sexual e sua prevalência em adolescentes de Porto Alegre, Brasil”. In: ___ *Revista de Saúde Pública*, 37. Brasil, 2003.

OLIVEIRA, E. M. “Fórum: Violência sexual e saúde. Introdução”. In: ___ *Cadernos de Saúde Pública*, 23 (2). Brasil, 2007.

OFFMAN, A.; MATHESON, K. “The Sexual Self-Perceptions of Young Woman Experiencing Abuse in Dating Relationships”. In: ___ *Sex Roles: A Journal of Research*, Vol. 51. Estados Unidos, 2006.

OSHIKATA, C.; BEDONE, A. J.; FAÚNDES, A. “Atendimento de emergência a mulheres que sofreram violência sexual: características das mulheres e resultados até seis meses pós-agressão”. In: ___ *Cadernos de Saúde Pública*, 21 (1). Brasil, 2005.

REICHENHEIM, M. E.; MORAES, C. L.; HASSELMANN, M. H.; SOUZA, E. R.; LOZANA, J. A.; VALESKA, F. “The Magnitude of Intimate Partner Violence in Brasil: portraits from 15 capital cities and the Federal District”. In: ___ *Cadernos de Saúde Pública*, 22. Brasil, 2006.

- REICHENHEIM, M. E.; KLEIN, R.; MORAES, C. L.** “Assessing the physical violence component of the *Revised Conflict Tactics Scales* when used in heterosexual couples: an item response theory analysis”. In: ____ *Cadernos de Saúde Pública*, 23 (1). Brasil, 2007.
- REIS, J. N.; MARTIN, C. C. S.; FERRIANI, M. G. C.** “Mulheres Vítimas de Violência Sexual: meios coercitivos e produção de lesões não-genitais”. In: ____ *Cadernos de Saúde Pública*, 20. Brasil, 2004.
- RIBEIRO, M.; FERRIANI, M. G. C.; REIS, J. N.** “Violência Sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares”. In: ____ *Cadernos de Saúde Pública*, 20. Brasil, 2004.
- ROSENTHAL, D. A.** “Understanding Sexual Coercion Among Young Adolescents: Communicative Clarity, Pressure, and Acceptance”. In: ____ *Archives of Sexual Behavior*, 26. Estados Unidos, 1997.
- RUSSEL, B. L.; OSWALD, D. L.** “Strategies and Dispositional Correlates of Sexual Coercion Perpetrated by Women: An Exploratory Investigation”. In: ____ *Sex Roles: A Journal of Research*. Estados Unidos, 2001.
- RUTHERFORD, A.** “Violence: a priority for public health? (part 2)”. In: ____ *Journal Epidemiol Community Health*, 61(9). Austrália, 2007.
- SALEM, T.** “A Despossessão Subjetiva: dos paradoxos do individualismo”. In: ____ *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18. Brasil, 1992.
- SALEM, T.** “Tensões entre os Gêneros na Classe Popular: uma discussão com o paradigma holista”. In: ____ *Mana*, 12 (2). Brasil, 2006.
- SARTI, C. A.; BARBOSA, R. M.; SUAREZ, M. M.** “Violência e Gênero: Vítimas Demarcadas”. In: ____ *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*, 16. Brasil, 2006.
- SCHRAIBER, L. B.; D’OLIVEIRA, A. F.; PINHO, A. A.** “Violência Contra a

Mulher: estudo em uma Unidade de Atenção Primária”. In: ____ *Revista de Saúde Pública*, 36. Brasil, 2002.

SCHRAIBER, L. B.; D’OLIVEIRA, A. F. P. L.; COUTO, M. T. “Violência e Saúde: estudos científicos recentes”. In: ____ *Revista de Saúde Pública*, 40. Brasil, 2006.

SCHRAIBER, L. B.; D’OLIVEIRA, A. F. P. L.; COUTO, M. T.; HANADA, H.; KISS, L. B.; DURAND, J. G.; PUCCIA, M. I.; ANDRADE, M. C. “Violência Contra Mulheres entre Usuárias de Serviços Públicos de Saúde da Grande São Paulo”. In: ____ *Revista de Saúde Pública*, 41 (3). Brasil, 2007.

SIMON, W.; GAGNON, J. “Sexual Conduct: the social sources of human sexuality”. Aldine, Chicago, 1973.

SINGLY, F. “O Nascimento do ‘Indivíduo Individuado’ e seus Efeitos na Vida Conjugal e Familiar”. In: ____ Pexoto, C. E.; Singly, F.; Cicchelli, V. (Orgs.), *Família e Individuação*. FGV, Rio de Janeiro, 2000.

SOUZA, C. M.; ADESSE, L. “Violência Sexual no Brasil: perspectivas e desafios”. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Brasília, 2005.

SPRECHER, S.; HATFIELD, E.; CORTESE, A.; POTAPOVA, E.; LEVITSKAYA, A. “Token Resistance to Sexual Intercourse and Consent to Unwanted Sexual Intercourse: College Students’ Dating Experiences in Three Countries”. In: ____ *The Journal of Sex Research*, 31. Estados Unidos, 1994.

SCHUCH, P. “Trama de Significados: uma etnografia sobre sensibilidades jurídicas e direitos do adolescente no plantão da Delegacia do Adolescente Infrator e no Juizado da Infância e da Juventude de Porto Alegre/RS”. In: ____ Kant de Lima, R. (Org.), *Antropologia e Direitos Humanos 2*. EdUFF, Niterói, 2003.

SQUINCA, F.; DINIZ, D.; BRAGA, K. “Violência Sexual contra a Mulher: um

desafio para o ensino e a pesquisa no Brasil”. In: ____ *Bioética*, Vol. 12 (2). Brasil, 2004.

SUDÁRIO, S.; ALMEIDA, P.C.; JORGE, M. S. B.. “Mulheres Vítimas de Estupro: Contexto e Enfrentamento dessa Realidade”. In: ____ *Psicologia e Sociedade*, 17 (3). Brasil, 2005.

STRUCKMAN-JOHNSON, C.; & STRUCKMAN-JOHNSON, D. “Men's reactions to hypothetical female sexual advances: A beauty bias in response to sexual coercion”. In: ____ *Sex Roles: A Journal of Research*, 31. Estados Unidos, 1994.

STRUCKMAN-JOHNSON, C.; STRUCKMAN-JOHNSON, D. “Men’s reactions to hypothetical forceful sexual advances from women: the role of sexual standars, relationship availability, and the beauty bias”. In: ____ *Sex Roles: A Journal of Research*, 35. Estados Unidos, 1997.

STRUCKMAN-JOHNSON, C.; STRUCKMAN-JOHNSON, D. “Sexual Coercion Reported by Women in Three Midwestern Prisons”. In: ____ *The Journal of Sex Research*, 39. Estados Unidos, 2002.

TAQUETTE, S. R. (Org.). “Violência contra a mulher adolescente/jovem”. EdUERJ, Rio de Janeiro, 2007.

URREGO-MENDOZA, Z. “Las Invisibles: Una lectura desde la salud pública sobre la violencia sexual contra niñas y mujeres colombianas en la actualidad”. In: ____ *Revista Colombiana de Obstetricia e Ginecología*, 58 (1). Colômbia, 2007.

VANCE, C. “Pleasure and Danger: exploring female sexuality”. In: ____ Vance, C. (Org.), *Pleasure and Danger: exploring female sexuality*. Routledge, Nova York, 1984.

VAN DER STATEN, A.; KING, R.; GRINSTEAD, O.; VITTINGHOFF, E.; SERUFILIRA, A.; ALLEN, S. “Sexual Coercion, Physical Violence, and HIV Infection Among Women in Steady Relationships in Kigali, Rwanda”. In: ____

AIDS and Behavior, 2. 1998. Estados Unidos, 1998.

VARGAS, J. D. “Famíliares ou Desconhecidos? A relação entre os protagonistas do estupro no fluxo do Sistema de Justiça Criminal”. In: ____ *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 14. Brasil, 1999.

VELHO, G. “Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade Contemporânea”. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1981.

VIANNA, A. R.; LACERDA, P. “Direitos e Políticas Sexuais no Brasil: o panorama atual”. Centro-Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM). Instituto de Medicina Social (IMS), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Brasil, 2004.

VILLELA, W.; BARBOSA, R. “Repensando as relações entre gênero e sexualidade...”. In: ____ Parker, R.; Barbosa, R. (Orgs.), *Sexualidades Brasileiras*. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 1996.

VILLELA, W.; LAGO, T. “Conquistas e Desafios no Atendimento de Mulheres Vítimas de Violência Sexual”. In: ____ *Cadernos de Saúde Pública*, 23 (2). Brasil, 2007.

VIGARELLO, G. “História do Estupro: Violência sexual nos séculos XVI-XX”. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1998.

VISSER, R. O.; SMITH, A. M.; RISSEL, C. E.; RICHTERS, J.; GRULICH, A. E. “Sex in Australia: experiences of sexual coercion among a representative sample of adults”. In: ____ *Aust NZJ Public Health*. Austrália, 2003.

ZALUAR, A. “A Máquina e a Revolta: as organizações populares e o significado da pobreza”. Editora Brasiliense, São Paulo, 1985.

ZALUAR, A. “Um Debate Disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. In: ____ *São Paulo em Perspectiva*, 13 (3). Brasil, 1999.

- ZALUAR, A.** “Teoria e Prática do Trabalho de Campo: Alguns problemas”. In: ____ Cardoso, R. L. C. (Org.), *A Aventura Antropológica: Teoria e pesquisa*. Paz e Terra, São Paulo, 2004.
- ZILLI, B.** “A Perversão Domesticada: estudo do discurso de legitimação do BDSM na Internet e seu diálogo com a Psiquiatria”. Tese de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva – área de concentração em Ciências Humanas e Saúde, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.
- WALDNER L.; VADEN-GOAD, L.; SIKKA, A.** “Sexual Coercion in Índia: Na Exploratory Analysis Using Demographic Variables”. In: ____ *Archives of Sexual Behavior*, Vol. 28. Estados Unidos, 1999.
- WOOD, K.; LAMBER, H.; JEWKES, R.** “Showing Roughness in a Beautiful Way”: talk about love, coercion, and rape in South African Youth Sexual Culture”. In: ____ *Medical Anthropology Quarterly*, 21 (3). Estados Unidos, 2007.

Documentos

Declaração e Plataforma de Ação da III Conferência sobre População e Desenvolvimento, no Cairo, 1994. <http://www.iisd.ca/Cairo.html> .

Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher. Pequim, 1995. <http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/index.html> .

Pan American Health Organization (PAHO), World Health Organization (WHO) & World Association for Sexology (WAS). *Promotion of Sexual Health, Recommendations for Action*. Antigua Guatemala, Guatemala, 2000. <http://www.paho.org/English/HCP/HCA/PromotionSexualHealth.pdf> .

World Health Organization (WHO). *World Report on Violence and Health*. Geneva, 2002. http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en .

Populational Council Health e Development Policy Project. *Sexual Coercion and Reproductive Health, a focus on Research*. Nova York, 1995. <http://www.popcouncil.org/pdfs/scoer.pdf> .

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- BARBOSA, R.** “Negociação Sexual ou sexo negociado? Poder, gênero e sexualidade em tempos de Aids”. In: ___ Parker, R.; Barbosa, R. (Orgs.), *Sexualidades pelo Avesso*. Editora 34, Rio de Janeiro, 1999.
- BOZON, M.; HEILBORN, M. L.** “As Carícias e as Palavras: iniciação sexual no Rio de Janeiro e em Paris”. In: ___ *Novos Estudos*, Vol. 59. Brasil, 2001.
- DUARTE, L. F. D.** “Da Vida Nervosa nas Classes Trabalhadoras Urbanas”. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1999.
- DUARTE, L. F. D.** “O Império dos Sentidos: sensibilidade, sensualidade e sexualidade na cultura ocidental moderna. In: ___ HEILBORN, M. L. (Org.), *Sexualidade: O olhar das Ciências Sociais*. Jorge Zahar, Rio de Janeiro 1999.
- GEERTZ, C.** “A Interpretação das Culturas”. Zahar, Rio de Janeiro, 1978.
- GEERTZ, C.** “Do ponto de Vista dos Nativos: a natureza do entendimento antropológico. In: ___ *O Saber Local: Novos Ensaio em Antropologia Interpretativa*. Vozes, Petrópolis, 1997.
- GREGORI, M. F.; PISCITELLI, A.; CARRARA, S. (Org.).** “Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras”. Garamond, Rio de Janeiro, 2004.
- HEILBORN, M. L.** “Construção de Si, Gênero e Sexualidade”. In ___ HEILBORN, M. L. (Org.), *Sexualidade: O olhar das Ciências Sociais*. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1999.
- HEILBORN, M. L.; GOUVEIA, P.** “Marido é tudo igual: mulheres populares e sexualidade no contexto da Aids”. In: ___ Parker, R.; Barbosa, R. (Orgs.), *Sexualidades pelo Avesso*. Editora 34, Rio de Janeiro, 1999.

HEILBORN, M. L. “Dois é Par: Gênero e identidade sexual em contexto igualitário”.

Editora Garamond, Rio de Janeiro, 2004.

HEILBORN, M. L.; EQUIPE GRAVAD. “Unões Precoces, Juventude e

Experimentação da Sexualidade”. In: ___ Heilborn, M. L.; Duarte, L. F. D.; Peixoto, C. E.; Barros, M. L. (Orgs.), *Sexualidade, Família e Ethos Religioso*. Editora Garamond, Rio de Janeiro, 2005.

HEILBORN, M. L.; CABRAL, C. S. “Sexual practices in Youth: analysis of lifetime

sexual trajectory and last sexual intercourse”. In: ___ *Cadernos de Saúde Pública*, 22 (7). Brasil, 2006.

HERDT, G. H. “Guardians of the Flute: Idioms of masculinity. New York: McGraw-Hill, 1981.

JANNOTTI, C. B. “Reflexividade, Sexualidade e Reprodução: Processos políticos no Brasil e no Chile”. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

MAUSS, M. “As técnicas corporais”. In: ___ *Sociologia e Antropologia* (2). EPU, São Paulo, 1974.

PEREZ, S. “Aborto e Juventude: Um horizonte de possibilidades diante da gravidez na adolescência”. Tese de Doutorado. IMS/UERJ, 2003.

PETCHESKY, R. P. “Direitos Sexuais: Um Novo Conceito na Prática Política Internacional”. In: ___ Parker, R.; Barbosa, R. (Orgs.), *Sexualidades pelo Avesso*. Editora 34, Rio de Janeiro, 1999.

RUBIN, G. “Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality”.

In: ___ Vance, C. (Org.), *Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality*. London, 1984.

SIMON, W.; GAGNON, J. [1984]. “Sexual Scripts”. In: ___ Parker, R.; Aggleton, P. (Orgs.), *Culture, Society and Sexuality*. Routledge, Nova York, 2007.

VICTORA, C. G. “Os Limites do Corpo Sexual: um estudo sobre as experiências corporais das mulheres inglesas”. In: ___ *Corpus: Cadernos do NUPACS*, 2. Brasil, 1996.

WEEKS, J. “The Sexual Citizen”. In: ___ *Theory, Culture and Society*, 15 (35). SAGE Social Sciences Publications, 1998.

ANEXO

ANEXO A – Tabela de casos em Salvador

Casos	Sexo	Idade	Classe Social	Nº. de situações relatadas	Tipo ⁴²	Qualificação das experiências ⁴³	Tipo de coerção	Resultado ⁴⁴	Parceiros (as) ⁴⁵
1	F	20	Popular	2	Al	Forçaram a “barra” para que tivesse relações sexuais contra a vontade	Insistência, chantagem emocional (Situação 1); e insistência e tentativas de impedir que deixasse o local (Situação 2)	Tentativas mal sucedidas	Namorado (Situação 1); e parceiro casual (Situação 2)
2	M	18	Popular	1	Al	Foi <u>obrigado</u> a ter relações sexuais contra a vontade	Insistência dos pares, ofensas	Intercurso sexual	Parceira casual
3	F	19	Média	Não relatou uma situação específica	Al	Forçaram a “barra” para que transasse	Insistência	Tentativa mal sucedida	<i>Informação não obtida</i>
4	M	24	Média	1	Au	Forçou a “barra” para transar	Insistência, possível uso de alguma forma de força física, possível tentativa de impedir que a pessoa deixasse o local	Intercurso sexual	Namorada
5	F	19	Popular	2	Au/Al	Forçou a “barra” para transar (Situação 1) / Foi constrangida a ter relações sexuais (Situação 2)	Insistência, uso de força física (peso do corpo) (Situação 1) / Insistência (Situação 2)	Intercurso sexual (Situação 1) / Intercurso sexual (Situação 2)	O mesmo ex-companheiro era o parceiro nas duas situações

⁴² A categoria “Tipo” refere-se ao papel desempenhado pelos informantes nas situações narradas. As letras “Au” indicam que o entrevistado foi autor da coerção. As letras “Al” indicam que foi alvo de constrangimento, forçado ou obrigado a manter relações sexuais contra a vontade ou, em alguns casos, sem vontade. A combinação “Au/Al” indicam que o sujeito relatou tanto experiências em que forçou, ou tentou forçar “a barra”, quanto experiências em que havia feito sexo contra a vontade, obrigado ou forçado.

⁴³ A categoria “Qualificação das experiências” refere-se a como foi feita e a como o informante interpretou a pergunta sobre sexo forçado do roteiro; e também a como os entrevistados relataram experiências envolvendo sexo ou tentativas de sexo contra a vontade em outros momentos da entrevista.

⁴⁴ Resultado da coerção sofrida ou empregada; se ela foi bem sucedida ou não.

⁴⁵ A categoria se refere ao tipo de envolvimento entre o/a informante e o/a parceiro/a da (s) situação (ões) narrada (s).

6	M	20	Popular	2	Au/Al	Forçou a “barra” para transar (Situação 1) / Foi obrigado a ter relações sexuais (Situação 2)	Não fica clara a forma de coerção utilizada (Situação 1) / Chantagem, impedir que a pessoa deixe o local, possível uso da força física (peso do corpo) (Situação 2)	Intercurso sexual / Intercurso sexual	Informação não obtida / Amiga
7	F	21	Popular	1	Al	Foi obrigada a ter relações sexuais contra a vontade	Insistência, chantagem emocional (ameaçar ser infiel), possível uso de força física	Intercurso sexual (possível estupro)	Companheiro
8	M	22	Popular	1	Al	Afirma que foi constrangido a ter relações sexuais contra a vontade	<i>Não houve tentativa de coerção</i>	O informante tentou agredir o “agente da coerção”	Homem conhecido do informante
9	M	24	Média	2	Au/Al	Forçou a “barra” para transar (Situação 1) / Sentiu-se forçado a ter relações sexuais (Situação 2)	Insistência (Situação 1) / Pressão moral (Situação 2)	Intercurso (Situação 1) / Tentativa de intercuro mal sucedida (Situação 2)	<i>Informação não obtida (Situação 2) / Não fica clara a natureza do envolvimento (Situação 2)</i>
10	F	19	Popular	Não relatou uma situação específica	Al	Forçaram para que transasse contra a vontade (sem vontade)	<i>Informação não obtida</i>	Tentativa mal sucedida	Namorado
11	M	21	Popular	3	Au/Al	Forçou a “barra” para transar (Situações 1 e 2) / Foi forçado a transar contra a vontade (sem vontade) (Situação 3)	Uso da força física (peso do corpo) e insistência na situação 1; e uso de insistência na situação 2 / <i>Informação não obtida (Situação 3)</i>	Houve intercuro sexual nas duas situações narradas em que forçou a transa (a situação 1 pode ser enquadrada como estupro) / Intercuro sexual (Situação 3)	<i>Informação não obtida nos relatos</i>
12	M	19	Popular	1	Al	Foi constrangido a transar contra a vontade (sem vontade)	Insistência	Tentativa mal sucedida	Parceira recorrente

13	M	22	Popular	1	Al	Transou contra a vontade (sem vontade)	<i>Informação não obtida</i>	Intercurso sexual	<i>Informação não obtida</i>
----	---	----	---------	---	----	--	------------------------------	-------------------	------------------------------

ANEXO B – Tabela de casos no Rio de Janeiro

Casos	Sexo	Idade	Classe Social	Nº. de situações relatadas	Tipo	Qualificação das experiências	Tipo de coerção	Resultado	Parceiros (as)
14	F	20	Média	1	Au	Forçou a barra para transar	Insistência	Intercurso sexual (possível estupro)	Marido
15	F	22	Média	Não relatou uma situação específica	Al	Forçaram algo que não estava a fim, o que considera uma agressão	Insistência	<i>Informação não obtida</i>	<i>Informação não obtida</i>
16	M	22	Popular	1	Al	Teve relações sexuais contra a vontade	Insistência	Intercurso sexual	Namorada
17	M	18	Popular	1	Au	Forçou a “barra” para transar	Insistência, impedir que a pessoa deixe o local, uso da força física (peso do corpo)	Intercurso sexual (possível estupro)	<i>Informação não obtida</i>
18	M	22	Popular	1	Al	Transou por constrangimento	Insistência dos pares	Intercurso sexual	Parceira recorrente
19	M	21	Popular	1	Au	Forçou a “barra” para transar	Insistência (<i>Não fica claro se só utilizou essa formas de coerção</i>)	Intercurso sexual	<i>Informação não obtida</i>
20	M	22	Popular	1	Au	Forçou a “barra” para transar	<i>Informação não obtida</i>	Tentativa mal sucedida	Amiga de escola
21	M	18	Popular	2	Au/Al	Forçou a “barra” para obter sexo (Situação 1) / Foi constrangido a ter relações sexuais (Situação 2)	Insistência (Situação 1) / Chantagem emocional (ficar com raiva, questionar os sentimentos do parceiro) (Situação 2)	Intercurso sexual (Situação 1) / Intercurso sexual (Situação 2)	Namorada (Situação 1) / Namorada (Situação 2)
22	M	21	Popular	1	Au	Forçou a “barra” para transar	Insistência	Tentativa mal sucedida	<i>Informação não obtida</i>
23	M	24	Popular	1	Al	Forçou a “barra” para não transar	Insistência, ofensas	Intercurso sexual	Parceira recorrente
24	M	19	Popular	2	Au/Al	Forçou a “barra” para	Insistência, uso da força	Intercurso sexual	Namorada (Situação

						transar (Situação 1) / Teve relações sexuais sem vontade (Situação 2)	física, impedir que a pessoa deixasse o local (Situação 1) / Pressão moral (Situação 2)	(Possível estupro) (Situação 1) / Intercurso sexual (Situação 2)	1) / Parceira casual (Situação 2)
25	F	22	Popular	1	Au	Foi obrigada a ter relações sexuais contra a vontade	Uso de força física	Intercurso sexual (Estupro)	Namorado (pai do primeiro filho)
26	F	22	Popular	1	Al	Foi constrangida a ter relações sexuais contra a vontade	Insistência, possível tentativa de impedir que a pessoa deixasse o local	Tentativa mal sucedida	Estranho (pessoa desconhecida)
27	F	19	Popular	1	Au	Forçou a “barra” para transar	<i>Informação não obtida</i>	Intercurso sexual	Marido
28	F	23	Popular	Não relatou uma situação específica	Al	Foi constrangida a transar sem vontade	Pressão moral (possível insistência)	Intercurso sexual	Parceiro estável
29	F	21	Popular	1	Al	Forçaram a “barra” para que transasse contra a vontade	Insistência, tentativas de impedir que a pessoa deixasse o local	Tentativa mal sucedida	Namorado
30	F	20	Popular	1	Al	Forçaram para ter relações sexuais contra sua vontade	<i>Informação não obtida</i>	Tentativa mal sucedida	Namorado
31	F	18	Popular	1	Al	Sentiu-se obrigada a ter relações sexuais sem vontade	Uso de força física	Tentativas mal sucedidas (Tentativa de estupro)	<i>Informação não obtida, mas parece ter sido alguém conhecido</i>

ANEXO C – Tabela de casos em Porto Alegre

Casos	Sexo	Idade	Classe Social	Nº. de situações relatadas	Tipo	Qualificação das experiências	Tipo de coerção	Resultado	Parceiros (as)
32	M	23	Popular	1	Al	Sentiu-se obrigado a transar	<i>Informação não obtida</i> (possível insistência, possível chantagem emocional)	Não fica claro se houve ou não intercurso sexual (possível estupro)	Parceira recorrente
33	M	19	Popular	1	Au	Forçou a “barra” para transar	Insistência, impedir que a pessoa deixasse o local, possível uso de força física	Intercurso sexual	Namorada (mãe do filho)
34	F	24	Média	1	Au	Forçou a “barra”	Insistência	<i>Informação não obtida</i>	<i>Informação não obtida</i>
35	F	19	Popular	1	Al	Forçaram a “barra” para que transasse contra a vontade	Insistência	Carícias indesejadas	<i>Informação não obtida</i>
36	F	20	Popular	1	Al	Forçaram a “barra” para que tivesse transasse contra a vontade	Insistência, tentativas de impedir que deixasse o local	Tentativa mal sucedida	Namorado
37	M	24	Média	1	Au	Forçou a “barra” para transar	Insistência	Tentativa mal sucedida	<i>Informação não obtida</i>
38	M	20	Média	4	Au/Al	Forçou a “barra” para transar (Situações <u>1</u> e <u>2</u>) / Forçaram a “barra” para que ele transasse contra a vontade (Situações <u>3</u> e <u>4</u>)	Insistência, impedir que a pessoa deixasse o local e uso de força física nas duas situações narradas (Situações <u>1</u> e <u>2</u>) / Insistência (Situação <u>3</u>); Insistência, tentativas de impedir que deixasse o local (Situação <u>4</u>)	Intercurso sexual nas situações <u>1</u> e <u>2</u> narradas (Estupro) / Tentativa mal sucedida (Situação <u>3</u>); Intercurso sexual (Situação <u>4</u>)	Mulher sem envolvimento com o informante (Situação <u>1</u>); Esposa (Situação <u>2</u>) / Amigo bastante próximo (Situação <u>3</u>); Amiga (Situação <u>4</u>)
39	M	18	Popular	2	Au/Al	Forçou a “barra” para transar (Situação <u>1</u>) /	<i>Informação não obtida</i> (Situação <u>1</u>) / pressão	Intercurso sexual (possível estupro)	<i>Informação não obtida</i> (Situação <u>1</u>) / Parceira

						Sentiu-se obrigado a transar (Situação 2)	moral (Situação 2)	(Situação 1) / Intercurso sexual (Situação 2)	casual (Situação 2)
40	M	22	Popular	2	Au	Forçou a “barra” para transar (Situações 1 e 2)	Insistência, possível tentativa de que pessoa deixasse o local e possível uso de alguma forma de força física nas situações 1 e 2	Desistiu de ir adiante por arrependimento nas duas situações	Companheira nas situações 1 e 2
41	M	21	Popular	Narrou apenas 1 situação específica	Au/Al	Forçou a “barra” (Não narrou situações específicas) / Foi constrangido a transar contra a vontade (Situação narrada)	Insistência / Insistência (pressão dos pares) (Situação narrada)	<i>Informação não obtida</i> / intercurso sexual (Situação narrada)	<i>Informação não obtida</i> / Parceira casual (Situação narrada)
42	F	21	Popular	1	Au	Forçou a “barra”	<i>Informação não obtida</i>	<i>Informação não obtida nos relatos</i>	Marido
43	F	20	Popular	1	Au	Forçou a “barra” para transar	<i>Informação não obtida</i>	<i>Informação não obtida</i>	Marido
44	F	24	Popular	1	Au	Forçou a “barra” para transar	Insistência	Intercurso sexual	Marido
45	F	20	Média	2	Au/Al	Forçou a “barra” para transar (Situação 1) / Foi obrigada a transar contra a vontade (Situação 2)	Insistência (Situação 1) / Uso de força física (peso do corpo) (Situação 2)	Não fica claro se houve intercurso sexual ou não (Situação 1) / Intercurso sexual (estupro) (Situação 2)	<i>Informação não obtida</i> (Situação 1) / Ex-namorado (Situação 2)
46	F	18	Média	2	Au/Al	Forçou a “barra” para transar (Situação 1) / Forçaram a “barra” para que transasse contra a vontade (Situação 2)	Ofensas e xingamentos (Situação 1) / Insistência (Situação 2)	Tentativa mal sucedida (Situação 1) / Parece ter havido o intercurso sexual (Situação 2)	Namorado (Situação 1) / Namorado (pai do filho) (Situação 2)